

# Revista Ensinando e Aprendendo



Ipiranga do Sul, v. 4, n. 4, outubro/2021 - ISSN 2595-9565



# Publicação da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ipiranga do Sul-RS

## PERIODICIDADE

Anual

## CONSELHO EDITORIAL

Dr. Carlos Antônio da Silva, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões,  
URI Erechim, RS, Brasil

Ms. Idanir Ecco, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões,  
URI Erechim, RS, Brasil

Dr<sup>a</sup>. Jacqueline Raquel Bianchi Enricone, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões,  
URI Erechim, RS, Brasil

Ms. Lidiane Cássia Comin  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura Ipiranga do Sul  
Ms. Rochana Basso

## EDITORAS

Esp. Stelamaris Schio Hahn, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Ipiranga do Sul, RS, Brasil  
Esp. Dinéia Carem Casanova, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Ipiranga do Sul, RS, Brasil

**CAPA:** (Assessoria de Marketing, Comunicação e Eventos /URI Erechim)

REVISTA ENSINANDO E APRENDENDO / Prefeitura Municipal de Ipiranga do Sul.  
- V.4, n. 4, 2021. – Ipiranga do Sul : Stelamaris Schio Hahn, v.4, n.4, outubro,  
2021.

Anual

ISSN 2595-9565

1. Educação I. Prefeitura Municipal de Ipiranga do Sul.

C.D.U.: 37(05)

Catálogo na fonte: bibliotecária Sandra M. Milbrath CRB 10/1278



Rua do Comércio, 124  
CEP 99925-000 - Ipiranga do Sul, RS, Brasil

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Apresentação</b><br>Paulo Roberto Giollo  | <b>5</b>  |
| <b>El proceso de aprendizaje de los niños desnutridos: aspectos neuropsicológicos y sociales</b><br>Fernando Gabriel Molas<br>Maria Isabelle Nakano Vieira<br>Vivianne do Nascimento   | <b>09</b> |
| <b>A formação continuada como sustento ao lugar simbólico do professor</b><br>Daniela Dametto<br>Lidiane Cássia Comin  | <b>15</b> |
| <b>Educação Familiar: as novas orientações do CNJ sobre o casamento</b><br>Rochana Basso   | <b>22</b> |
| <b>Família e escola educação compartilhada</b><br>Dinéia Carem Casanova  | <b>28</b> |
| <b>Família e escola juntas para melhor desenvolvimento do educando</b><br>Maiara Perka<br>Bruna Zanella<br>Gabriela Birck  | <b>35</b> |
| <b>Sala de aula 2021: o que mudou professor?</b><br>Lidiane Cássia Comin<br>Dejair Pasa  | <b>41</b> |
| <b>Tendências tecnológicas para uma educação compartilhada: algumas possibilidades no ensino superior</b><br>Carlos Antônio da Silva<br>Rochana Basso  | <b>47</b> |
| <b>Reflexos tecnológicos na educação: algumas considerações do período pandêmico</b><br>Soraia Raimondi<br>Karlislei Sadoski<br>Tainá de Oliveira  | <b>53</b> |
| <b>A importância da tecnologia no processo de alfabetização</b><br>Gabriela Birck<br>Bruna Zanella<br>Maiara Perka   | <b>59</b> |
| <b>Educação e subjetividade e cotidianidade: o educar para o cidadão cuidar do mundo, despertar consciência para a vida e valorização do desenvolvimento social humano</b><br>Fabiane Turella Pedrozo Tomassini<br>Rafael Pedott | <b>66</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>O ser professor no século XXI</b>   | <b>73</b>  |
| Camila M. M. Fernandes<br>Maria J. Barancelli<br>Suelen Zortéa                                       |            |
| <b>A Educação em meio a pandemia</b>   | <b>79</b>  |
| Suelen Zortéa<br>Aloir Afonso Warken<br>Camila M.M. Fernandes  |            |
| <b>Educação popular brasileira: breve relato histórico</b>   | <b>84</b>  |
| Franciele Fátima Marques<br>Idanir Ecco  |            |
| <b>Práticas do programa residência pedagógica em tempos de pandemia: Relato de Caso</b>              | <b>92</b>  |
| Karlislei Aline Morganti Sadoski<br>Soraia Raimondi<br>Tauana Larissa Ulkovski                       |            |
| <b>Análise crítica acerca das capas e ilustrações dos livros didáticos</b>                           | <b>99</b>  |
| Tainá de Oliveira<br>Tauana Larissa Ulkovski<br>Karlislei Aline Morganti Sadoski                     |            |
| <b>A leitura na educação infantil</b>  | <b>105</b> |
| Bruna Zanella<br>Gabriela Birck<br>Maiara Perka  |            |
| <b>Autismo: Ensino-aprendizagem das crianças autistas na educação infantil</b>                       | <b>118</b> |
| Ananda Davidonis Vargas<br>Carina Turski<br>Rafaela Soares   |            |
| <b>Os diferentes campos de atuação do pedagogo e o trabalho com o transtorno do espectro autista</b> | <b>120</b> |
| Tauana Larissa Ulkovski<br>Tainá de Oliveira<br>Soraia Raimondi                                      |            |
| <b>Imagem corporal masculina: a satisfação do homem com o próprio corpo</b>                          | <b>126</b> |
| Rafael José de Oliveira<br>Jaíne Barbosa<br>Fernanda Cascaes Teixeira                                |            |
| <b>O PISA como instrumento de avaliação indutor de políticas públicas</b>                            | <b>132</b> |
| Aloir Afonso Warken<br>Maria Julia Barancelli<br>Suelen Zortéa                                       |            |
| <b>Planejamento e Gestão: relato de experiências</b>   | <b>139</b> |
| Maria Julia Gonçalves Barancelli<br>Aloir Warken<br>Camila Fernandes                                 |            |

## APRESENTAÇÃO

“Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...”

Rubem Alves

O que seria da humanidade, da história, da ciência, se registros não fossem feitos? Se ensinar, como pensa Rubem Alves, é viver para sempre na alma de nossos semelhantes-aprendizes, deixar em palavras a trajetória da educação é perpetuar, através das gerações, o encantamento pela arte de ensinar e aprender.

Assim, o volume 4 da **Revista Ensinando e Aprendendo**, tem o mérito de transmutar em palavras as reflexões, as experiências, de quase três dezenas de educadores, em 21 artigos, ligados entre si, por um único intento – a educação.

O artigo que abre essa publicação “*El proceso de aprendizaje de los niños desnutridos: aspectos neuropsicológicos y sociales*”, de Fernando G. Molas, Maria Isabel N. Vieira e Vivianne do Nascimento, enfoca os fatores que corroboram para a aprendizagem infantil, especialmente nos primeiros anos de vida. Os autores ressaltam que a sensível prevalência da desnutrição, na população em foco, reflete, fortemente, nos processos de aprendizagem e desenvolvimento neuropsicológico. Arrematam dizendo que na origem de tudo isso está a pobreza.

O artigo seguinte, de Daniela Dametto e Lidiane Cássia Comin, trata dos desafios de ensinar, na atualidade, diante de tanta oferta de informação e conhecimentos, exigindo um reposicionamento da escola e do professor. Assim, consideram fundamental uma mudança de pensamento sobre a escola, sendo necessário que seja oferecido ao docente, não apenas artefatos técnicos, mas programas de formação continuada que contemplem um espaço de diálogo, reflexão e troca de experiência, para uma atuação profissional emancipatória e de qualidade.

“Educação Familiar: as novas orientações do CNJ sobre o casamento” de autoria de Rochana Basso, apresenta aos pais, professores e comunidade, as orientações advindas da resolução expedida pelo Conselho Nacional de Justiça, que prevê a obrigatoriedade de oferta de material informativo com orientações jurídicas sobre questões gerais para as pessoas que querem se casar. Essas orientações contam com o apoio dos cartórios de registro civil.

Os dois artigos seguintes “Família e escola: Educação Compartilhada”, de Dinéia Carem Casanova e “Família e escola juntas para melhor desenvolvimento do educando” de Maiara Perka, Bruna Zanella e Gabriela Birck têm objetivos que se relacionam e se complementam. Os dois realçam a necessidade do compartilhamento na responsabilidade do ato de educar, entre família e escola, para assim se chegar a uma melhor qualidade na educação das crianças. Dessa forma, a escola com seus deveres de capacitar para a vida em sociedade e a família com a função de apresentar regras, respeito, ética, limites e educação, tendo por norte a formação de um cidadão.

Lidiane Cássia Comin e Dejair Pasa, em “Sala de aula 2021: o que mudou professor?” estabelecem um paralelo entre o modelo de sala de aula em que o estudante apenas era ouvinte das aulas expositivas e formais e, agora, fruto do momento pandêmico, a sala de aula com a presença de pais e famílias interagindo *online*. Pontua a necessidade do rápido repensar sobre esse novo formato de sala de aula, oferecendo, como alternativa de inovação, as metodologias ativas de ensino. Ressalta, no entanto, que apenas a inclusão

dessas metodologias não são suficientes. Faz-se necessária uma nova postura político-pedagógica em relação a essas ferramentas de ensino, a fim de que o pensamento crítico e reflexivo dos envolvidos no processo educativo, se desenvolvam progressivamente.

No sétimo artigo, dessa publicação, “Tendências tecnológicas para uma educação compartilhada: algumas possibilidades no ensino superior”, Carlos Antônio da Silva e Rochana Basso historicam as discussões geradas, através dos tempos, acerca do tema educação, como elemento primordial na construção de vidas. Ressaltam, no entanto, que, a partir de 2020 “a educação e seus educadores se viram, sorrateiramente, impelidos a recriar, com urgência, o que o ensinar e o aprender nunca antes haviam visto.” Assim, em todos os níveis de ensino, inclusive no superior, onde se considera que a autonomia do educando seja maior, é necessário que a socialização do processo escolar seja responsabilidade de todos – família, escola e comunidade. A reengenharia didático-pedagógica, para garantir a aprendizagem, entrou em ação.

Soraia Raimondi, Karlislei Aline Morganti Sadoski e Tainá de Oliveira, em “Reflexos tecnológicos na educação: algumas considerações do período pandêmico” contemplam uma revisão de literatura, pontuando a profissão professor, os reflexos do surgimento de tecnologias na humanidade, além de uma breve contextualização do período da COVID-19 e seus impactos na educação. Aborda as diversas estratégias de ensinar e aprender de forma não presencial, refletindo sobre a não dissociação, dessas novas ferramentas, com o processo de ensino e aprendizagem no período pós pandemia.

Na sequência, “A importância da tecnologia no processo de alfabetização” de Gabriela Birck, Bruna Zanella e Maiara Perka, que resgata uma significativa afirmação – a lógica do comportamento humano passou a ser, também, a lógica da eficácia tecnológica. Por isso, tanto gestores quanto professores, veem as tecnologias como forma de minimizar as distâncias, no processo ensino-aprendizagem, entre as práticas escolares e as práticas que circulam no meio social. Assim, acreditam, os estudiosos, que a tecnologia adicionou um novo tipo de alfabetização a ser considerada. Estudiosos afirmam que a fluência digital será um pré-requisito para a sociabilização, o aprendizado e as oportunidades de emprego. Dessa forma, cabe refletir sobre os desafios que se tem pela frente, no uso deste recurso, no processo de alfabetização escolar.

Logo a seguir, o texto “Educação, subjetividade e cotidianidade: o educar para o cidadão cuidar do mundo, despertar consciência para a vida e valorização do desenvolvimento social humano” de Fabiane Turella Pedrozo Tomassini e Rafael Pedott, há uma reflexão sobre textos que conceituam o neoliberalismo e o sistema capitalista, com ponderações sobre educação, subjetividade e cotidianidade. O artigo está organizado em três capítulos: “Processos De Subjetivação Sob a Perspectiva de Michel Foucault”; “Democracia, Transformações Sociais E Dimensão Política” e “Modernidade Líquida e o Mundo Globalizado”. O artigo finaliza apresentando alguns apontamentos acerca do tema educação, subjetividade e cotidianidade.

Camila M. M. Fernandes, Maria J. Baranceli e Suelen Zortéa, em “O ser professor no século XXI”, enfatizam que o maior desafio da educação, no Século XXI, é buscar uma educação de qualidade, perpassada por ferramentas tecnológicas e com uma visão holística do ser humano. Assim, o professor precisa, através das novas tecnologias, criar formas bem planejadas de ensinar, para que o fazer pedagógico se circunscreva às necessidades dos novos tempos. Ressalta que documentos oficiais, dentre eles, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério de Educação, recomendam o uso dessas tecnologias. Acrescenta que, o ensino, quando consegue integrar, através de uma visão inovadora, todas as tecnologias, temos uma aprendizagem pertinente e significativa.

O texto “Educação em meio à pandemia”, de autoria de Suelen Zortéa, Aloir Afonso Warken e Camila M.M. Fernandes, reflete sobre o ensino - em tempos pandêmicos, gerados pela COVID-19 - mediado pelas tecnologias digitais. Destaca a angústia de pais, professores, alunos, enfim, de toda a comunidade escolar, por nem todos terem acesso ao ensino remoto, visto as dificuldades digitais de toda ordem. Finaliza ressaltando que, junto ao impacto no sistema de saúde, questões sociais, econômicas, políticas, agravaram a situação, fazendo com que a saúde mental de crianças e adultos passasse a requerer uma atenção especial.

Os professores Franciele Fátima Marques e Idanir Ecco, pautados no pensamento de Paulo Freire, ao escreverem o texto “Educação popular brasileira: breve relato histórico”, abordam, com muita propriedade, a Educação Popular no contexto do surgimento da educação brasileira, pontuando as questões de resistência, de lutas e de conflitos constantes, em um campo de disputa de forças e de poder. Conscientização, práxis e realidade social dão a tônica do texto.

“Práticas do programa residência pedagógica em tempos de pandemia: Relato de Caso” de Karlislei Aline Morganti Sadoski, Soraia Raimondi e Tauana Larissa Ulkovski, alude ao trabalho das acadêmicas do Curso de Pedagogia, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI Erechim, no programa Residência Pedagógica - RP, uma das ações do Ministério de Educação para as Licenciaturas, durante os anos de 2020 e 2021 (período da pandemia Covid-19). O artigo compreende a apresentação do Programa Residência Pedagógica; contextualização do período educacional em que ele esteve presente; e o relato de prática das bolsistas do programa RP. Ao final, as autoras mostram as diversas possibilidades de inserção dos acadêmicos no âmbito escolar, reiterando a importância dos programas Pibid e o RP para a vida pessoal e profissional desses futuros docentes.

Na publicação “Análise crítica acerca das capas e ilustrações dos livros didáticos” Tainá de Oliveira, Tauana Larissa Ulkovski e Karlislei Aline Morganti Sadoski, baseadas no Capítulo 11, da obra “As Belas Mentiras: Capas e Ilustrações”, de autoria de Maria de Lourdes Chagas Deiró Nosella, analisam ilustrações e capas presentes nessas obras e a importância dos mesmos no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Nosella, os textos dos livros didáticos apresentam a ideologia da classe dominante. Daí a importância em ler, criticamente, as imagens presentes nesses livros didáticos, uma vez que elas se constituem no único apoio pedagógico e intelectual para a maioria dos professores e alunos.

Das autoras Bruna Zanella, Gabriela Birck e Maiara Perka, “A leitura na educação infantil”, demonstra as contribuições da leitura para o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança, no intuito de formá-la um leitor assíduo e crítico. Abramovich, Vygotsky e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil apoiam os fundamentos teóricos. O artigo, dividido em duas partes, apresenta importante contribuição no conceito de literatura infantil, seu surgimento e validade. O questionamento “se a criança sabe ler antes de ter o domínio do código escrito”, traz uma reflexão significativa ao tema abordado.

“Autismo: Ensino-aprendizagem das crianças autistas na educação infantil”, artigo escrito por Ananda Davidonis Vargas, Carina Turski e Rafaela Soares, conceitua o autismo, enumera suas dificuldades e rotinas na vida das crianças. Partindo do princípio de que é uma síndrome da área cognitiva, pontua a importância da observação para o diagnóstico, para a socialização e para a comunicação. Esse conhecimento é fundamental para o exercício da docência.

O artigo logo a seguir intitula-se “Os diferentes campos de atuação do pedagogo e o trabalho com o transtorno do espectro autista”, fruto da escritura de Tauana Larissa Ulkovski, Tainá de Oliveira e Soraia Raimondi. O estudo apresenta questões relativas ao

trabalho do pedagogo com indivíduos portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA), demonstrando que o mesmo não se restringe à sala de aula. Vai dela até empresas, hospitais, orientação educacional, entre outras áreas. As autoras ressaltam que crianças com TEA portadoras de características que podem ser observadas desde a infância, o que faz com que a intervenção especializada rápida tenha resultados muito mais eficientes.

Rafael José de Oliveira, Jaíne Barbosa e Fernanda CascaesTeixeira, em “Imagem corporal masculina: a satisfação do homem com o próprio corpo”, abordam a questão da busca pelo corpo perfeito pelos jovens brasileiros e o papel influenciador da mídia, nesse aspecto. Estudiosos como Schilder, D’Affonseca, Tamayo embasam o importante referencial teórico. Evidenciam que as duas maiores preocupações são com o peso e com a aparência, fazendo com que os jovens, não raras vezes, se distanciem de seu corpo natural e ajam de forma equivocada. Assim, os autores do presente artigo analisam qual o nível de satisfação com o próprio corpo, de acadêmicos jovens do sexo masculino, de uma determinada universidade do Norte do Rio Grande do Sul, o que torna o estudo muito oportuno.

O penúltimo artigo dessa revista trata da ferramenta de avaliação internacional *Programme for International Student Assessment - PISA* - na pesquisa feita por Aloir Afonso Warken, Maria Julia Barancelli e Suelen Zortéa, e que foi denominada de “O PISA como instrumento de avaliação indutor de políticas públicas”. O objetivo do mesmo foi evidenciar a influência de tal Programa nas políticas públicas e, conseqüentemente, nas educacionais. Importantes colocações são feitas sobre as influências desse ranqueamento entre países participantes do PISA. Destaque-se o fato de que as profundas desigualdades sociais entre os países não são tratadas, no Programa, como um fator que devesse ser levado em conta nos resultados.

E, por fim, “Planejamento e Gestão: relato de experiências”, de Maria Julia Gonçalves Barancelli, Aloir Warken e Camila Fernandes, encerram a revista, com o relato de alguns gestores educacionais, com o objetivo compreender a gestão educacional, estabelecendo relações entre gestão, Projeto Político Pedagógico, planejamento de ensino e a avaliação da gestão e da instituição escolar. Dada a pandemia do Covid-19, esses relatos são fruto de interações feitas através do GoogleMeet.

Publicações oriundas de pesquisas, de seminários, de interações entre diferentes áreas e instituições, fazem efervescer e fermentar o processo educativo. A URI Erechim sente-se corresponsável e honrada por fazer parte dessa preocupação. Comunitários que somos e de mentes próximas, alinhados nos mesmos princípios, fazemos tempos melhores e construímos um mundo que possa ser de encantamento para todos.

Um grande abraço e boa leitura.

Prof. Paulo Roberto Giollo  
Diretor Geral da URI Erechim

# EL PROCESO DE APRENDIZAJE DE NIÑOS DESNUTRIDOS: ASPECTOS NEUROPSICOLÓGICOS Y SOCIALES

Fernando Gabriel Molas<sup>1</sup>  
Maria Isabelle Nakano Vieira<sup>2</sup>  
Vivianne Amanda do Nascimento<sup>3</sup>

## INTRODUCCIÓN

Se sabe de la importancia de los cuidados en los primeros años de vida de un niño para su desenvolvimiento, como la buena alimentación, atención de los padres y la educación, que son fundamentales para el futuro del aprendizaje académico.

El proceso de aprendizaje necesita de una base sólida para la construcción de un adulto potencialmente desenvuelto. Por eso, es fundamental que todos los recursos y soportes sean ofrecidos en la infancia, principalmente en los primeros meses de vida hasta los 5 años de edad.

En tanto, existen algunos obstáculos para ser enfrentados que incluyen aspectos sociales variados, como la familia, escuela y estado socioeconómico, factores que culminan en un aprendizaje muchas veces inapropiado que pueden estar asociados a un factor de desnutrición.

La desnutrición es una enfermedad de naturaleza clínico-social multifactorial, cuyo génesis está directamente intercalado con la pobreza. Cuando está presente en la infancia, se asocia a mayor mortalidad, a déficits de movimiento psicomotor, a menor tasa de aprobación escolar, a infecciones recurrentes y a la disminución de la capacidad productiva en la edad adulta.

La desnutrición intrauterina y post natal, partos prematuros, amamantamiento materno, enfermedades infecciosas de repetición, consumo de alimentos incapaces de suplir las necesidades, falta de higiene, desempleo, vínculo madre e hijo entre otros, pueden ser considerados en la génesis de desnutrición, siendo esta una enfermedad de múltiples causas.

De esta forma, el presente trabajo busca aclarar los factores que corroboran para el aprendizaje del individuo a resaltar la alta prevalencia de la desnutrición infantil como fuerte factor de influencia en los procesos de aprendizaje y desenvolvimiento neuropsicológico.

## Desnutrición infantil

La nutrición adecuada es el equilibrio entre el alimento ingerido y el aprovechamiento final de su degradación, o sea, la absorción de los nutrientes. Para eso, es requerido que el cuerpo humano reciba la cantidad de alimentos ideal y este con sus funciones estructurales y fisiológicas aptas para el proceso de digestión. (BRASIL, 2013).

Para los neonatos, es recomendado el amamantamiento materno exclusivo por libre demanda hasta los 6 meses de edad. Se sabe que hasta esa edad la leche materna contiene todos los elementos necesarios para suplir la nutrición del lactante. Pasando ese periodo, se pasa a introducir otros alimentos complementares en la dieta del niño como frutas, carnes y

---

<sup>1</sup> Estudiante do 3º semestre del Curso de medicina.UMAX. Assunción, PY. Email: molas.fernando22@gmail.com

<sup>2</sup> Estudiante do 8º semestre del Curso de medicina URI Erechim-RS. E-mail: belenv7@gmail.com

<sup>3</sup> Estudiante do 8º semestre del Curso de medicina URI Erechim-RS. E-mail: vivvianeamanda@gmail.com

vegetales. Ya la alimentación recomendada para el niño por encima de los 2 años es la ingestión de 3 porciones de comida al día, aparte de 3 aperitivos conforme el apetito, con grupos de alimentos diversos. (BRASIL, 2013; HAY et al., 2016).

Como consecuencia, la nutrición infantil inadecuada puede causar deficiencia de proteínas, lípidos, carbohidratos, macrominerales, oligoelementos y vitaminas que son fundamentales para el crecimiento físico saludable del niño. De forma más específica, para el desenvolvimiento normal del sistema nervioso central, los macrominerales como el magnesio, cloro e potasio que están presentes en vegetales y frutas, oligoelementos como zinc y el cobre que componen la leche materna y las vitaminas liposolubles en los derivados de la leche, vegetales y huevo son fundamentales en los primeros años de vida. (HAY et al., 2016).

Según la OMS (Organización Mundial de la Salud), la desnutrición infantil es diagnosticada evaluando la relación del bajo peso en comparación con la altura, baja estatura para la edad o presencia de edema (OMS, 1999 - Manejo de desnutrición grave). Puede ser clasificado en desnutrición leve, la cual presenta pocos riesgos a la salud del niño, hasta casos graves como kwashiorkor, desnutrición o una forma mixta de kwashiorkor marasmático, teniendo grande repercusión y alta mortalidad (FRAGA et al., 2012).

Entretanto, la principal causa de desnutrición sea por el consumo insuficiente de alimentos, ese cuadro puede ser multifactorial, asociado a anomalías del tubo digestivo, inexperiencia materna en la lactancia, intolerancia alimentaria e infecciones parasitarias (HAY et al., 2016).

En 2018, aproximadamente 200 millones de niños en el mundo menores de 5 años presentaban desnutrición crónica o desnutrición aguda. En el año siguiente, 200 millones sufrían de hambre oculta - deficiencia de micronutrientes en el organismo -, 200 millones también presentaban déficit de crecimiento y 50 millones presentaban peso por debajo de lo esperado (UNICEF, 2019).

Los déficits nutricionales son predominantes en los grupos socioeconómicos de bajo nivel y tienen grande influencia en los primeros años de vida del niño que está en desenvolvimiento. En este núcleo, algunos estudios demuestran que la desnutrición aparte de retardar el crecimiento corporal, puede afectar, también, la capacidad intelectual y cognitiva del individuo, ocasionando dificultad de aprendizaje escolar en el futuro.

### **Aspectos neuropsicológicos del aprendizaje**

Con base en el estudio del cerebro, estudios experimentales realizados en diferentes especies de mamíferos presentan que la falta de nutrientes tiene influencia en el desenvolvimiento animal pudiendo causar comprometimiento cognitivo inmediato o futuro, principalmente cuando ocurre en la fase de mayor formación del sistema nervioso central - antes de los 2 años de edad - por ser un local que se suprime de grandes cantidades de nutrientes para su metabolismo en la primera infancia el cerebro consume casi el doble de la demanda energética que el cerebro adulto (SCHWEIGERT, 2009; GOYAL, 2018; HAY et al., 2016).

La desnutrición precoz altera el desenvolvimiento del sistema nervioso central estructuras como el cortex cerebral y el hipocampo están incluidos. En contrapartida, la asociación de desnutrición con la predisposición para el desenvolvimiento de epilepsia y trastorno de déficit de atención e hiperactividad (NUNES, 2001).

Entre tanto una de las funciones más comprometidas en niños desnutridos está el equilibrio estático, equilibrio dinámico, coordinación apendicular, gnosias, lenguaje y coordinación tronco-miembro. Observamos también el considerado comprometimiento de las

funciones superiores cerebrales cuando asociados a un cuadro de desnutrición (GUARDIOLA, 2001).

Niños con cuadros de desnutrición grave durante su primer año de vida posteriormente demuestran disturbios de rendimiento escolar como la falta de atención, agitación, poca memoria, menor motivación, mayor labilidad emocional, reducción de aptitud social aspectos físicos poco expresivo y Q.I. más bajo. Un retardo en el desenvolvimiento neuropsicomotor trae consecuencias también motoras, como pueden ser vistas al gatear, andar sin ayuda, conseguir equilibrio estático y dinámico (SAYEGH, 2008; GOULART, 2008).

Un estudio hecho en Brasil analizando niños de nivel socioeconómico y edad semejantes, demuestra que niños con historia de desnutrición previa presentan desempeño cognitivo, por el instrumento cognitivo, significativamente peores de que los niños saludables. Ese experimento analizaba áreas del conocimiento general, funciones psiconeurológicas, bases para lectura, bases para matemáticas, conceptos básicos, operaciones cognitivas y lenguaje. (ESPOSITO, 1975).

En concordancia, Xie et. al (2019) por medio de un estudio de corte en el cual fue analizado la relación entre desnutrición crónica y funcionamiento neurológico en niños de un barrio pobre Bangladesh encontraron que las baja estatura para la edad, como forma de estudiar la desnutrición infantil segundo la OMS, posiblemente está relacionado con los patrones atípicos de conexiones funcionales en el cerebro analizados por el examen de electroencefalograma (EEG), culminado como desenvolvimiento cognitivo desfavorable en los primeros 5 años de vida.

El aprendizaje depende de las funciones cognitivas y es definida como una Adquisición de información que es almacenada en la memoria, influenciando el pensamiento del comportamiento humano. Ese proceso es constante y necesita de mecanismos de percepción, atención, lenguaje y comprensión. La percepción es la capacidad de asociar los estímulos sensoriales a las informaciones ya almacenados anteriormente sistema neuronal, o sea, la memoria. Ya la atención y el foco de la concentración en algún evento externo, generalmente correspondiendo a la fijación visual y al lenguaje y es el sistema de comunicación que lleva a la comprensión de un mensaje entre un emisor y un receptor (LENT, 2010).

Es un mecanismo importante para el aprendizaje, por lo tanto, necesitan de subsidios nutricionales para la formación de sus estructuras físicas que alimentan los tejidos y redes neuronales, aparte de fondo de energía para su funcionamiento. Es evidenciado la necesidad de interactividad del ambiente con el ser humano, recibiendo estímulos para que se desenvuelva. A fin de que, las neuronas son inicialmente subdesarrolladas, por ende al de correr del tiempo, al recibir estímulos inician el proceso de maduración y se tornan capaces de realizar sus funciones (LENT,2010).

El estímulo inicial de la excitación neuronal de recién nacido son los padres, desde el toque materno en la amamentación, los juegos, las sílabas o palabras habladas, las expresiones facial y los alimentos con sabores y texturas diferentes. Otro agente de gran importancia en la creación de estímulos es la escuela, que aparte de actuar directamente sobre el proceso de enseñanza y aprendizaje, mezcla el niño en un grande medio social, decurriendo de relaciones con los profesores y otros alumnos.

### **Aspectos sociales**

Sawaya (2001) relata que el punto de partida para la construcción del conocimiento y el aprendizaje no es igual para todos, principalmente para alumnos que frecuentan escuelas de barrios pobres. Aparte, el contexto en que el niño está metido como la familia, cultura y clase

social y también las características del propio alumno interfieren expresivamente en su desempeño escolar.

La familia es el grupo social de papel fundamental en la formación de sus miembros, de la cual subsidia sus vivencias iniciales que se repercutirá en todas las fases de la vida. También transmiten valores culturales, ofreciendo cuidado y educación. El ambiente familiar adecuado, como fuente de amparo emocional y precursor de estímulos cognitivos del día a día, auxilian el crecimiento y desenvolvimiento del niño. En favorecimiento, puede auxiliar o compensar los posibles efectos adversos causados por la desnutrición (BAGGIO, 2010).

Se sabe que la alimentación adecuada y saludable se relaciona íntimamente con la economía familiar, por eso la realidad de pobreza y desigualdad social que se mantiene en Brasil es apuntada como una de las causas principales de desnutrición, siendo así interpretada como una cuestión de salud pública (FRAGA, 2012).

Una estructura familiar desorganizada tanto por factores económicos como sociales, favorecen con un aprendizaje escolar insatisfactorio. En consecuencia de eso muchos padres sin recursos financieros mínimos para la necesidad básica trabajan la mayor parte del día, disminuyendo el tiempo de cuidado y atención a los hijos. Del mismo modo la baja escolaridad de la mamá y del papa influyen en el proceso de desenvolvimiento del niño, porque pueden no desempeñar los estímulos adecuados por la falta de educación (SAWAYA, 2001).

La escuela, por lo tanto, como sistema de enseñanza que instiga el pensar, la construcción del conocimiento y el desenvolvimiento de cada individuo, es secundario de la familia en el proceso de aprendizaje. En consecuencia, existen condiciones internas al ambiente escolar que también contribuyen para el aprendizaje ineficiente, como la falta de materiales, un cambio de docentes constantemente al de correr del año (SAWAYA, 2001).

De esta forma, es necesario que los factores que determinan el aprender como la familia, la escuela y el propio niño estén en armonía y cumplan su papel, para que, en caso de uno de estos factores falle, los otros actúen como un mecanismo de compensación y no interfieran en el desenvolvimiento de aprendizaje del niño.

## **CONSIDERACIONES FINALES**

Mediante todo lo que fue presentado, el desenvolvimiento de un niño es resultado del conjunto de acciones de los factores sociales y culturales envueltos, aparte de sus características biológicas. Muchos niños todavía viven en situación de deficiencia nutricional, principalmente causada por la pobreza. El cuadro de desnutrición, puede interferir en el aprendizaje escolar de esos niños, así como el bajo nivel socioeconómico de su familia. De esa forma, ese tema es pertinente para más estudios futuros, analizando la discusión de la creación de intervenciones resultiva.

Es necesario resaltar la importancia de la lactancia materna por libre demanda y estimular esa conducta principalmente los grupos vulnerables y exponer sus beneficios nutricionales, aparte de los estímulos que esa acción trae para el desenvolvimiento del bebé. También, los responsables deben quedar atentos en relación al crecimiento del niño y ser orientados a hacer acompañamiento con un profesional de la salud.

Además, el abordaje del niño desnutrido incluye, necesariamente, el abordaje familiar, el estímulo del vínculo y la participación activa. Una red de apoyo que incluya todo un equipo de salud, en especial los agentes comunitarios de la salud, es fundamental la diseminación de informaciones y de la educación familiar. Es fundamental que exista una relación simbólica entre familia y escuela para que el proceso de aprendizaje sea eficiente y el niño aprenda de forma completa.

## REFERENCIAS

BAGGIO, R.C. et al. **Desempenho escolar e variáveis do contexto familiar**. Dissertação de Mestrado do Programa de Educação da Unicamp, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher**. (ed.). Saúde e Estado Nutricional de Crianças Menores de Cinco Anos. 2006. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/pnds/saude\\_nutricional.php](https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/pnds/saude_nutricional.php). Acesso em: 26/06/2021.

CARVALHO, F.A.H. Neurociências e educação: uma articulação necessária na formação docente. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, n. 3, p. 537-550, nov. 2010.

ESPOSITO, Y.L. Desnutrição e cognição. **Cadernos de Pesquisa**, n. 14, p. 87-96, 1975.

FRAGA, J.A.F., VARELA, D.S.S. A relação entre a desnutrição e o desenvolvimento infantil. **Rev. Assoc. Bras. Nutr.**: Vol.4, N.5, 2012.

GOYAL, M.S., RAICHLE, M.E. Glucose Requirements of the Developing Human Brain. **Journal Of Pediatric Gastroenterology & Nutrition**, v. 66, n. 3, p. 46-49, 2018.

GOULART, L.M.H.F., VIANA, M.R. Saúde da criança e do adolescente: agravos nutricionais. Belo Horizonte: **Coopmed**, 2008.

GUARDIOLA A., EGEWARTH C., ROTTA NT. Avaliação do desenvolvimento neuropsicomotor em escolares de primeira série e sua relação com o estado nutricional. **J Pediatr** (Rio de Janeiro), 2001

HAY, W. W. et al. **CURRENT. Pediatria: diagnóstico e tratamento**. 22. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

LENT, R. **Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais da neurociência**. São Paulo: Atheneu, 2001.

LOBO, G.D; DA CUNHA CASSUCE, F.C.; CIRINO, J.F. Avaliação do desempenho escolar dos estudantes da região nordeste que realizaram o ENEM: uma análise com modelos hierárquicos. **Revista Espacios**, v. 6, 2017.

MUNIZ, H.F. **Práticas sociais de cuidados infantis: uma proposta de intervenção em domicílio de crianças desnutridas** [tese]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo; 2000

NUNES, M.L. Malnutrition and neuropsychomotor development. **J. Pediatr** (Rio J.) 77(3). 2001.

SAYEGH, M., LIMA, M.C. Os distúrbios nutricionais e seus efeitos sobre o desenvolvimento motor. **Pleidade**, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 1, p. 115-125. 2008

SAWAYA, S.M. Desnutrição e baixo rendimento escolar: contribuições críticas. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 58, p. 133-146, 2006.

SCHWEIGERT, I.D., SOUZA, D.O.G., PERRY, M.L.S. Desnutrição, maturação do sistema nervoso central e doenças neuropsiquiátricas. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 2, p. 271-281, abr. 2009.

UNICEF. Situação mundial da infância 2019 – **Caderno Brasil**. Brasília: Fundo das Nações Unidas para Infância, 2019.

XIE, W., JENSEN, S.K.G., WADE, M., KUMAR, S., WESTERLUND, A., KAKON, S.H., HAQUE, R., PETRI, W.A., NELSON, C.A. Growth faltering is associated with altered brain functional connectivity and cognitive outcomes in urban Bangladeshi children exposed to early adversity. **Bmc Medicine**, v. 17, n. 1, 2019.

# A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO SUSTENTO AO LUGAR SIMBÓLICO DO PROFESSOR

Daniela Dametto<sup>1</sup>  
Lidiane Cássia Comin<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Inicialmente, torna-se relevante considerar as grandes mudanças que a sociedade vem sofrendo ao logo do tempo. Uma destas grandes mudanças diz respeito à quantidade de informações que estão disponíveis a todos e a velocidade de acesso a elas. Buscar conhecimentos e informações torna-se indispensável para o exercício da vida profissional, enfatizando aqui, que informação e conhecimento não são sinônimos, pois, a informação só se torna conhecimento quando o indivíduo lhe atribui sentido e se apropria daquilo que aprende.

Diante dessa colocação, a respeito da aprendizagem como transmissão e experiência, constatamos que a escola e o professor continuam tendo um papel fundamental para o desenvolvimento humano. É função da escola possibilitar a construção de conhecimento, pois tudo o que está nos livros, ou é ofertado de forma excessiva na internet, são informações, e necessita da intervenção de outro humano, capaz de dar sentido e contribuir na construção do conhecimento.

É neste contexto que compreendemos que a escola e o processo educacional se encontram em crise. Os desafios de ensinar na atualidade diante de tanta oferta de informação e conhecimentos, e a complexidade que a tarefa de educar encontra, exige um reposicionamento da escola e do professor diante na construção de conhecimentos. Além disso, observa-se que os professores estão passando por uma crise de identidade, quando mencionam as dificuldades enfrentadas em sala de aula, na relação com os alunos, com as famílias, e aos inúmeros desafios que compõem o universo escolar. Alguns professores afirmam que não aprenderam a ensinar, ou que lhes falta sustento para o exercício na sua profissão.

Para que uma nova perspectiva seja possível, considera-se fundamental uma mudança de pensamento sobre a escola, sendo necessário acreditar na possibilidade de encontrar caminhos mais adequados para os problemas vivenciados no momento. É fundamental que seja oferecido ao docente não apenas artefatos técnicos, mas que os programas de formação continuada contemplem um espaço de diálogo, reflexão e troca de experiência, contribuindo para uma atuação profissional emancipatória e de qualidade.

O presente artigo pretende investigar na literatura científica a importância da formação continuada do professor, e da posição do mesmo na busca de sustento para a sua profissão e no compromisso com a formação humana do seu aluno. Como contribuições, possibilita uma reflexão acerca dos desafios da educação em relação a formação continuada do professor como forma de agregar sentido ao seu trabalho.

## Elementos Conceituais

---

<sup>1</sup> Bacharel em Psicologia, Especialista em Formação Pedagógica pela FAT- Faculdade Anglicana de Tapejara, professora de graduação, e-mail: danieladametto30@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, professora de graduação e pós graduação lato sensu, e-mail: prof.lidianecassiacomin@gmail.com.

Ser professor não é apenas ser um mediador entre o aluno e o conhecimento construído socialmente, compreende-se que essa relação envolve muito mais que isso. Desse modo, discorre-se acerca do lugar simbólico do professor, e o quanto a formação continuada pode contribuir para o sustento teórico e subjetivo do professor no exercício da sua profissão.

### **O lugar simbólico do professor**

Segundo Bravin (2017) ensinar é uma das atividades mais nobres a ser desempenhada pelo ser humano. Aqueles que se dedicam a incorporar essa notável incumbência herdam um grande tesouro. Dessa forma, todo educador é dotado de qualidades que o faz ser majestoso, criativo, único e ter em suas mãos a possibilidade de transformação, sendo capaz de influenciar positivamente a vida e a outra pessoa. O professor exerce uma tarefa muito importante diante da sociedade por lidar com a formação de seus pares, fazendo com que eles evoluam significativamente por intermédio de ações realizadas dentro do processo de educar.

É através da ação do professor que o aluno tem acesso ao conhecimento. Sobre a importância da função do professor, Francisco Santos, na aula de Dinâmicas e Dificuldades de Aprendizagem, realizada na Universidade de Passo Fundo, em maio de 2015, nos diz que:

Aquele que ensina está indicando caminhos para que haja acesso ao tesouro do conhecimento acumulado de toda humanidade. A aprendizagem formal abre caminho para o contato com o patrimônio científico desenvolvido como riqueza simbólica ao longo de séculos. Uma simples conta matemática é um tesouro acumulado, porque um dia ela não existiu. Quando alguém formalizou esta operação e, ao formalizá-la, tornou-se capaz de transmiti-la a outros ensinando como se faz para contar, ocorre um feito enorme. Se o aprendiz pensa: “que bobagem! isso é tão fácil, isso eu já sei!”, não será fácil aprender, porque o que se recusa aí é o reconhecimento da alteridade. Sabe fazer uma operação, mas não sabe o que significa, ou seja, não compreende o trabalho que existiu por trás disso que agora recebe, e ignora como as coisas eram antes, quando ainda não tinha havido esse trabalho; sabe fazer a operação, mas não reconhece o outro, o caminho realizado pelo outro, e nem alcança entender que esse que está ensinando essa tal coisa “fácil”, “chata”, está lhe dando um acesso que poderia sonegar, se assim quisesse, deixando com que permaneça ignorante. Essa dimensão da troca humana e dos lugares relativos nesta troca é inalienável da realização da aprendizagem (SANTOS, 2015, p. 02)

Pode-se afirmar que o professor possui um lugar simbólico frente à tarefa de ensinar, que vai além da atividade de repassar conhecimentos. Sua principal função é relacionada à formação humana dos seus alunos. As crianças e os jovens buscam em outros lugares, além da família, nas redes de suas relações, nos vizinhos, pais de amigos, nos professores, modelos de identificação. É por isso que se torna fundamental pensar e debater sobre o lugar do professor como formador humano e o seu compromisso como adulto, quando assume a responsabilidade de educar (BLEICHMAR, 2008).

Nesse sentido, em relação ao lugar simbólico do professor, Nolasco (2015) coloca que as aulas são espaços de aprendizagens e espaços potenciais para os momentos de contato afetivo em que, mediante a assimetria na relação com o professor, brotam as possibilidades para o surgimento de sujeitos pensantes, criativos e autônomos. Segundo o autor, a assimetria referida diz respeito a uma diferença conquistada pelo professor por meio de suas próprias experiências de vida, um saber constituído com seus mestres, aqueles que vieram antes. As experiências que formam o professor lhe conferem um estatuto singular e ético de responsabilidade sobre quem desta posição depende. É assim que num só movimento se

articulam a possibilidade de vir a ser, do conhecimento e a consequente construção dos sonhos.

Freud (1914, p. 256.) nos deixa uma valiosa contribuição para pensar a importância de um professor:

Minha emoção ao encontrar meu velho mestre/escola adverte-me de que antes de tudo, devo admitir uma coisa: é difícil dizer se o que exerceu mais influência sobre nós e teve importância maior foi nossa preocupação pelas ciências que nos eram ensinadas, ou pela personalidade de nossos mestres.

É importante lembrar que cumprir programas e conteúdos é de fundamental relevância, mas o sentido e o estatuto da matéria estudada advêm do ato humano, vincular, singular e complexo, próprio da relação que se forma entre professor-aluno (BACHA, 2008).

Segundo a Filósofa Hannah Arendt (2005) é na escola que a criança faz sua primeira entrada no mundo, a escola em si não é o mundo, mas é a primeira instituição que se interpõe e auxilia na transição da criança da família para o mundo. Desse modo, relativamente para a criança, a escola representa o mundo. Na etapa da educação, correspondente a primeira infância, os adultos são muito responsáveis pela criança. A sua responsabilidade inclui em zelar para que a criança cresça em boas condições, mas também, assegurar que a criança tenha um livre desenvolvimento de suas qualidades e características individuais.

Ainda Arendt (2005) coloca que na medida em que a criança ainda não conhece o mundo, devemos introduzi-la gradualmente, preocupando-se com seu crescimento e cuidando para que ela amadureça. E, frente aos jovens, os educadores fazem sempre figura de representantes de um mundo no qual, embora não tenha sido construído por eles, devem assumir a responsabilidade mesmo que não quisessem que fosse assim. Essa responsabilidade não é colocada de forma arbitrária aos educadores, mas está implícita a sua profissão, onde os jovens serão introduzidos pelos adultos em um mundo que está sempre em constante mudança.

Nessa perspectiva, Gadotti (2003) discorre sobre a importância do professor no processo educativo, afirmando que este deve ensinar a pensar, saber comunicar-se, saber pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o seu próprio trabalho, ter disciplina para o trabalho, ser independente e autônomo, saber articular o conhecimento com a prática. Nesse contexto, o professor é muito mais um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. Para isso, o professor também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o fazer dos seus alunos.

A competência do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de construir este conhecimento junto com o aluno. Gadotti (2013, p. 13), ao citar Rubem Alves, diz que: “Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim não morre jamais”. O autor coloca que possivelmente muitas pessoas nesta altura se perguntam se o autor Rubem Alves estaria idealizando a figura do professor, ignorando a estrutura caótica, imposta às redes do sistema de ensino pelo estado capitalista que acaba culpabilizando o próprio professor pelo fracasso na escola. O cenário não é otimista, não poderia, de forma alguma, ignorá-lo. Ao contrário, torna-se fundamental reacender o sonho de ser professor com sentido, para combater esse estado de coisas. Este é o sentido que o professor deve buscar para exercer sua profissão.

## **A formação continuada dos professores**

A formação continuada dos professores é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 394/96, destacando que a prática do professor é extremamente relevante para que a qualidade do ensino seja cumprida e aperfeiçoada diariamente. A participação no dia a dia da escola, além da sala de aula, é primordial para seu crescimento pessoal e profissional, participando ativamente da elaboração da proposta pedagógica da escola.

O avanço tecnológico vivido no último ano, em razão de uma pandemia global, trouxe mudanças importantes para a sociedade e afetou diretamente a escola (TREBIEN et al., 2020). Os professores precisaram reinventar suas aulas em um rápido espaço de tempo, aprendendo novas habilidades para também trabalhar com seus alunos. A escola e os professores precisaram rever sua estrutura organizacional, e as práticas pedagógicas, demonstrando ainda mais a importância da formação continuada (TREBIEN et al., 2020), com o propósito da contínua melhoria do ensino.

Nesse sentido, Pereira (2003) questiona a respeito da construção profissional do professor, dizendo que eles falam pouco sobre a sua formação e não relacionam a mesma enquanto definidora de um bom profissional. Quando o Professor não se questiona, também não assume a importância da formação e do investimento na mesma como característica de sustento para ser um bom educador. A formação envolve desde a habilitação para se exercer a profissão até a participação em cursos de reciclagem e aperfeiçoamento, principalmente em espaços que privilegiem uma formação que possa contemplar além dos aspectos metodológicos, o exercício das relações e também reflexões formais acerca do ambiente aonde trabalham, contemplando os fundamentos da educação como a psicologia e a sociologia (PEREIRA, 2003).

Para Micela (2017) a expressão formação Continuada, muito utilizada no cenário educacional, tem sido diretamente vinculada à qualidade da educação e, do mesmo modo, à qualidade de ensino. Essa associação acena para a complexidade desse processo, que requer atenção, planejamento e perseverança. É o exercício de uma prática pedagógica de qualidade que está diretamente relacionado à formação de profissionais alicerçados em uma fundamentação teórica consistente, associada à contínua articulação entre a teoria e a prática. A formação continuada torna professores e gestores mais capacitados para ponderar sobre todos os aspectos pedagógicos e, para além deles, propor estratégias com a finalidade de sanar as dificuldades e instalar mudanças significativas em toda a comunidade escolar (MICELI, 2017).

Gadotti (2003) ao se referir sobre a crise de identidade e a crise de sentido em relação a formação continuada do professor, relata que um velho professor está realmente desaparecendo para dar espaço para um professor que está renascendo. O autor mostra que não tem mais sentido a existência de um profissional que se limita a reproduzir o conhecimento e a cultura que outros desenvolveram. O professor hoje precisa ser um profissional capaz de construir conhecimento. Atualmente o domínio dos conteúdos de um saber específico (científico e pedagógico) é considerado tão importante quanto as suas atitudes. Desse modo, o maior desafio dessa profissão está na mudança de mentalidade que precisa ocorrer tanto no profissional da educação quanto na sociedade e, principalmente, nos sistemas de ensino.

Segundo Bacha (2003), a formação dos professores deve ser orientada de forma que possa enriquecer o cenário escolar, compreendendo que os alunos têm sua singularidade e são constituídas de elementos que não estão para ser controlados. É fundamental que o professor experimente e viva o prazer na tarefa de educar. A formação continuada dos docentes através de um movimento dialético precisa considerar a própria realidade, estar atento aos desafios

diários, compartilhar angústias, pensar de forma coletiva, para inovar a prática pedagógica, e obter mais qualidade no processo de ensino-aprendizagem (TREBIEN et al., 2020).

Torna-se fundamental compreender que a formação dos professores e gestores para avançar. Repensar as condições de trabalho do professor, sua remuneração, suas relações com o saber, e com os processos de formação, se faz necessário (PEREIRA, 2016). A formação continuada do professor precisa ser concebida como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica, e não como mera aprendizagem de novas técnicas, atualização em novas receitas pedagógicas ou aprendizagem das últimas inovações (GADOTTI, 2003). Nesse sentido, deve-se realçar na formação continuada a importância da troca de experiências entre pares. Isso os leva a compartilhar evidências, informação e a buscar soluções. Por isso o autor reforça que, a comunicação, o conhecimento da prática, a capacidade de negociação, o conhecimento de técnicas de diagnóstico, de análise de necessidades, o favorecimento da tomada de decisões e o conhecimento da informação, são temas-chave na formação continuada.

Neste sentido, a formação continuada torna-se uma ferramenta fundamental, capaz de contribuir para o aprimoramento do trabalho docente, fortalecendo vínculos entre os professores e os saberes científico-pedagógicos. Também, favorece a criação de novos ambientes de aprendizagem, que conduzem os docentes e discentes em direção a práticas pedagógicas capazes de ressignificar a aprendizagem, e habilitar os estudantes a elaborar e desenvolver projetos que redimensionarão sua escolaridade e o papel destes na sociedade (MICELI, 2017).

Também existe um saber construído através da experiência, que está relacionada a uma prática reflexiva que pode ser considerada construção de conhecimentos teóricos. Toda vez que o professor e seu grupo de colegas tomam um espaço para debater a respeito da sua prática cotidiana, estudos de casos, técnicas alternativas, compartilhamento de intervenções, e também expõem suas angústias, pode se dizer que ali se construiu um espaço integrado do saber-fazer ao saber-teórico. O pensar-fazer-ser comportaria um tripé no qual sustentaria uma nova pedagogia ou um novo modelo de formação e de prática docente (PEREIRA, 2016).

Sendo assim, para finalizar considera-se que a escola deve construir projetos, que busquem desenvolver um sujeito social. Que este projeto não envolve construir legalidades apenas com o aluno, mas com os pais e a família. Não se podem construir subjetividades, se não estão sustentadas pela base dos projetos futuros. E os projetos futuros não se estabelecem sobre a realidade existente, mas sim sobre a realidade que temos que criar. Sendo o professor o mediador da construção de subjetividades, é extremamente relevante pensar a sua formação continuada (BLEICHMAR, 2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado, foi possível concluir que para uma adequada qualidade no ensino, onde o compromisso seja com a formação educacional, mas principalmente a formação humana dos seus alunos, desta forma se faz imprescindível repensar os espaços de formação continuada dos professores.

Com a pesquisa também foi possível perceber que há uma defasagem entre o que os encontros de formação continuada se propõem e as reais necessidades que o Professor encontra para a realização do seu trabalho. Percebe-se que os profissionais se sentem desamparados em certa medida, frente aos desafios relacionados à construção de conhecimentos, mas principalmente no que diz respeito a formação humana e constitutiva dos seus alunos. Muitos professores alegam não terem aprendido a trabalhar com esta realidade que se deparam e não encontram suporte dentro dos espaços que deveriam estar destinados a oferecer um sustento a equipe escolar.

Ao ver a educação como uma atividade que tem a função de formar indivíduos, o educador deve coloca-se como um agente ativo nesse processo, tendo como missão não só informar ou transmitir conhecimentos, mas contribuir para a formação e desenvolvimento de seus alunos em seus aspectos psíquicos e humanos. Para isso é preciso que o profissional disponha de conhecimentos, mas principalmente entenda desta relação que se estabelece em sala de aula, e o quanto o seu lugar simbólico oferece substância para o desenvolvimento dos seus alunos.

Portanto, foi possível constatar que é necessário através da formação e do acompanhamento conscientizar os professores quanto a sua responsabilidade na formação humana dos seus alunos, que vai além da construção de conhecimentos em sala de aula. Ressaltando aqui, que a aprendizagem acontece na relação com o outro. Para isto, não cabe, simplesmente, dizer ao professor como deve fazer sua prática. É necessário abrir espaços que ofereçam condições e sustento para o exercício profissional, possibilitando que o professor assuma uma posição ativa e crie novas possibilidades diante dos desafios que encontra.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, H. A crise na educação. In: **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 3ª reimpressão da 5. ed. 2000. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BACHA, M. N. **Psicanálise e Educação. Laços Refeitos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BLEICHMAR, S. **Violência social, violência escolar: la puesta de limites e la construção de legalidades**. Buenos Aires: NOVEDUC, 2008.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRAVIN, P. de P. A importância do professor no desenvolvimento pessoal e profissional de qualquer pessoa, **Portal Administradores**, jun. 2017. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/a-importancia-do-professor-no-desenvolvimento-pessoal-e-profissional-de-qualquer-pessoa/105309>. Acesso em: 14 abr. 2018.

FREUD, S. Algumas reflexões sobre a Psicologia do Escolar. In: **Obras completas – Vol. XIII (1913-1914)**. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GADOTTI, M. **Boniteza de um Sonho: ensinar a aprender com sentido**. São Paulo: Grubhas, 2003.

MICELI, M. Z. D. A importância da Formação Continuada dos Professores, **Portal Jornal Estadão**, São Paulo, out. 2017. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-dos-colegios-santa-amalia/a-importancia-da-formacao-continuada-de-professores/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

NOLASCO, V. **A aventura humana de educar**. Diário da Manhã, 22 jun. 2015.

PEREIRA, M. R. **O avesso do modelo. Bons Professores e a Psicanálise**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PEREIRA, M. R. **O nome atual do mal-estar docente**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

SANTOS, F. **Conferência ditada na aula da disciplina de Dificuldades da Aprendizagem**. Universidade de Passo Fundo – RS, 08 maio 2015.

TREBIEN, M. M. et al. **Formação continuada de professores: uma epistemologia da prática**. Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, v. 13, n. 1, p. 91-102, 2020.

# EDUCAÇÃO FAMILIAR: as novas orientações do CNJ sobre o casamento

Rochana Basso<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta reflexões aos pais, professores e comunidade em geral sobre educação familiar frente às orientações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça a respeito de procedimentos que devem ser de conhecimento de todos os cidadãos.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) expediu resolução na qual os registros civis de pessoas naturais devem orientar sobre as despesas advindas da formação da família, a descrição dessa nota é feita logo adiante.

Assim, espera-se com esse artigo, minimizar o distanciamento entre o cidadão e seus direitos oportunizando condições de acesso a informação correta e confiável por tem procedência fundamentada na fé pública dos registradores, bem como seus colaboradores.

Estima-se, dessa forma, contribuir com o esclarecimento de situações facilmente encontrada no cotidiano dos cidadãos, mas que, às vezes, por inacessibilidade às informações e orientações inviabilizam o bom andamento das relações familiares.

## Família

Partindo-se da definição usual do que pode ser considerada uma família, a maioria dos dicionários a descrevem como um conjunto de pessoas que vivem juntas e sob o mesmo teto, formada essencialmente pelo pai, pela mãe e pelos filhos. (MICHAELI, 2014, FERREIRA, 2018). Para Foucault (2006) a família deve materializar-se como o meio mais próximo da criança sendo o local imediato às suas vivências e seu crescimento.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a definição histórica de família é dada pelo artigo 226 da mesma, quando assegura como sendo aquela formada pela união monoparental ou pelo menos estável, assegurando também outras formas possíveis, na sua maioria protegidas pela lei, algumas com redação especial.

No Código Civil Brasileiro instituído em 2002, traz em seu arcabouço as mudanças havidas no decorrer da evolução das configurações familiares, baseando nos princípios norteadores como a dignidade das pessoas, na igualdade dos cônjuges e também alcançando todos os filhos, contemplando o pluralismo na constituição da família, presentes nos artigos 226 e 227 do documento acima.

O Código Civil Brasileiro de 1916 apresentava uma estrutura de família tradicional, composta por pai, mãe e filhos. Em seu texto, com traços asseverados do pátrio poder, em que o pai exercia o poder sobre os demais membros da família, havia, no artigo 233, inciso I do referido Códex, a descrição de que o marido, chefe da sociedade conjugal, competia-lhe a representação legal da família. Já para mulher, de acordo com o artigo 240, lhe era estabelecido que, pelo casamento, assumiria o apelido do marido (popularmente conhecido como sobrenome), a condição de companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família.

---

<sup>1</sup> Bel em Direito (2016). Especialista em Direito Civil e Processual Civil (2018) URI – Erechim- RS; Especialista em Direito Notarial e Registral Registro - Damásio Educacional S/A(2019). Mestra em Educação URI-FW (2021).

Porém, com o passar do tempo, houveram evoluções sociais que deflagraram a necessidade de reordenar juridicamente às práticas do direito de família para abrigar as modificações diante das configurações familiares que começavam a surgir.

E todos esses fatos impeliram a necessidade de redigir as mudanças na legislação. Foi assim que a Constituição Federal incorpora em seu texto a ampliação do termo que define a constituição de uma família, firmando em seu artigo 226 o reconhecimento a união estável e a família monoparental, assegurando à ambas e outras formas possíveis que surgiriam, a proteção legal do Estado. Acatando a evolução dos costumes, amparado na redação de leis especiais que complementavam a escrita constitucional, a publicação do Código Civil Brasileiro em 2002, surgiu como responsável pela implantação das mudanças com base nos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade dos cônjuges e de todos os filhos, privilegiando o pluralismo familiar.

Com certeza muitas concepções podem ser trazidas para o debate conceitual do que é uma família, como se forma afetivamente, mas, independentemente dos laços que possam surgir, essa também necessariamente precisa de alguma lei que a reconheça e discipline seus atos.

As novas configurações familiares estão no cotidiano de diferentes espaços. Dessa forma, torna-se necessário orientar pais e professores sobre os direitos e deveres na composição de um núcleo familiar. Para isso deve-se contar muito com a educação

## **Educação**

A temática educação também é um vocábulo que sempre tem acrescido seus significados.

A cada período surgem novas teses, teorias, entre outras, que procuram aperfeiçoar, muitas vezes apenas adjetivam o termo, em pouco modificando seu sentido intrinsecamente vinculado ao ato do ensinar e do aprender.

Há muito tempo cunhou-se que educação é o próprio ato de educar-se. Ou seja, o indivíduo vai em busca de métodos e metodologias que possam auxiliar na sua formação e no próprio desenvolvimento em todos os níveis, do intelectual ao moral.

A educação também tem o seu significado vinculado à didática, ou seja, a forma de ensinar, guiada por procedimentos pedagógicos, quando então há a sistematização de conteúdos para se chegar ao conhecimento por meio da aprendizagem.

Avançando na temática educação no campos das Políticas Públicas, são trazidas as contribuições de Boneti (2006) que faz uma análise dos resultados de sua aplicação e do gerenciamento dos recursos públicos, com abordagem da gênese e trajetória da política, transitando pela instância burocrática, até a sua operacionalização frente aos determinantes políticos e econômicos que exercem impacto decisivo sobre elas.

Para Boneti (2006) o Estado não é uma instituição neutra, movida por valores éticos, políticos e culturais, mas é o produto de forças entre setores da sociedade civil, afirmando que é na relação entre Estado, classes sociais e sociedade civil que surgem os agentes definidores das políticas públicas. E avança dizendo que a gênese de uma política pública não está na sua origem em si, ou seja, no momento em que ela é planejada, escrita, mas antes disso há um processo que a origina, processo que é permeado por determinantes econômicos sociais e políticos e que se fundamenta em alguns referenciais que vão do tradicionalismo iluminista, passando pelo etnocentrismo, pelos princípios da termodinâmica, pela universalidade e infalibilidade das ciências até o caráter utilitário da ciência que está associado ao etnocentrismo. O autor reporta a questão social como um desafio na construção de ações públicas mínimas para preservar a coletividade, sendo o setor social o que primeiro padece em momentos de transição ou crise.

Ao analisar a operacionalização das Políticas Públicas, Boneti (2006) mostra que estas passam pela tutela política, no âmbito do poder Legislativo; em segundo lugar, passa pelo setor dos burocratas, que são responsáveis por transformar uma política pública em projeto de intervenção na realidade social; e, por fim, vai para a instância da operacionalidade, com a participação de agentes locais. Para o autor, essa trajetória não ocorre de modo neutro, em cada uma das instâncias ela é submetida a pessoas com diferentes papéis e interesses que passam a permeá-la. E afirma que o pretendido e o resultado de uma política pública nem sempre andam juntos, ou seja, o que é anunciado como meta pode não se constituir no resultado que se almejou, haja vista as intensas influências e modificações a que estão sujeitas tais políticas no caminho que percorre.

E nesse contexto é possível afirmar por exemplo, que os movimentos sociais se diferem daqueles do passado, cujo objetivo era comum a uma classe; hoje, esses movimentos são singulares, de interesses individuais e ligados a problemáticas como a fome, o gênero, a questão do negro, entre outros, e direta ou indiretamente influenciam na definição das políticas públicas.

E as novas configurações contemporâneas econômicas e sociais alcançaram o contexto escolar sendo necessário inteirar-se da percepção dos diretores escolares em relação às novas demandas sociais e as políticas públicas em educação no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, considerada o marco principal de mudança nessas políticas, uma vez que visa promover o fortalecimento dos governos locais como resultado das pressões de movimentos que demandavam maior descentralização e redemocratização da sociedade e enseja novos modelos de gestão das políticas públicas no país e a consequente cobrança ao Estados de maior transparência e prestação de contas.

A Nova regulação nas políticas educativas tem interferido na organização e gestão da educação, passando pelas várias mediações dos sistemas educacionais (principalmente na escola). Está centrada na avaliação externa, articulando seus resultados à gestão escolar e ao financiamento da educação pela figura da Nova Gestão Pública (NGP). (OLIVEIRA, 2017)

No cotidiano escolar, constata-se a gestão se dá de modo compartilhado, embora a maior carga de trabalho e responsabilidade recaia sobre a direção. Há certo grau de autonomia para tomar decisões, porém recebem dos órgãos competentes orientações determinadas, que limitam seu campo de ação reforçado pelo número insuficiente de funcionários. Contudo, criam-se, porém, estratégias pedagógicas para fazer com que os estudantes tenham um bom desempenho nos testes e, assim, as escolas possam atingir suas metas, mesmo que, às vezes, deslocando o foco do projeto pedagógico, sobretudo pelo desejo de fazer algo diferente pela melhoria da escola, a partir de suas insatisfações como docentes, sobretudo no que tange às condições de trabalho e à qualidade do ensino. É comum, entre os gestores a preocupação em conciliar as exigências de inclusão presentes no PME fazendo frequentemente com que crianças e jovens, acima de tudo, aprendam disciplinas consideradas mais importantes do que outras, desconsiderando outras dimensões da personalidade humana e da vida em sociedade. (OLIVEIRA, 2017)

Por fim, é possível perceber que ocorreram mudanças no perfil da direção escolar, transitando de um tipo técnico e burocrático para uma liderança política ou gerencial. E que, a necessidade de corresponder às expectativas do corpo docente e discente e da administração tem implicado sobrecarga de trabalho desses profissionais. Houve um redesenho da gestão escolar com a introdução da NGP e que isso carece de maiores estudos, tendo em vista a diversidade de respostas e situações novas que são geradas por parte dos próprios sujeitos envolvidos, devendo-se levar em conta as especificidades locais, regionais e nacionais, compreendendo em que medida podem configurar-se como tendência internacional. O que se percebe, ainda que de maneira subliminar é que os princípios de eficiência importados da

iniciativa privada vão sendo naturalizados pela escola como valores universais, como reflexo da modernização administrativa que repercute também na gestão educacional.

No processo histórico onde percebe-se a crise estrutural do capital global, define-se também um espaço histórico e social aberto à ruptura com a lógica do capital e à elaboração de planos estratégicos na direção de uma educação para além do capital. Nesse ambiente, a tarefa educacional é uma tarefa de transformação social, ampla e emancipadora. A educação deve ser articulada e redefinida no seu inter-relacionamento com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso, ou seja, indica a necessidade de rupturas, como aquela proposta por Castells (2018).

Considerando o esgotamento do sistema político formal e a crise de legitimidade, os quais se manifestaram de diferentes formas nas democracias estudadas, Castells (2018) identifica alguns pontos comuns subjacentes à ruptura da ordem político-liberal que contribuem para manter acesa a chama da esperança e mostra que a reconstrução da legitimidade social de um representante político pode ser feita pela oposição às instituições deslegitimadas, pelo distanciamento entre o candidato e o próprio partido político, pela imposição do medo principalmente aos setores mais vulneráveis da sociedade, pela promessa do retorno ao Estado como centro de decisão e não mais às redes globais e supranacionais, e pelo acionamento de valores que tem como base a família patriarcal, a religião e o ultranacionalismo.

Contudo, outro ponto comum da crise de legitimidade política é o que pode levar à emergência de novos atores políticos, que organizam suas práticas a partir de valores progressistas alternativos e reivindicam a democracia em suas próprias práticas. Aqui é importante observar como o contexto social, político e econômico é determinante para a emergência dessa forma de ação política.

A democracia está em crise e certamente precisa ser reinventada, entretanto, resta a utopia de que em embora a democracia jamais tenha assegurado direitos universais no capitalismo, é só nela que se torna possível superar a alienação política e enfrentar as desigualdades sociais.

Com relação à temática políticas públicas em educação e de formação de professores, sintetizada em seu processo histórico da elaboração da política educacional no Brasil, fica claro que a educação pública de qualidade não era prioridade no período histórico retratado no decorrer desse artigo; bem como, instiga a questionar sobre a ação de alguns órgãos multilaterais que norteiam a educação nacional e os países da América Latina e Caribe quando a sua efetiva contribuição na implantação de políticas públicas em nível local, regional e mundial.

Quando as políticas públicas tornam-se um fato político, é possível afirmar que as influências dos agentes definidores são contundentes, embora veladas, sendo que a questão central de todo esse caminhar da política é saber se o grupo social de onde se originou a política está bem representado politicamente nas instâncias por onde ela passa, não separando assim, Estado e sociedade civil, visto que não existe mais tal dicotomia, pois os movimentos da sociedade civil não são mais um mecanismo somente das camadas populares, mas também das classes dominantes.

Vinculada às políticas públicas está, no contexto escolar, a nova gestão pública que aponta para mudanças no perfil da direção escolar, transitando de um tipo técnico e burocrático para uma liderança política ou gerencial, provocando um redesenho da gestão escolar com a introdução da Nova Gestão Pública que prescinde de maiores estudos, tendo em vista a diversidade de respostas e situações novas que são geradas por parte dos próprios sujeitos envolvidos. O certo é que a NGP vai sendo assimilada pelos gestores da educação pública, do MEC às escolas, perseguindo um Estado supostamente eficiente e dinâmico que busca fazer mais com menos.

É nesse contexto que surge a modernização administrativa, cuja repercussão recai sobre a gestão educacional que precisa se adequar ao processo para que não fique a parte da suposta evolução da educação nacional, regrada por leis que, numa leitura mais aprofunda percebe-se uma incompletude nas ações que legalmente são propostas. O desfecho de todo o processo educacional, tem como pano de fundo a crise estrutural do capital em nível mundial, que traz características de ruptura com a lógica capitalismo da acumulação e do lucro exacerbado.

Por fim, pode-se afirmar que a tarefa educacional indica a necessidade de transformação social, ampla e emancipadora. A educação deve ser articulada e redefinida no seu inter-relacionamento com as condições sociais, políticas e econômicas, razões para uma transformação social tendo como âncora a educação.

### **O que você precisa saber sobre a educação familiar**

A constituição de uma família, independentemente da sua configuração, deve obedecer ao regramento jurídico tanto na sua definição quanto a sua proteção.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Justiça emitiu em 2021 a resolução que obriga os cartórios a informar as partes sobre a vida conjugal, as despesas advindas da formação da família, entre outros pontos que serão descritos adiante.

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou resolução que prevê a obrigatoriedade da oferta de material informativo com orientações jurídicas sobre questões gerais para pessoas que pretendam se casar, com apoio dos cartórios de registro civil. De acordo com Fux (2021) é importante ter ciência dos direitos e deveres em um casamento.

De acordo com a nova resolução, o material informativo a ser disponibilizado pelos cartórios consistirá em manuais, cartilhas, guias rápidos, cartazes a serem afixados nas unidades do Registro Civil e vídeos, acessíveis por meio eletrônico, por meio de link a ser fornecido pelos cartórios. O material vai prestar informações jurídicas necessárias à compreensão do casamento, de suas formalidades, de seus efeitos jurídicos, do regime de bens entre cônjuges, dos direitos e deveres conjugais, do poder familiar sobre filhos e filhas e das formas de sua dissolução antes que o ato seja estabelecido.

Além disso, pretende conscientizar casais quanto às consequências legais do divórcio e o exercício da parentalidade, como forma de se assegurar o bom desenvolvimento de crianças e adolescentes e de prevenção de maus-tratos e abusos. E ainda vai esclarecer sobre o fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher e as formas de sua prevenção e enfrentamento.

Alves (2021) ressalta que o ato será importante na contenção da violência doméstica, na educação financeira dos casais e educação de filhos frutos da união. Bacellar (2021) contribui dizendo que: “É importantíssimo que os cartórios do Brasil trabalhem para coibir a violência doméstica, com orientações para os novos noivos. A maior parte dos casais são carentes de informação”. Nessa mesma seara, Vidal (2021) diz que: “esse acordo é um marco que não vai trazer só consequências jurídicas, como igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres dentro do lar, mas também vai ressaltar a beleza e a grandeza dos vínculos familiares de cultivar e transmitir o amor.”

Em respeito a laicidade brasileira, o ato determina que “o material informativo não poderá se revestir de caráter religioso ou ideológico, haja vista a laicidade do Estado e o princípio fundamental do pluralismo político em que se assenta a República Federativa do Brasil (art. 1º, V, da Constituição Federal)”.

Todo o material produzido será submetido ao crivo do CNJ e, uma vez aprovado, será encaminhado para todas as unidades do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, para disponibilização às pessoas interessadas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ações que aproximem o judiciário da comunidade são importantes, visto que a maioria da população brasileira apresenta um distanciamento das questões legais que circundam o seu cotidiano.

Assim, os membros da sociedade, especialmente das classes mais vulneráveis serão orientados nos atos que envolvem a contratualização das ações oriundas, nesse caso, das diferentes formas de uniões que podem ser estabelecidas na formalização de uma família.

E, oportunizando aos cidadãos comuns, principalmente, o acesso a informações de interesse imediato estará se evitando complicações futuras nas questões familiares, visto que, a mutabilidade com a legislação tem sido alterada, ultimamente, torna um tanto que difícil acompanhar as mudanças legais nem sempre é possível àqueles que estão à margem social.

Cabe a escola também o papel de orientar seus professores, alunos e pais no contexto dos direitos e deveres fundamentados na Constituição Federal mas que por muitos não são conhecidos. Nesse sentido, é fundamental o papel da escola como disseminadora da comunicação social e com lastro espectro no alcance da população em geral.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF. 1988.

CNJ – **Conselho Nacional de Justiça**. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A política da saúde no século XVIII**: In: MACHADO, R. (org). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. 2006.

# FAMÍLIA E ESCOLA: EDUCAÇÃO COMPARTILHADA

Dinéia Carem Casanova <sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A família e a escola formam uma equipe, desta forma, é fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. Ressalta-se que, mesmo tendo objetivos em comum, cada uma deve fazer sua parte para que se atinja o caminho do sucesso, que visa conduzir crianças e jovens à um futuro melhor.

O ideal é que família e escola tracem as mesmas metas de forma simultânea, proporcionando ao aluno uma segurança na aprendizagem, vindo a criar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade. Sabe-se que a educação é um assunto muito importante para estar apenas nas mãos da família ou da escola. Portanto, é essa educação partilhada que constrói o caráter do cidadão consciente que buscamos ter hoje em nossa sociedade, pois a educação passa pela família e depois pela escola mostrando seus reflexos na sociedade.

O presente artigo tem como objetivo enfatizar a necessidade de trabalho compartilhado entre a comunidade escolar e o educando, para assim se obter um resultado ainda melhor na qualidade da educação das crianças.

## Desenvolvimento

A pandemia do novo corona-vírus fez com que todo o sistema educacional se reformulasse, promovendo mudanças urgentes e alternativas eficazes para o cotidiano escolar, bem como suas respectivas relações e desdobramentos. Desse modo, a ligação entre família e escola sofreu reajustes, já que o processo de aprendizado precisou sair das salas de aula e adentrar as salas residenciais. Assim, a pandemia não só aproximou familiares do cotidiano escolar dos filhos, como construiu um elo, uma parceria e uma nova relação entre pais, mães ou responsáveis e instituições de ensino.

A relação família-escola é, de fato, significativa para o desenvolvimento de cada estudante. A escola, por um lado, é a porta do conhecimento, da sociabilidade, um universo repleto de descobertas, experiências e vivências que compõem a jornada de cada aluno/a. A família, por outro lado, é a representação mais poderosa na influência e no desenvolvimento da personalidade e formação de consciência da criança. A base estabelecida no âmbito familiar provoca uma sensação prazerosa às crianças, que encontram um espaço natural para seu desenvolvimento, cultivo de valores humanos, solidificação da responsabilidade e uma segurança inigualável.

Dentre muitas das necessidades e urgências que a pandemia trouxe para a realidade da educação brasileira, uma não pode mais ser negligenciada: a importância da relação família-escola. Para que seja possível refletir sobre os aspectos essenciais na construção saudável dessa relação, é preciso primeiro entender os modelos praticados nas escolas.

As famílias são os primeiros professores das crianças; muito do aprendizado e desenvolvimento de habilidades comportamentais de uma criança ocorre fora da escola.

---

<sup>1</sup>Dinéia Carem Casanova, Professora Municipal da Rede Municipal Pública de Ipiranga do Sul- RS

Considerando que a aprendizagem não acontece somente dentro da escola, e que uma parceria entre a família e a escola é um processo interativo de planejamento ou de resolução de problemas que é caracterizado por respeito mútuo, confiança, e comunicação aberta, é essencial transitar de uma orientação tradicional, centrada no aluno, para uma orientação de parceria.

Uma das descobertas mais consistentes sobre os impactos da abordagem baseada na parceria foi o poder de dar continuidade e consistência das ações entre os dois ambientes. As intervenções que oferecem oportunidades de aprendizagem e apoio em casa e na escola se revelaram as mais eficazes, pois há um benefício real em dar continuidades nos apoios oferecidos às crianças em todos os ambientes. Isso não significa que eles tenham que ser idênticos, mas sim complementares. Pais e professores podem ter experiências diferentes com a mesma criança e podem ter diversas percepções diferentes sobre o foco do problema e da necessidade de intervenção.

A ênfase nas contribuições que cada um pode oferecer na parceria, o uso de uma linguagem unificadora, como a substituição do 'você' e do 'eu' pelos 'nós'/'nosso' constitui outra estratégia importante. O uso do 'nós' transmite um senso de igualdade e propósito compartilhado e palavras singulares como por exemplo o 'você' ou o 'eu' trazem um senso de separação e podem ser interpretados como colocando uma distância e separação entre as partes envolvidas.

Perante o cenário atual de mudanças e incertezas, é preciso proporcionar para crianças e adolescentes uma rotina positiva em relação aos estudos, garantindo: segurança, continuidade dos estudos e equilíbrio emocional. Para tanto, o envolvimento dos pais e professores como uma rede de apoio mútuo é fundamental. Em muitos casos esse relacionamento limita-se apenas ao compartilhamento das notas escolares e reuniões quando há mal comportamento do aluno, uma interação que pouco adiciona no desenvolvimento do estudante e, infelizmente, causa uma relação meramente protocolar entre as partes.

Este momento de crise é oportuno para transformar esta relação e aprofundar os diálogos, suscitando uma visão mais holística que visa não só o desenvolvimento acadêmico, mas também o desenvolvimento social e emocional dos alunos. Família e escola devem estar em constante comunicação sobre como está a evolução de cada aluno e pensarem juntos em estratégias para melhoria do estudo tanto em casa quanto na escola.

A interação entre família e escola no processo de aprendizagem traz vários benefícios, para que isso ocorra é preciso estimular essa parceria, pois sabe-se que quando os pais participam ativamente da vida de seus filhos e se engajam, inclusive, no cotidiano escolar da criança, a tendência é que os alunos se dediquem e se esforcem mais, por se sentirem amados e apoiados.

Para a boa relação entre pais e filhos, alguns pontos são bem importantes, como: conversas diárias sobre acontecimentos do cotidiano, expressões de afeto, comentários em família sobre livros, notícias de jornal, revistas, programas de televisão. Rotinas diárias que incluem tempo para comer, dormir, brincar, trabalhar, estudar e ler. Ter um lugar tranquilo para os estudos. Interesse da família em *hobbies*, jogos e atividades com valor educativo. Priorizar a leitura a outras atividades como ver televisão, redes sociais e videogame. Preocupação com o uso correto da linguagem. Conhecimento dos pais sobre o progresso dos filhos na escola.

É notório que a eficácia do professor aumenta quando a criança já chega à escola com bons hábitos, pois, as crianças aprendem melhor com esses estímulos vindos da família, independentemente do nível socioeconômico da mesma. Se a escola usa um aplicativo de comunicação, pode e deve compartilhar sempre essas dicas com as famílias, as reuniões de pais também podem ser boas oportunidades para conscientizarem sobre o papel que eles têm na educação.

Fortalecer a parceria entre pais e escola é de suma importância, com a evolução da tecnologia, hoje as escolas têm condições de alcançar um relacionamento mais próximo aos responsáveis. Usando um aplicativo escolar, por exemplo, a comunicação pode ser contínua e ter dois fluxos. Tanto a escola pode se comunicar com os pais, envolvendo diferentes colaboradores, como professores, coordenadores e gestor. Como os responsáveis também podem enviar mensagens aos diferentes setores da instituição.

É preciso compreender que a educação não é responsabilidade restrita da escola, assim como não está confinada aos muros da instituição. A sociedade como um todo, a escola, a família e outros ambientes estão envolvidos no desenvolvimento humano. Também é importante que a família permita ao aluno resolver questões relacionadas a socialização com outros colegas no ambiente escolar, sem interferir de maneira direta.

A escola deve possuir uma gestão democrática, capaz de incentivar a participação constante dos pais no ambiente escolar. Essa relação deve ir além dos encontros para discussão de questões burocrática, como reclamações, boletins, reuniões, entre outros. É importante estar à disposição em horários mais acessíveis e demonstrar que a escola está aberta para o diálogo e novas sugestões.

Se os pais e escola interagem de forma contínua e buscam resolver os problemas imediatamente, considerando sempre as causas dos conflitos e dificuldades, certamente eles encontrarão juntos as soluções que favoreçam a família, os educadores, a instituição escolar e, principalmente, os alunos. Essa é a razão de ser da parceria entre a escola e a família. Estimular essa cultura pode ajudar a escola a melhorar os resultados. Uma boa comunicação escolar vai ajudar no crescimento da instituição.

Pais que enxergam os professores como aliados e professores que veem os pais como potencializadores do rendimento escolar têm mais possibilidades de conversar abertamente sobre os problemas dos alunos. Fica mais simples identificar deficiências de aprendizagem e reprogramar o processo de ensino de maneira personalizada e eficaz. Vale destacar mais uma vez que o contexto de comunicação ativa, frequente, sensata e sincera é muito importante quando se trata de educação. A parceria entre família e escola traz impactos positivos não só para a vida e formação do aluno, como também vivifica a escola.

Alunos que utilizam ao menos 20 horas por semana, fora do ambiente escolar, em atividades de desenvolvimento de aprendizagem são os que atingem a excelência. Essas atividades podem ser de música, leitura, escrita, visitas a museus, entre outras.

É natural também lidar com dificuldades de aprendizagem. Determinados alunos têm mais facilidade em uma matéria, e mais dificuldades em outras. Não basta dizer a um pai que o seu filho não está aprendendo, não está prestando atenção nas aulas e não está ajudando nas atividades, ele precisa saber como pode intervir e o que deve fazer para ajudar a solucionar o problema.

Além disso, os direitos e deveres da família e da escola devem estar claramente definidos, afinal, a professora nunca deve ocupar o papel dos pais na vida do aluno, cada um tem suas funções na educação e elas são complementares. Quando falamos em educação de crianças, pode-se salientar duas instituições de extrema importância nesse processo: família e escola, com um objetivo único de conduzir a criança corretamente para que se torne um adulto responsável com futuro próspero.

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 2º, afirma que:

A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nessa perspectiva a família tem papel de extrema relevância na aprendizagem da criança, pois está fortemente ligada ao papel da escola.

Segundo Zagury (2006) hoje, a aproximação da instituição educativa com a família incita a repensar a especificidade de ambas no desenvolvimento infantil.

Isso não quer dizer que a escola não possa ensinar valores morais e sociais, mas a escola além desses ensinamentos possui outras especificidades como salienta Szymanzki, (2003).

A escola, entretanto, tem uma especificidade, a obrigação de ensinar conteúdo específicos de áreas do saber, escolhidos como sendo fundamentais para a instrução de novas gerações. O problema das crianças aprenderem fração é da escola. Família nenhuma tem essa obrigação.

Assim percebe-se que as duas instituições possuem interesses comuns, mas cada uma com sua forma de educar. Desta maneira a família passa a participar da escola de diferentes maneiras, sendo sutil como diz Szymanzki (2003).

As famílias podem desenvolver práticas que venham a facilitar a aprendizagem na escola, como por exemplo, preparar para a alfabetização e desenvolver hábitos coerentes com os exigidos pela escola, tais como os hábitos de conversação.

Nesse sentido a família passa a participar da escola, com pequenas intervenções no processo educacional da criança que gera grandes mudanças no seu comportamento e aprendizado.

Sendo assim, a escola necessita da presença dos pais para que possam identificar quais as dificuldades que a criança encontra dentro e fora dela, a família não deve apenas criticá-la, nem responsabilizá-la pelo fracasso escolar de seus filhos. Os pais devem sugerir propostas para a escola com o intuito de complementar o ensino de seus filhos, devem se interessar pelos problemas que seu filho possa encontrar nas disciplinas escolares e se precisa excluir de ajuda.

Neste contexto Maranhão (2004) enfatiza a importância da relação família-escola afirmando que, o que a família e escola julgavam suficiente no que tange à educação, já não é. O ideal é que pais, professores e comunidade estreitem seus laços e torne a educação um processo coletivo. Mas não cabe aos professores educar os pais. Seu alvo é o aluno, independente da história familiar que carrega e o influencia.

Segundo Maranhão (2004), a escola deve priorizar a educação dos filhos, sendo este o seu alvo, mas existem contradições nessa realidade. Muitas vezes os pais não receberam educação quando pequenos e necessitam de ajuda para desenvolverem atividades juntamente com seus filhos.

Dessa forma, é importante discutir: Qual é a importância da relação família-escola no processo educacional? De que maneira a família interfere no processo de aprendizagem da criança? E como essa relação família-escola pode contribuir para o desenvolvimento da identidade dessa criança? Esses questionamentos fazem parte de um processo que busca encontrar soluções além de procedimentos que permitam favorecer o desenvolvimento da criança.

Existem inúmeras dificuldades que a família enfrenta para colaborar com as atividades da escola, que vão desde baixa escolaridade dos pais quanto às condições financeiras da família, porém toda participação é de extrema importância, pois mostra à criança que a família está preocupada com sua educação, que dá importância na escola onde ele está a maior parte do tempo, e que apesar de não estar presente sempre, faz o possível para estar.

No processo de aprendizagem da criança é necessário esse acompanhamento escolar, não somente quando ela apresenta um mau desempenho, mas no decorrer de todo processo educacional. Neste sentido, Reis (2007, p.6.) diz que, os pais devem tomar consciência de que

a escola não é uma entidade estranha, desconhecida, e que sua participação ativa nesta é a garantia da boa qualidade da educação escolar. As crianças são filhos e estudantes ao mesmo tempo. Assim, as duas mais importantes instituições da sociedade contemporânea, a família e a escola, devem unir esforços em busca de objetivos comuns.

O contato dos educadores com a família é imprescindível para obter uma visão completa e não escolar do aluno. Esse contato também é necessário para estabelecer um clima de confiança entre ambos, o que, sem dúvida, resultará em benefício da educação da criança. Verifica-se a necessidade da presença dos pais na escola, pois tanto um como outro poderão desempenhar suas atividades de forma que a criança seja a principal beneficiada.

Os professores e os pais podem ser amigáveis, úteis e corteses mutuamente, mas há uma tensão subjacente inevitável que surge a partir do desequilíbrio de poder entre eles. Muitos pais sentem-se apreensivos e ansiosos quanto a irem às escolas porque carregam consigo suas próprias histórias de experiência com os professores e com a escolarização.

Todas as atividades que são propostas à família sempre são bem-vindas, pois o que a escola e a família querem são momentos em que ambas possam trabalhar, e ajudar-se mutuamente. Talvez seja essa relação de companheirismo que pais e professores sintam falta, porque pensam estar trabalhando sozinhos, isolados uns dos outros. Acredita-se que a comunidade escolar quer uma relação e que ambas possam apontar falhas e juntos solucionar eventuais dificuldades que surjam no decorrer do aprendizado da criança.

Assim sendo, percebe-se que geralmente os mesmos pais que participam de reuniões na escola, são os mesmos que ajudam os filhos nas atividades escolares, ressaltando que é a minoria dos pais colaboram. Com relação à integração da família na escola, destacando os projetos que a escola faz para que haja a participação da família na escola.

Mittler (inserir o ano) informa que, embora tenham que estabelecer essa parceria, as famílias são diferentes umas das outras, algumas participam mais da escola, outras não. Alguns pais vão à escola, outros sequer sabem o nome dos professores de seus filhos. E por isso deve-se saber como tratar cada família e conhecê-las bem, pois cada uma possui uma história diferente da outra.

Por muito tempo as instituições família e escola trabalharam de maneira separada, considerada territórios diferentes, mas com o passar dos anos ambas perceberam a necessidade de trabalhar em um senso comum, com a finalidade de contribuir para o aprendizado da criança.

Desta forma a LDB (1996) sobre a educação, no artigo 205, afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sabe-se que a construção do conhecimento do ser humano é uma tarefa muito longa e que se inicia desde o nascimento, principalmente nos anos iniciais onde acontece à construção do caráter do indivíduo. A família é o primeiro universo que a criança tem contato, logo após é a escola, por isso ambas as instituições devem ter uma relação de confiança, pois é isso que a criança necessita para melhorar seu processo de aprendizagem.

Desta forma percebe-se na fala de Freire, 1997, a constatação de que não somente a família deve estar pronta para receber a escola, mas está por sua vez também. Ter professores instruídos que possam através da realidade da criança elencar suas qualidades e capacidades e saber trabalhá-las em sala, para que assim todo o processo educativo dentro e fora da escola possa contribuir com o aprendizado da criança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias são as dificuldades encontradas pela família e pela escola em relação a sua convivência, que por hora pode-se dizer conflituosa, pois principalmente os pais não conseguem ver de que forma poderiam participar da vida escolar dos filhos

Dessa forma, é importante ressaltar que o desempenho da criança que possui o acompanhamento dos pais no que se refere à educação escolar é bem melhor do que a criança que não tem este acompanhamento, sendo assim é preciso sensibilizar a importância que a família esteja presente na escola, na qual contribui para o ensino e a aprendizagem da criança, e como esta parceria entre família e escola é válida para a criança.

As crianças que não têm a família presente na escola, ou que os pais só vão à escola quando são chamados insistentemente porque seus filhos já se tornaram um problema na escola, essas crianças não têm um desempenho satisfatório na escola. Elas se sentem desamparadas e desmotivadas em relação a sua educação, pois seus pais não conhecem sua escola, muito menos o seu professor, então se acomodam e não se sentem estimuladas em aprender.

A escola oferece oportunidades para a participação dos pais mas acredita-se que novos projetos são sempre bem-vindos para que os pais possam colaborar com a escola, proporcionar socializações fora do ambiente escolar, assim os pais não sentiriam pressionados em falar a respeito de seus e filhos e principalmente de como veem a escola. A família deve, no caso de não ter tempo, encontrar um momento e acompanhar seus filhos na escola, porque dessa forma estará juntamente com a escola fazendo o papel de formadores do conhecimento da criança. Assim ela se sentirá motivada em participar das atividades escolares, e seu desempenho melhorará com certeza. Se por ventura os pais encontrarem dificuldades em tarefas escolares, ou atividades similares, acredita-se que existe outras formas de estar presente na escola, como ajudar em organização de trabalhos extracurriculares, limpeza e merenda escolar, atividades que eles possam fazer de tal modo que se sintam participantes da escola, estabelecendo dessa forma, uma relação contínua e duradoura entre família/escola.

Grande parte do sucesso do aluno na escola passa pela educação que ele tem em casa. Infelizmente, não há receita mágica para que a escola garanta um maior envolvimento dos pais. No entanto, estando consciente da importância da família na educação escolar, tudo fica mais fácil. E sim, com as estratégias certas pode-se criar um melhor engajamento. Dessa forma, a escola pode ter uma comunicação eficiente, ao enviar conteúdo relevantes para as famílias e se abrir ao diálogo. A tecnologia pode ajudar nisso. Todos saem ganhando no final, especialmente a escola.

## REFERÊNCIAS

BENCINI, R. Como atrair os pais para a escola. In **Revista Nova Escola**. p.38. Ano XVIII, nº 166, Outubro de 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. 1996.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Olho d' Água: 1997.

MARANHÃO, M. de A. **Educação brasileira: resgate, universalização e revolução**. Brasília, Plano: 2004.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre, Artmed: 2003.

REIS, R. P. **Relação família e escola:** uma parceria que dá certo. Mundo Jovem: um jornal de idéias. p. 06. Ano XLV –n° 373, 2006.

SZYMANZKI, H. **A relação família/escola:** desafios e perspectivas. 1ª reimpressão. Brasília, Plano Editora: 2003.

ZAGURY, T. **O professor refém:** para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil. Rio de Janeiro, Record: 2006.

# FAMÍLIA E ESCOLA JUNTAS PARA O MELHOR DESENVOLVIMENTO DO EDUCANDO

Maiara Maria Perka<sup>1</sup>  
Gabriela Andressa Birck<sup>2</sup>  
Bruna Zanella<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo discorrerá sobre a importância da família no processo de ensino e aprendizagem da criança. Escola e família buscando um bom relacionamento, auxiliando assim, no desempenho do estudante em sua vida escolar. A escola com seus deveres de capacitar para a vida em sociedade e a família com a função de apresentar regras, respeito, ética, limites e educação. Ambos com suas finalidades diferentes, mas juntos na mesma intenção de formar crianças pensantes e críticas. A legislação destaca que todos são responsáveis perante a educação das crianças, sendo de extrema responsabilidade da família matricular seu(s) filho(s) na escola. Alguns conflitos surgem durante esse caminho, mas com diálogo entre família e escola podem ser solucionados, sempre para o melhor desenvolvimento e desempenho da criança na escola.

### Escola e o seu papel social

A escola é um lugar destinada para a aprendizagem dos indivíduos envolvidos nesse contexto. É nela que se estreita laços, principalmente os laços com a comunidade. Devendo estar sempre atenta a comunidade pertencente de seu educando, para que assim, possa desenvolver estratégias de mediação entre o conhecimento prévio do indivíduo e o conhecimento formal a ser trabalhado.

A instituição escolar tem muitas atribuições, principalmente quando trata-se da formação de sujeitos inseridos no contexto escolar. Contudo, o meio escolar não é o único lugar de aprendizagem do ser humano, muito pelo contrário, todos aprendem em diferentes lugares, sendo que, um desses lugares é destinando a família. Pensar que somente a escola tem o papel de educar é um erro gravíssimo. Quando pensado desta maneira é atribuído todos os deveres para ela, o que nem tudo é seu papel. Nesse contexto, Libâneo (2010) afirma que:

O educador não é mais apenas o docente, são os múltiplos agentes educativos conforme as instâncias em que operam (família, escola, meios de comunicação, fabricas, movimentos sociais etc.). Não é apenas o aluno na escola, mas o adulto, os pais, o telespectador, o leitor, o trabalhador, o morador, o consumidor etc. Os conteúdos e métodos também sofrem outras modulações conforme as variedades de situações pedagógicas. (LIBÂNEO, 2010. p.56).

A escola tem por finalidade o desenvolvimento de capacidades físicas, cognitivas e afetivas dos educandos. Desenvolvem essas capacidades por meios de objetivos estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular, sendo um dos documentos norteadores. Sendo que, para isso a família é imprescindível na vida escolar do educando. Por meio do contato com a

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia URI - Erechim

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia URI – Erechim

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia URI – Erechim

comunidade escolar é que será construído laços afetivos desenvolvendo relações sociais e cognitivas.

Tendo como objetivo a socialização de vivências, ela deve atuar para que todos se desenvolvam moralmente, contribuindo na sua vida como sujeito. Portanto, a escola auxiliará a criança no desenvolvimento de sua vida diária.

Para Libâneo (2010), são três os objetivos da escola: “a preparação para o processo produtivo e para a vida em uma sociedade técnico-informacional; formação para a cidadania crítica e participativa; formação ética”.

Ao observar o primeiro objetivo descrito por Libâneo (2010), a escola tem por finalidade preparar o sujeito ao mundo do trabalho, meio tecnológico e propiciar uma formação sociocultural. Seu segundo objetivo, destaca que o educando tem que ser crítico, exercendo os seus direitos, questionando-os caso necessário, participando, opinando, e colocando sua opinião. Por fim, o último objetivo é designada a formação ética do educando, que saiba distinguir o certo do errado e os limites.

### **Família e a sua importância no desenvolvimento do educando. Qual seu papel?**

A família que antes era formada principalmente em grande maioria por pai, mãe e irmão(s) hoje muda de forma, surgindo assim diferentes composições familiares. Essas diferentes composições familiares que surgiram não deixaram de levar consigo a sua finalidade de família. A grande função da família é preservar convicções de respeito, união e ética.

A família é denominada como principal característica para o fracasso ou pelo sucesso escolar da criança. Com isso, percebe-se a importância de uma cooperação entre ambas, família participando ativamente da vida escolar e escola comunicando a família sempre que pertinente, com isso contribuirá para que o educando torne-se um ser crítico e pensante. (PRADO, 1981, p.13), descreve que:

A família influencia positivamente quando transmite afetividade, apoio e solidariedade e negativamente quando impõe normas através de leis, dos usos e dos costumes. É no seio familiar, que a criança aprende a socializar, dividir, compartilhar e conviver em grupo.

Prado (1981), designa que na família ocorre conflitos, mas é nela que o indivíduo contempla toda sua história de vida. É na família que o educando extrai suas primeiras vivências educativas, aprendendo a se adaptar em diferentes meios, mesmo que as normas desse local sejam diferentes. A família é o primeiro meio de aprendizagem da criança, seguido pela escola e por fim na sociedade. Considerando assim, a família importante na vida de todas as crianças. Não cabendo a outro meio realizar o papel de educar se não a família. Sendo na família que se estabelece regras, limites, educação e respeito.

É importante que a família participe da caminhada de seus filhos na escola, que demonstre interesse aos seus estudos, com isso a criança percebe o interesse de seus pais, assim facilitará o seu desenvolvimento na vida escolar. Esteve (2004), relata que a família não está mostrando interesse na vida escolar de seus filhos, por mais que a responsabilidade seja sua, passando assim a delegar da escola essa responsabilidade.

A família deve manter o seu papel, participando da vida educacional da criança, tentando ao máximo estar mais presente nas escolas, somente assim a escola conseguirá melhorar o seu desempenho na aprendizagem das crianças. Mas Tedesco (2002, p.36), mostra a família distante da escola, veja:

Essa erosão do apoio familiar não se expressa só na falta de tempo para ajudar as crianças nos trabalhos escolares ou para acompanhar sua trajetória escolar. Num sentido mais geral e mais profundo, produziu-se uma nova dissolução entre família, pela qual as crianças chegam à escola com um núcleo básico de desenvolvimento da personalidade caracterizado seja pela debilidade dos quadros de referência, seja por quadros de referência que diferem dos que a escola supõe e para os quais se preparou.

### **Os conflitos dessa relação**

Profissionais da educação reclamam por falta de respeito e o mau comportamento por parte das educandos. Ao observar os pais de hoje, sabe-se que a grande maioria trabalha, apresentando uma jornada exaustiva, de muito trabalho, isso acaba afetando os seus filhos na escola, principalmente o comportamento escolar. Esse trabalho familiar exaustivo, acaba deixando pouco tempo em família, ficando esse compromisso para outras pessoas, que hoje se destina a escola essa responsabilidade.

A família é considerada o principal meio a cuidar de seus filhos, mas nem sempre isso acontece, em muitas famílias a violência está presente. Sendo que nesse contexto a escola deve procurar saber da realidade de cada criança inserida no ambiente escolar, ajudando na resolução desses conflitos que poderão existir.

Segundo Ferreira e Barrera (2010), familiares que não valorizam a vida escolar dos educandos, eles também tendem a não valorizar, não tendo a família como base para esse processo, mostra-se um desânimo sendo interpretado isso pelos educandos, deixando seus interesses pela escola para trás. Com isso a família é fundamental para o crescimento desses indivíduos na vida escolar.

Uma pesquisa realizada pelo Inep (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005), teve por objetivo ouvir a opinião de pais sobre as escolas públicas. A pesquisa, apontou que os professores estão ligados a qualidade de ensino. Dando a responsabilidade de cuidar e educar seus filhos ao professor. Com isso o professor que atingia suas metas era considerado um bom professor, já os que não atingiam as suas metas eram lhe remetidos a culpa desse ensino fracassado.

Conforme Santo (2007), a família declara trabalhar muito, desejando que a escola eduque, passe valores éticos, tenham boas maneiras chegando até a uma boa higiene pessoal a seus filhos.

Também Santo (2007), aponta que professores apresentam desejos por parte das famílias, acreditando ser da família o papel de dar limites, ensinamentos de boa convivência em grupo, boa alimentação e higiene pessoal. As famílias acabam achando ser papel da escola ensinar valores éticos, respeito e até mesmo higiene por apresentarem pouco tempo com seus filhos.

Sendo necessário o envolvimento das famílias com a escolas, as duas devem se comunicar, buscando laços de aproximação para um melhor desenvolvimento do educando na escola. O contexto de família mudou, sendo necessário ouvi-los e partir disso tomar decisões no coletivo.

### **Contribuição da relação entre família e escola**

Os professores estão diariamente em contato com as crianças, sabendo assim de suas necessidades. Pais e professores devem estar em contado diário, sempre que necessário,

docentes relatando acontecimentos aos pais e sempre que pertinente atentando-se a sua prática docente. Piaget (2007, p.50) destaca:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...].

A família e a escola são peças fundamentais para a formação da criança. Mas é na família que a criança tem o seu primeiro contato, o qual será significativo para sua vida em sociedade, se desenvolvendo afetivamente, socialmente e cognitivamente. A escola desempenha também o seu papel de grande importância, pois vai cuidar dos processos educativos, preparando também para a sociedade, sendo que, esse trabalho desenvolvido na escola está ficando cada vez mais difícil de se realizar, devido as mudanças repentinas ocorrendo nas famílias.

É importante a escola valorizar todo o conhecimento que a criança compartilha em sala de aula, assim os pais mostraram um maior interesse em participar desse desenvolvimento, acompanhando mais seus filhos nessa caminhada.

A família e escola constroem caminhos em conjunto para melhor aproveitamento do educando na escola. Quanto maior a relação entre família e escola, melhor será o desempenho escolar. Nesse sentido é importante a família gozar de todos os privilégios que envolvam a escola, assim o educando terá resultados positivos em relação a sua aprendizagem e sociabilidade.

Para um maior desenvolvimento da criança na escola, é importante escola e família ambas andarem juntas, se comunicarem sempre que necessário, buscando soluções juntas. Assim a criança sairá beneficiada tendo uma educação de qualidade na escola quanto em casa.

### **A legislação e educação**

Todo cidadão tem direito perante a educação. O Estado tem o dever de ofertar vagas e a família de matricular o educando. A sociedade também tem seu papel perante a educação, pois é ela quem incentivará esse indivíduo. A Constituição Federal, em seu artigo 205 descreve os direitos e deveres.

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (BRASIL, 1998).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, mostra claramente a importância dos pais na vida escolar do educando, sendo que, é dever da família oportunizar e gozar de seu direito perante a educação de seus filhos(as). Observe sobre:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária". (BRASIL, Art. 4º 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), respalda sobre o direito da criança e adolescente sobre a educação, tendo por finalidade o seu desenvolvimento, portanto o Art. 53. Assegura-lhes:

- I Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II Direito de ser respeitado pelos seus educadores;
  - III Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores;
  - IV Direito de organização e participação em entidades estudantis;
  - V Acesso à escola pública e gratuito próximo de sua residência.
- Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”. (ECA. 8.069/1990).

Perante a legislação fica claro que, a educação é um dever do Estado, da sociedade e também pela família, que muitas das vezes acaba se camuflando perante o seu dever.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias estão em constante mudanças, sendo que, não são mais formadas como as famílias tradicionais. Portanto, a escola deve observar como é constituída a família do educando, buscando assim uma melhor aproximação entre elas. A aproximação entre escola e família não é algo fácil, pois envolve diferentes fatores como o trabalho e o tempo disposto pelos pais, o que acaba influenciando nesse processo. Sendo que, a escola deve pensar em estratégias, chamando assim as famílias para a escola, deixando-as participar, relatando seus fatos sempre que pertinente, assim os pais se sentirão protagonistas desse processo, apresentando maior interesse por participar da vida escolar de seus filhos. A escola deve estabelecer algumas informações importantes com os pais, sendo elas, as funções que cada um desempenha na vida do educando, e as finalidades de cada um, destacando a importância do trabalho em conjunto na obtenção de resultados com maior facilidade.

Conclui-se que, família e escola, devem demonstrar interesse pela criança, assim alcançarão os objetivos estabelecidos. Quando um dos dois deixa de acompanhar esse processo, tudo fica mais difícil. Ambos devem dialogar, assim construindo estratégias para trilharem, com isso a criança percebe esse interesse e alcança com maior facilidade os objetivos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério das Comunicações, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília. 1990.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2005.

DAMKE, A. S.; GONÇALVES, J. P. Família- escola: na relação de expectativas e conflitos. **Docplayer**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8372414-Familia-escola-uma-relacao-de-expectativas-e-conflitos.htm>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ESTEVE, J. M. **A terceira revolução educacional:** a educação na sociedade do conhecimento. São Paulo: Moderna, 2004.

FERREIRA, S. H. A.; BARRERA, S. D. Ambiente familiar e aprendizagem escolar em alunos da educação infantil. **PSICO**. São Paulo 2010.

JESUS, A. S. de. O papel da escola na sociedade. **Brasil escola**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/o-papel-da-escola-na-sociedade.htm>. Acesso em: 13 jun. 2021.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PIAGET, J. **Para onde vai à educação**. Rio de Janeiro. José Olímpio, 2007.

PRADO, D. **O que é família?** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1981.

RIBEIRO, M. A. et al. Escola e família: uma aproximação necessária. **Revista espaço acadêmico**. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/07/revista-espaço-academico-v05-n01-artigo-06.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

SANTO, J. M. Di. **Família e escola uma relação de ajuda**. Atualizado em 2007. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.com.br/famiescola.htm>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SILVA, C. R. da. **A importância da parceria da família e a escola na educação infantil**. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Julho de 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/familia-e-a-escola>. Acesso em: 22 de jun. 2021.

SOUZA, M. Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar. **Dia a dia educação**. Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo:** educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 2002.

# SALA DE AULA 2021: O QUE MUDOU PROFESSOR?

Lidiane Cássia Comin<sup>1</sup>  
Dejair Pasa<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Muito antes da pandemia que assolou o mundo em 2020, já se pensava nas mudanças da sala de aula em relação ao processo de ensino e aprendizagem. No entanto, foi a partir da pandemia, que comércios, empresas, entidades, escolas, colégios e universidades tiveram que fechar as portas, passando a trabalhar de forma remota. Essa situação alterou o comportamento nas relações entre os envolvidos, o uso das tecnologias digitais se tornou primordial, e a educação escolar ganhou um espaço diferente no pensar e no agir de professores, pais, escolas e famílias. A estrutura da sala de aula tradicional, em que aluno e professor, se reuniam todos os dias para construir conhecimento durante um período de quatro horas diárias, ultrapassou os limites físicos chegando às casas das famílias, possibilitando que os agentes do processo de ensinar e aprender participassem de forma mais ativa.

O modelo de sala de aula em que o estudante ouvia, atento e silencioso, as aulas expositivas e formais, deu espaço a uma sala de aula com a presença de pais e famílias interagindo online no processo de ensinar e aprender. Essas modificações, provocaram mudanças e inovações na atuação pedagógica dos docentes em suas salas de aula, fazendo repensar rapidamente em uma postura voltada a valorizar esse novo ambiente de aula.

Uma das propostas de inovar no processo de ensino-aprendizagem está associada as metodologias ativas de ensino, que já algum tempo estão sendo debatidas no contexto educacional, apresentando a tecnologia como um recurso que também possibilita a aprendizagem. No entanto, não é suficiente apenas a mudança da metodologia, mas sim a modificação da atuação pedagógica em relação a essas ferramentas de ensino, em busca de maior dinamismo, participação e colaboração dos agentes envolvidos, para que ocorra uma transformação real nos processos de ensino-aprendizagem (SANTANA et al., 2020).

Desta forma, a problemática vai além da inclusão de metodologias ativas de ensino, com a necessidade de incluir práticas pedagógicas e políticas educacionais que cumpram com o papel educativo de proporcionar no ambiente da sala de aula, o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos atuantes do processo educativo (SANCHEZ; CALIL; CARVALHO, 2020). Neste sentido, propõe-se refletir sobre a constante necessidade de se buscar inovações no processo de ensino-aprendizagem, voltadas ao desenvolvimento de um espaço de sala de aula com outras possibilidades de aprendizagens, que mesmo inseridas em meio aos contextos formais de ensino, possibilitem outros tipos de conhecimentos em ambientes escolares considerados tradicionais.

## Sala de aula e o uso de novas metodologias

A sala de aula é considerada uma fonte de aquisição de conhecimentos, em que a escola é uma entidade que torna oficial esses conhecimentos, sancionados através de diplomas, pela educação formal (JÚNIOR, 2018). Com o contexto pandêmico, segundo a

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, professora de graduação e pós graduação lato sensu.

<sup>2</sup> Secretário Municipal de Educação do município de Ipiranga do Sul, Gestão 2021-2024.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cerca de 1,5 bilhão de estudantes chegaram a ficar com aulas suspensas ao redor do mundo, o que representa mais de 90% de todos os estudantes do planeta. Mesmo após um ano do início da pandemia COVID-19, quase metade dos alunos do mundo ainda são afetados pelo fechamento parcial ou total das escolas, e mais de 100 milhões de crianças se encontram em um nível de alfabetização abaixo do ideal (UNESCO, 2021).

Como forma de minimizar os efeitos desta crise, o Ministério de Educação - MEC autorizou a utilização de meios e tecnologias digitais para a substituição temporária das aulas presenciais, e assim, as aulas passaram a ser realizadas de forma online, com o auxílio de diversas tecnologias de informação e comunicação. Neste momento, foi preciso reinventar a sala de aula com ferramentas e instrumentos tecnológicos como uma alternativa inovadora para manter as relações nos meios educacionais, para que alunos e professores pudessem dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem. Assim, os vínculos e as relações do processo educativo passaram a integrar ainda mais a participação da escola e da família para se adaptar a essa nova realidade. Uma das formas de aproximar essa relação entre escola e família foi desenvolvendo novas práticas de sala de aula com o auxílio de metodologias e recursos tecnológicos.

No entanto, o uso de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem precisa de ações de capacitação para os docentes. As metodologias ativas inseridas nos processos educativos, em especial o ensino híbrido, buscam inovar, desenvolver a criatividade e a motivação (Hartwig et al., 2019), mas o professor é o agente desse processo, com o papel de incentivar a mudança na forma de pensar e refletir dos alunos, tornando-os “sujeitos do processo de aprendizagem” (MASETTO, 2003, p. 9).

Assim, mesmo que a metodologia inserida possibilite novas ações, é o professor que busca nessas abordagens, uma personalização do ensino para que o estudante consiga desenvolver seus interesses e habilidades (ARRUDA; SIQUEIRA, 2021). As diferentes metodologias incluídas nas práticas pedagógicas com base nas tecnologias, procuram responder desafios já pensados anteriormente, quanto as formas de ensinar e aprender de forma mais interativas e personalizadas ao ritmo de aprendizagem dos alunos (RIBEIRINHA; SILVA, 2020), sendo que a pandemia somente veio a acelerar essa reflexão.

Durante muitas décadas, os recursos disponíveis nas salas de aula se limitavam ao quadro de giz e aos livros didáticos, enquanto que no momento contemporâneo, os recursos como computadores, acesso à internet, plataformas digitais e materiais pedagógicos eletrônicos, têm contribuído para ampliar o ambiente educacional (SANTOS; ALVES; PORTO, 2018). O advento da tecnologia propagou rapidamente as informações, e a necessidade de se adaptar a algumas mudanças devido a pandemia, o aprendizado passou a ser refletido de forma diferente na sociedade (MARTINS; SILVA, 2020). A atual sociedade do conhecimento em que vivemos, é baseada na informação, exige dos indivíduos a capacidade de adquirir pensamento crítico e de solucionar problemas (SANTANA et al., 2020).

Nessa perspectiva de interação, o papel do professor evidencia ainda mais a necessidade de deixar de ser um transmissor de saberes para atuar como um formulador de problemas, questionador, coordenador de equipes de trabalho, sistematizador de experiências, que, valoriza e possibilita o diálogo e a colaboração (SANTANA et al., 2020). No entanto, muitas vezes a carência de uma formação pedagógica, reproduz no trabalho docente as mesmas práticas pedagógicas, de modo que as metodologias tradicionais desenvolvidas por meio de aulas teóricas, expositivas, formais, acabam por mitigar o potencial da aprendizagem, e intensificar o desinteresse e a dificuldade no processo de aprendizagem (GABRICH; BENEDITO, 2016).

Para instigar o interesse, envolvimento e motivação por parte dos alunos, é necessário tirar o aluno de seu papel passivo como receptor de informações. É preciso desafiar-lo a uma nova atitude, de iniciativa, proatividade, que instiga para a “[...] participação no seu processo de formação profissional, saindo das posições de passividade ou omissão frente às suas responsabilidades estudantis e participando das atividades de formação” (MASETTO; ZUKOWSKY-TAVARES, 2013, p. 41). Nesse processo o aluno assume a corresponsabilidade pelo processo de aprendizagem, adequado a cada nível de ensino, e com a participação dos pais e da família.

As metodologias inclusas no processo de ensino-aprendizagem precisam possibilitar ao aluno, trabalhar em tarefas diferentes, utilizando-se de experimentos, pesquisas, atividades em grupo, atividades individuais, simular situações-problemas, e buscar solucionar, interagindo com seus pares, com o professor e com outros participantes ativos nos processos (BERGMANN; SAMS, 2016). A busca por práticas inovadoras no processo ensino-aprendizagem concentra-se no desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, que permitam “repensar disciplinas, conteúdos, metodologia, avaliação, tempo e espaço de aprendizagem” (MASETTO; ZUKOWSKY-TAVARES, 2013, p. 40).

Por isso, é indispensável a mudança do papel e das atividades do professor de transmissor para mediador de conhecimentos, desenvolvendo uma relação de parceria e corresponsabilidade com eles, trabalhando junto e em equipe” (MASETTO; ZUKOWSKY-TAVARES, 2013, p. 41).

### **Metodologias ativas para um novo aprendizado**

Assim como a sociedade, a educação formal encontra-se em um espaço de mudanças, na busca por novas metodologias e novas formas de aprender e ensinar, através de um conhecimento pautado em competências não só cognitivas, mas também pessoais e sociais. Visto que o acesso às informações proporciona hoje conhecimentos gerados de diversas maneiras, o processo de ensinar e aprender assume novas características, e o professor assume mais um papel de mediador das formas de conhecimento, e não mais um transmissor de conhecimentos como era abordado em outras épocas sociais e históricas.

Enquanto a difusão de conhecimentos torna-se cada vez mais rápida e constante, proporcionada pelas diferentes tecnologias, o espaço da sala de aula tem como desafio promover uma nova forma de ensinar, através do desenvolvimento de habilidades que ensinam a pensar, comunicar, raciocinar, organizar, agir. Essas habilidades buscam construir e reconstruir os conhecimentos dos indivíduos enquanto alunos.

Neste contexto, inserem-se as metodologias ativas de ensino, em uma perspectiva de envolver os alunos em atividades com maior nível de complexidade, de tomada de decisões e avaliação de resultados, que possibilitem eles experimentarem novas experiências e mostrar proatividade e capacidade de resolver conflitos, mediar situações e propor soluções. Para isso, as escolas, colégios, universidades, vem criando novos modelos educacionais em que o aprendizado acontece por meio de problemas e situações reais, e com a intermediação dos professores, os alunos buscam recursos e propostas para desenvolver projetos que permitam o desenvolvimento coletivo do aluno e da turma. Esses espaços são redesenhados a partir de salas multifuncionais, conectados em redes, com tecnologias que permitam integrar o espaço da sala de aula com a sociedade, com o mundo.

No Brasil, em especial em escolas com maior acesso de recursos, já existem projetos práticos com propostas de salas de aula que integram recursos físicos, tecnológicos, ambientes virtuais e práticas pedagógicas como sala de aula invertida, laboratórios multiusos, aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem por projetos, e outras. No entanto, ainda a grande maioria das escolas não apresenta muitos progressos em projetos considerados

inovadores, outras apresentam em menor número, devido ao acesso a menos recursos e uma infraestrutura ainda limitada.

As tecnologias permitem e facilitam o processo de aprendizagem de maneira participativa, sendo possível trabalhar uma proposta de ensino-aprendizagem diferenciada. Não é interessante defender um modelo único de proposta, mas sim trabalhar de forma flexível as oportunidades que se apresentam, e que atendam as diferenças e o ritmo de cada aluno e de cada grupo.

A sociedade vive um momento de intensa interação, em que através da conectividade as pessoas têm cada vez mais acesso a multipluralidade de conhecimentos. Isso faz com que o processo educativo seja ainda mais desafiador, visto que ainda vivemos em um sistema educacional estruturado para uma transferência de saberes (professor-aluno), e não um compartilhamento de ideias que oportuniza a construção de novos saberes.

O processo de educar de forma lúdica proporciona e estimula a criatividade por meio da interação, que por sua vez promove a socialização entre os conhecimentos que levam à aprendizagem. Desta forma, evidencia-se que uma das principais formas de interagir no atual contexto social, é utilizar práticas pedagógicas que se inovam a cada instante, e assim tornar estimulante e prazeroso o ato de aprender. No entanto, cabe ainda ressaltar, a relevância do entendimento destas práticas, por parte dos agentes envolvidos no processo educativo (professor, aluno, famílias, comunidade escolar), de forma madura e participativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação da sociedade propagou em grande escala mudanças na educação. Entretanto, para que essas mudanças sejam beneficentes à maioria da população, é imprescindível que a formação das pessoas seja de cidadãos participantes e atuantes. A sala de aula é um espaço de capacitação, em especial de crianças, adolescentes e jovens, que a partir da construção da sua identidade, possam ser potencializados em suas capacidades e habilidades, tornando-se cidadãos autônomos, críticos e capazes de integrarem-se a uma sociedade de mudanças, garantindo o desenvolvimento sustentável desta sociedade.

Em meio a este pensamento, encontram-se os profissionais da educação, professores, principais promotores do desenvolvimento destes cidadãos, que devido a uma estrutura político e social de desvalorização do seu trabalho dentro da sociedade, enfrentam uma crise de direção em busca de uma solução que possa contribuir para uma melhor qualidade do processo de ensinar e aprender. A falta de estrutura, baixos salários, violência, entre outros fatores enfrentados pelos professores no seu cotidiano, contribuem para um processo de estagnação da sua própria formação, levando a um comodismo e conformismo do caos que existe no atual sistema de ensino.

Enquanto a difusão de conhecimentos torna-se cada vez mais rápida e constante, proporcionada pelas diferentes tecnologias, o espaço da sala de aula tem como desafio promover uma nova forma de ensinar, através do desenvolvimento de habilidades que ensinam a pensar, comunicar, raciocinar, organizar, agir. Essas habilidades buscam construir e reconstruir os conhecimentos dos indivíduos enquanto alunos.

Neste contexto, um dos desafios do professor está na sua identidade, e no sentido que atribuiu a sua função. O papel do professor está se transformando dentro desta nova sociedade, adquirindo uma nova identidade. Por isso, precisa repensar sobre suas práticas e metodologias, evitando a desatualização profissional e sua estagnação. Na relação de ensinar e aprender, o professor também tornou-se aprendiz em busca de novos saberes, que além de repassar conteúdos e informações, tenha capacidade de estabelecer relações com a comunidade. Essas relações contribuem para o desenvolvimento cognitivo e afetivo,

envolvendo as pessoas emocionalmente, e criando uma esfera de aprendizado com sentido. E quando existe sentido no que fazemos, existe emoção e prazer, e é desse prazer que surge a disciplina e a vontade de querer aprender.

No entanto, para despertar no aluno esse sentido, é necessário antes que o professor entenda qual é o sentido do seu papel, qual é a sua identidade. Ao se fazer esses questionamentos, o professor estará buscando refletir sobre o ato de aprender, como aprender, o que aprender, facilitando a construção de um processo de ensino-aprendizagem que evoca o aprender com sentido. Quando temos presente o significado de tal ato, temos um sentido para além da sala de aula, temos um sentido para a vida. Pensando em sua identidade dentro desse papel transformador que o professor pode desenvolver na sociedade, através de uma formação continuada, o professor será capaz de acompanhar as evoluções e adequar sua atividade pensando na qualidade da educação.

Enquanto a educação não é vista pela sociedade como um problema social que precisa ser tratado de forma urgente, para podermos garantir um desenvolvimento sustentável e não apenas prioritário, a proposta de um pensar diferente do professor sobre a realidade é inquietante. Ao pensar em uma educação consciente e participativa, o espaço da sala de aula pode ser um espaço para buscar “reinventar” ou “reconstruir” os valores de uma sociedade que está em permanente construção.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, J. S.; SIQUEIRA, L. M. R. de C. Metodologias Ativas, Ensino Híbrido e os Artefatos Digitais: sala de aula em tempos de pandemia. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, v. 3, n. 1, p. e314292, 2020.

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

GABRICH, F. de A. G.; BENEDITO, L. M. F. Lego Serious Play no Direito. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, v. 2, n. 2, p. 105–126, 2016.

HARTWIG, A. K.; SILVEIRA, M., FRONZA, L.; MATTOS, M. DE ARAÚJO KOHLER, L. P. Metodologias ativas para o ensino da computação: uma revisão sistemática e um estudo prático. In: **Anais do Workshop de Informática na Escola**, p. 1139-1143, 2019.

JÚNIOR, C. R. A. S. Aprender na escola para além da sala de aula: comunidades de prática, participação periférica legítima e espaços de afinidade no ambiente escolar formal. In: **Colloquium Humanarum**, p. 88-94, 2018.

MARTINS, G. A.; SILVA, D. M.; Museu, educação e o covid-19: uma abordagem teórica dos acervos digitais em meio ao isolamento social. Boca: **Boletim de Conjuntura. Boa Vista**. v. 2, n. 4, 2020.

MASETTO, M. T. Docência universitária: repensando a aula. **Ensinar e aprender no ensino superior: por uma epistemologia da curiosidade na formação universitária**, v. 2, p. 79-108, 2003.

MASETTO, M. T.; ZUKOWSKY-TAVARES, C. Inovação e a universidade In: GHIRARDI, J. G. G.; FEFERBAUM, M. F. Ensino do direito em debate: reflexões a partir do 1º **Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente**. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 33-46.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Educação: da interrupção à recuperação. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>>. Acesso em 11 jul. de 2021.

RIBEIRINHA, T.; SILVA, B. D. Avaliando a eficácia da componente online da “sala de aula invertida”: Um estudo de investigação-ação. **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 2, p. 568-589, 2020.

SANCHES, R. C. F.; CALIL, M. L. G.; CARVALHO, G. C. P. Educação jurídica e inovação: a “sala de aula invertida” como metodologia viável. **Revista Jurídica**, v. 3, n. 60, p. 552-573, 2020.

SANTANA, V. V. et al. A importância do uso da internet sob o viés da promoção interativa na educação em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 78866-78876, 2020.

SANTOS JUNIOR, V. B.; SILVA MONTEIRO, J. C. da. Educação e covid-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. **Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 01-15, 2020.

SANTOS, F. M. F.; ALVES, A. L.; PORTO, C. M. Educação e tecnologias: Potencialidades e implicações contemporâneas na aprendizagem. **Rios Eletrônica (FASETE)**, v. 12, p. 44-61, 2018.

# TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO COMPARTILHADA: ALGUMAS POSSIBILIDADES NO ENSINO SUPERIOR

Carlos Antônio da Silva<sup>1</sup>  
Rochana Basso<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Há muito tempo, a educação tem sido um assunto que não se esgota. Por vezes, surge como a salvação para todos os problemas (da humanidade), por outras, torna-se a responsável por tudo aquilo que de bom não se fez.

O que se sabe, o que se vê é que a educação sempre pauta as discussões. Gerada nas teorias clássicas e tradicionais na história da Humanidade, a educação tem carreado para si muitas pautas, tem sido espaço para se testar teorias, postulados, técnicas, procedimentos, como se fosse tão somente um campo experimental.

O revés disso tudo é que não se dá atenção ao fato de que é pela educação que se constroem vidas. Podem ser construídos muros ou pontes. Construir e reconstruir o conhecimento, que está longe de ser a sabedoria.

A contemporaneidade traz a cada segundo milhões de informações, a grande maioria desnecessárias, poluidoras dos espaços mais comuns de diálogos entre indivíduos que buscam crescer, encontrar algo novo, descobrir.

Nesse início da segunda década do milênio atual, a educação e seus educadores se viram, sorratamente, impelidos a recriar com a urgência que o ensinar e o aprender nunca antes haviam visto.

Assim, em todos os níveis, foi necessário encontrar na reengenharia dos arranjos educacionais propostas didático-pedagógicas que garantissem as condições habituais para que a aprendizagem ocorresse.

Nesse intuito, é que esse artigo procurou rastrear possibilidades para a execução da educação compartilhada, trazendo a baila a família, que na maioria delas havia esquecido o que era educação e como essa deveria ser feita, resgatou-se a comunidade escolar e a sociedade fora dela também, mostrando que a socialização do processo educacional é responsabilidade de todos, chegando-se ao nível de ensino superior, onde supostamente o educando tem autonomia plena, é ser autodidata, consegue aprender distante do tradicional espaço de vivência e convivência chamado há muito tempo de sala de aula.

## Educação e Inovação: o que é isso?

Conforme o dicionário Aurélio, educação é o efeito de aperfeiçoar as capacidades intelectuais e morais de alguém. (FERREIRA, 2018). Também entendida como o ato ou processo de educar(-se). qualquer estágio desse processo. aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano; pedagogia, didática, ensino.

Em sentido um pouco mais amplo significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para outras, ou seja, a educação

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências Humanas – URI Erechim

<sup>2</sup> Mestra em Educação – URI Frederico Westphalen

é formada por meio de experiências e vivências de cada indivíduo no decorrer de sua vida, a fim de demonstrar sua capacidade de socialização.

Conforme Hubert a educação é “um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro”. “[...] Essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade.”

Numa visão mais técnica a educação é definida como um processo contínuo desenvolvimento físico, intelectual e moral do indivíduo, a fim de integrá-lo na sociedade. No sentido formal e com base na derivação do latim *educations* é todo o processo contínuo de formação e ensino aprendizagem que faz parte do currículo dos estabelecimentos oficializados de ensino, sejam eles públicos ou privados.

Em nível nacional, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) divide a educação em dois níveis: I) Educação Básica formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e II) a Educação Superior representada pelos cursos do ensino universitário.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular educação orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Direciona-se, assim, a educação brasileira à formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2017).

A educação, atualmente, tem como aliada no processo formativo a inovação definida como a aquilo que é novo, ou seja, a modificação de costumes, hábitos, processos e inclusive a legislação. De um modo geral, inovação é concebida como a necessidade de criar ou recriar estratégias novas e diferentes aos meios habituais a fim de alcançar objetivos inovadores, não restringindo apenas a criação de novos serviços ou produtos, ou até mesmo novas tecnologias, mas deve centrar-se no quanto aquilo que está sendo apresentado como novo pode contribuir com o processo evolutivo da humanidade, sendo de certa forma essencial na geração de mudanças nos níveis estruturais da ordem econômica e social.

Nos tempos atuais, a inovação prevalente está diretamente ligada às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), exacerbadamente presente no dia a dia dos indivíduos, estando presentes inclusive nas salas de aula. Isso vai de encontro aquilo que se apregoava até bem pouco tempo atrás, de que o uso de multimeios, com o celular por exemplo, em sala de aula perturbava o processo de ensino e aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, recentemente, apresentou orientações para a educação nacional indicou, entre outras, a cultura digital como competência geral a ser instigada na sala de aula. A BNCC propõe a compreensão, utilização e criação de tecnologias digitais para melhorar a comunicação, o acesso e a produção de conhecimento, além da resolução de problemas, exercício da autonomia e protagonismo do aluno. (BRASIL, 2018).

A escola começa a ver a importância do uso de telefones inteligentes (smartphones), tablets e notebooks como ferramentas facilitadoras da aprendizagem, o que de certa forma, mostra que as tecnologias sempre estiveram, de alguma forma, muito próximas da educação.

Com a popularização dos computadores nos anos 70 inicia o processo de inclusão das tecnologias midiáticas na escola como ferramentas educacional, e que nos anos 90 culmina com a chegada da informação por meio da Internet dinamizando e ampliando as possibilidades e oportunidades para o ensino e a aprendizagem.

Atualmente, são inúmeros os recursos tecnológicos que podem ser agregados às aulas tradicionais ou convencionais, como por exemplo, a utilização de jogos, videoaulas, plataformas de aprendizagem, laboratórios virtuais, as redes sociais, aplicativos, entre tantos outros.

É prevalente a percepção de que o uso da NTIC tem auxiliado na melhoria da qualidade do processo educativo, quer pela ampliação das possibilidades de alcançar o conhecimento por meio da maior proximidade com o aluno por meio de aplicativos e outras plataformas.

### **Tecnologias digitais no ensino superior**

Considerada a precursora no uso de recursos tecnológicos a Educação a Distância (EaD) tem facilitado o acesso àqueles que não tiveram êxito em frequentar o ensino regular na idade apropriada. Assim, utilizando-se do compartilhamento de material didático-pedagógico com auxílio de ferramentas digitais tornou-se possível levar a educação a essa estratificação social incluindo-a no processo educativo com celeridade.

Um exemplo de possibilidade de uso de novas tecnologias que agregam recursos digitais de forma gratuita está disponível na plataforma “Escola Digital” que hospeda diversos recursos destinados a práticas pedagógicas facilitadoras do processo ensino-aprendizagem. A plataforma contempla roteiro de estudos de acordo com a disciplina e também a modalidade de ensino.

Quando a necessidade é a formação continuada de docentes, é possível recorrer a plataforma “Escolas Conectadas” que disponibiliza cursos de capacitação direcionados a adoção de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento de competências balizadas pela Base Nacional Comum Curricular, neste caso voltadas para o Ensino Fundamental e Médio, não impedindo que as atividades sejam adaptadas ao Ensino Superior. A plataforma “Escolas Conectadas” oferece cursos on-line com suporte metodológico acompanhado de material didático.

Ferramenta recorrente utilizada, em nível superior, tem sido o ensino híbrido que combina atividades síncronas e assíncronas nos modos *online* e *offline*. Não menos distante, circundam o meio tecnológico educativo o empreendedorismo, a robotização e realidade aumentada, novidades no campo educacional não raras vezes consideradas como inovações que irão dar novo protagonismo a aprendizagem, pois facilitam o processo de ensino e aprendizagem para os educandos.

O que se esqueceu de considerar, entretanto, é de que o formato da escola e sala de aula tradicionais estão por demais arraigados no espaço subsunção dos educadores e de seus educandos. Foi um processo construído da mesma maneira por séculos.

Mudar esse formato, trazendo modelos ou estereótipos que facilitam a aprendizagem dos educandos e que praticamente excluem o professor como reprodutor de ideias, conceitos e procedimentos não é tarefa que se faz da noite para o dia.

Os novos processos educativos, em seus diferentes formatos, prescindem de adequações e adaptações até chegarem à sala de aula. Tecnologias e metodologias novas com suas ferramentas encantadoras, trazem um fascínio que aparentemente escondem uma insatisfação.

Além do mais, nem sempre a grande maioria dos educadores tiveram em sua formação superior inicial a qualificação necessária para fazer frente às inovações que chegam renovadas em pouco tempo. O que valia num ano pode ser obsoleto noutro.

Nesse novo cenário, a escola tradicional precisou se adaptar para que a educação sobrevivesse, recorrendo aos benefícios de metodologias inovadoras apoiadas no suporte tecnológico disponível.

## Tecnologias no Ensino Superior: novas maneiras de ensinar

No ensino superior, espera-se que os acadêmicos tenham proficiência autodidata para assimilação dos conteúdos universitários. Mas não é o que cotidianamente acontece. Privados de acesso a tecnologias consideradas como básicas, tais como banda larga satisfatória, ágil, rápida, com fluência na transmissão e recebimento dos dados computacionais, os acadêmicos se deparam com limitações na interatividade que impedem o uso eficiente das mídias virtuais como recurso pedagógico eficiente e eficaz.

Mesmo assim, novas possibilidades de compartilhar experiências e vivências têm sido possível, como a utilização de jogos educativos, popularmente chamada de gamificação. Trata-se de uma forma lúdica que migra do modelo tradicional de educação bancária para uma educação com engajamento carreando para um aprendizado mais significativo e interessante também.

A robótica tem se destacado como uma das tendências educativas no uso das novas tecnológicas que permite integrar professores e acadêmicos, privilegiando atividades que exigem alta concentração, porém, de forma lúdica, tornando-se mais dinâmica. Serve para promover a ligação entre o digital e a realidade, sempre atendendo ao protagonismo do educando proporcionando a compreensão na práxis da teorização.

O recurso de ampliação da realidade com a utilização de inteligência artificial tem sido uma das maiores tendências futuras no âmbito do ensinar, usa de mecanismos computacionais que oferecem vivências virtuais.

Caracterizada por unir empreendedorismo e *design thinking* e *Lean Education Technology* (LET) prima pela criação e gerenciamento de negócios bem como no desenvolvimento de novos produtos. A LET auxilia no desenvolvimento de habilidades direcionadas a solução de desafios, resolução de problemas complexos utilizando-se da criatividade, pensamento crítico-reflexivo e do trabalho colaborativo, estimulando a comunicação em rede.

O *Design Thinking*, por sua vez, ajuda na realização de pesquisas, compreensão de problemas e geração de ideias e de soluções. A construção de protótipos a fim de solucionar problemas é uma ferramenta muito usada na elaboração de projetos.

O *Blended Learning*, conhecido como Ensino Híbrido, tem como proposta mesclar o ensino presencial com o *on line*, materializado por meio de atividades práticas em sala de aula ou a campo cria espaços de interatividade que auxiliam no desenvolvimento de competências.

Há necessidade de criar espaços diversificados e com o uso de diversos tipos de mídias sempre considerando a autonomia do educando no seu processo de aprendizagem. O espaço *maker* que tem como base a cultura “faça você mesmo” (DIY ‘do it yourself’) prescinde de um ambiente com acesso à internet que possibilite a busca e rastreamento de materiais para que o educando possa ele mesmo desenvolver um determinado produto recorrendo a tecnologias como a impressão 3D, bricolagem, técnicas de corte a laser, protótipos eletrônicos, o que sobremaneira desenvolve o espírito inovador e empreendedor e traz uma abordagem mais prática e colaborativa firmando a autonomia do acadêmico no processo de experimentação e conseqüente na construção do seu conhecimento com o desenvolvimento de habilidades de raciocínio alcançando todas as áreas do conhecimento humano e permitindo aos envolvidos em vivenciar as aprendizagens. Para auxiliar no aprendizado autônomo e fazer você mesmo é possível solucionar situações-problema recorrendo-se aos ‘tutoriais’ que auxiliam na aprendizagem de novas maneiras de resolver problemas.

Entretanto, é importante referir a necessidade de planejamento adequado para o uso das tecnologias midiáticas, indicando de modo claro e objetivo o que é fundamental ser socializado aos educandos como etapas do processo pedagógico de sua formação, tendo

presente que os multimeios, por suas tecnologias, são instrumentos, ferramentas do processo educativo.

Um fato importante no processo educativo mediado pelas novas tecnologias deve considerar que a disponibilização dessas não será suficiente para que o processo de aprendizado ocorra. É necessário direcionar a aprendizagem por meio de projetos didático-pedagógicos que tenham em seu bojo a definição de como deve ser a utilização dos meios digitais pelos usuários, nesse caso, dos acadêmicos. Deve-se identificar a disponibilidade de uso dos recursos tecnológicos, haja vista que muitas vezes pode ocorrer dificuldades técnicas de acesso, especialmente de novos dispositivos não amplamente ofertados para utilização em razão das condições técnicas necessários na recepção e transmissão dos dados, por exemplo. Outro elemento importante a ser considerado, diz respeito a intencionalidade pedagógica do uso de determinado recurso, que quando acessado precisa estar atento a política de privacidade do ofertante, bem como que acessos são permitidos para que a operacionalização desse seja feita com êxito e satisfatoriamente.

A orientação do professor deve ser ponto fundamental no uso das novas tecnologias, visto que há necessidade de formas seguras dos acessos, a fim de oportunizar práticas eficientes de navegação pelos espaços *on line*, privilegiando o uso ético dos ambientes digitais. Deverás será necessário ter um planejamento de uso seguro orientando para comportamentos inadequados, cujo o anonimato aparente instiga a fazer. É o momento de promover a educação digital com segurança e responsabilidade em razão de que a maioria dos jovens tem passando grande parte do seu dia acessando mídias e redes sociais.

É oportuno registrar alguns ensaios em nível mundial do uso das novas tecnologias vinculadas ao processo de ensino e aprendizagem. Um exemplo vem da Inglaterra que socializa ambientes de aprendizagem auto organizáveis por meio do *The School in the Cloud*. Cita-se também a *Summit Public School* nos Estados Unidos da América e a *Wooranna Park Primary School*, radicada na Austrália. O *Growing Communities of Readers*, localizado na África do Sul, que permite o acesso por meio de qualquer dispositivo conectado à Rede Mundial de Computadores. Da Índia vem o *RadioPhone* que oferece programas educativos diversos enquanto que o *Read and Prosper* consegue trabalhar com o Quênia, mesmo estando sua base em Washington. Esses são alguns exemplos da conectividade que abraça a aldeia global.

Entretanto, algumas ações pedagógicas são necessárias a fim de promover a adaptação aos usos dos recursos tecnológicos, dentre eles estão a necessidade de minimizar as possibilidades de dispersão quando do uso de *smartphones* ou *tablets*, por exemplo, tendo em mente a superação da rigidez imposta pelo modelo curricular sem desencadear a vulnerabilidade que poderá vir quando do uso de modelos híbridos onde o controle disciplinar fica fora do alcance pontual do professor.

Nesse momento, é necessário promover o compartilhamento a fim de construir de forma colaborativa o processo educativo, tendo presente a diferença existente entre Internet e Redes Sociais. Enquanto a primeira oferece recursos e oportunidades de aprendizagem, a segunda, de rápido acesso tem se caracterizado por conduzir ações vinculadas ao controle comportamental dos usuários, induzindo-os a situações viciantes o que resulta em transformações comportamentais, como por exemplo, a diminuição da capacidade de concentração, diante dos inúmeros estímulos que levam o internauta a consumir muita informação de forma difusa, fragmentada durante o tempo em que estiver usando uma determinada mídia social. Cabe, assim, uma alfabetização midiática disposta a conhecer os princípios que regem a sociedade conectada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como reflexão frente a chegada imperativa à educação das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação faz-se necessário considerar algumas mudanças frente ao inédito, ao novo, ao despreparo didático-pedagógico de quem reinava absoluto como mestre do saber e do conhecimento.

O fenômeno tecnológico impeliu a classe docente de maneira urgente a recriar seu processo pedagógico de ensinar.

Dessa forma, como algo inusitado todos os níveis da educação nacional e mundial necessitou criar arranjos educacionais e propostas didático-pedagógicas que garantissem as condições mínimas para que a aprendizagem ocorresse.

A inovação foi apresentada como o grande diferencial para a educação reaprender a ensinar. No ensino superior os passos iniciais haviam sido dados por meio da EaD, que passou a ser uma ferramenta que por meio da tecnologia digital fez um primeiro contato interativo não presencial dando celeridade àqueles que desejam alcançar um nível maior de ensino.

Mas também foi necessário qualificar a classe docente por meio da formação continuada a fim capacitá-los para o novo tempo digital. Estar previsto na legislação educacional é um fato, operacionalizar e materializar no território é outro bem distante. Limitações de toda ordem fizeram o processo não ser em tempo real. Dificuldades tecnológicas como a transmissão de dados virtualmente trouxeram demora.

Nesse novo cenário, a educação tradicional precisou se adaptar para sobreviver ou pelo menos manter-se como mecanismo de ascensão social, para isso recorrendo a metodologias inovadoras apoiadas no suporte tecnológico disponível.

Várias técnicas e recursos midiáticos têm sido explorados pelos docentes, na expectativa de oportunizar vivências virtuais mínimas capaz de, pelo menos nesse momento, suprir parte da presença física do professor.

Fica a observação da necessidade de se criar espaços diferenciados para a utilização das mídias digitais preservando a autonomia do educando no seu processo de aprendizagem.

Restou evidente a importância da orientação do professor na promoção da educação digital segura e eficaz canalizada para ações colaborativas dentro do processo educativo compartilhado e mediado pelo uso das tecnologias digitais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. DF. 2017.

FERREIRA, M. A. B. de H. de. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Editora Nova Fronteira. 2018.

HUBERT, R. **Educação Compartilhada**. São Paulo. 1996.

# REFLEXOS TECNOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DO PERÍODO PANDÊMICO

Soraia Raimondi<sup>1</sup>  
Karlislei Aline Morganti Sadoski<sup>2</sup>  
Tainá de Oliveira<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Observando o cenário de pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) é possível identificar mudanças nos hábitos sociais, entre elas os novos formatos e meios de ensino. A temática desse artigo busca discutir sobre os reflexos da tecnologia na educação durante o período pandêmico, que trouxe diversas estratégias de ensinar e aprender de forma não presencial, bem como refletir sobre a não dissociação dessas novas ferramentas com o processo de ensino e aprendizagem no período pós pandemia.

A estrutura deste artigo contempla a revisão de literatura onde são apresentadas as ideias da profissão professor, os novos tempos da vida humana com o surgimento de tecnologias, além de uma breve contextualização sobre a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e seus impactos na dimensão educacional. Ao fim são apresentadas as considerações finais, para retomada dos enfoques expostos na revisão de literatura e uma reflexão sobre a aproximação das tecnologias do ambiente escolar.

## Profissão: Professor

Para muitos ser professor é uma das melhores profissões, pois eles são contemplados com muitos momentos de folga, feriados, férias duas vezes ao ano entre outros “benefícios”. O que muitos não enxergam é a quantidade de trabalho que tem um professor, que precisa passar horas planejando vivências e experiências para a turma, estudando, verificando as legislações e os documentos que norteiam seu trabalho pedagógico, pensando em cada detalhe para que tudo seja bem aproveitado por seus estudantes e, o mais importante, que eles aprendam; muitos pensam que basta entrar em uma sala de aula, fazer a chamada e explicar o conteúdo quando na verdade ser professor é muito mais que isso, afinal esse profissional trabalha com outros seres humanos.

E por trabalhar com outros seres humanos o espaço escolar está sempre se adequando para atender às demandas sociais, além de ser um local de convivência de muitas pessoas diferentes umas das outras. A cada ano são novos estudantes com realidades, contextos sociais e familiares diferentes, estudantes mergulhados no mundo tecnológico, com novas demandas e questionamentos sobre si e tudo que os rodeiam. Mas se a escola está sempre se adequando às novas realidades, por que esse ambiente sempre parece o mesmo? Nunca há nada de diferente e o que muda, geralmente, não está ao alcance da comunidade escolar: o currículo, documento que norteia o trabalho pedagógico das escolas, ele é quem mostra os objetivos que as instituições desejam alcançar, mas isso nem sempre é visto na prática. Isso significa que

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus Erechim. Educadora Social no Instituto Zilmo Scanagatta no município de Erechim-RS.

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus Erechim. Monitora na Escola de Educação Básica da URI Erechim, RS.

<sup>3</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus Erechim. Professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Erechim, RS.

mesmo com as mudanças que ocorrem, principalmente nos últimos tempos com o mundo tecnológico, a escola continua a mesma, diferentemente de outros ambientes que mudam de tempos em tempos, pois não podem ficar para trás. O professor Attico Chassot (apud KALINKE, 1999, p.16), da UFRGS, diz que: “Se José de Anchieta, um dos pioneiros em educação no Brasil, entrasse hoje em nossas salas de aula muito pouco se surpreenderia, pois nossos métodos e tecnologias são praticamente os mesmos por ele utilizados. Continuasse fazendo educação com artesanaria”.

O que Chassot diz, deixa claro a falta de um ambiente renovador nas escolas, sem grandes mudanças. Kalinke (1999) traz um exemplo do quanto a escola parou no tempo quando fala que se as pessoas tivessem a oportunidade de trazer para os dias de hoje um cirurgião e um professor de tempos mais antigos, o primeiro, respectivamente, não conseguiria desenvolver seu ofício tão facilmente porque teriam muitas novidades e avanços na área de seu trabalho, enquanto que o segundo desempenharia sua função de modo natural e sem estranhamentos, pois o espaço e os materiais de trabalho seriam muito parecidos com o que trabalhava em sua época. Essa comparação de dois profissionais de áreas diferentes reforça o quanto a escola não muda facilmente e com frequência, mas também é preciso pensar que, como as pessoas estão nesse mundo tecnológico: “[...] o computador não é a solução de todos os males da humanidade, tampouco será a saída para resolvermos os problemas educacionais que se avolumam nas últimas décadas” (KALINKE, 1999, p. 31).

Desse modo, se percebe que a profissão professor é difícil, possui grandes desafios e tem um ambiente de trabalho acomodado, que possui mudanças, mas ao mesmo tempo acaba ficando para trás. O professor precisa mudar constantemente e se atualizar com periodicidade, para atender às novas demandas que surgem no ambiente escolar e o mais ideal seria que a escola acompanhasse essas mudanças, para que conseguissem desempenhar um trabalho pedagógico de mais qualidade.

### **Novos tempos da vida humana**

É difícil pensar que existiu uma vida distinta da qual se vive hoje, sem toda a tecnologia que cerca a sociedade. Em tempos mais distantes as tecnologias eram outras: a descoberta do fogo, a fabricação de equipamentos e ferramentas com recursos naturais, técnicas de plantação, o descobrimento da roda que “transformou radicalmente as formas de deslocamento, redefiniu a produção, a comercialização e a estocagem de produtos e deu origem a inúmeras outras descobertas” (KENSKI, 2012, p. 21).

Com esse exemplo da descoberta da roda se percebe que a inovação altera os comportamentos humanos e não é diferente com as tecnologias que, segundo Kenski (2012) fazem parte da vida humana e nem são percebidas, de tão natural que é a convivência entre ser humano e tecnologia, pois os cadernos que se utilizam, os quadros e até mesmo o giz são resultados de tecnologias.

Há uma grande diferença entre os dias de hoje e os dias dos antepassados, pois atualmente as pessoas contam com “confortos tecnológicos – água encanada, luz elétrica, fogão, sapatos, telefone – que nem podemos imaginar como seria viver sem eles.” (KENSKI, 2012, p. 19). Como já escrito anteriormente, em cada época da história foram desenvolvidas diferentes tecnologias, de acordo com as necessidades e materiais disponíveis, além de que os avanços na área científica auxiliam na ampliação de conhecimentos sobre os recursos tecnológicos e criam outras tecnologias, cada vez melhores.

De acordo com o autor supra, a tecnologia está presente no dia a dia das pessoas desde a água encanada que tomam e utilizam para realizar diversas tarefas até os sapatos que utilizam nos pés. Ou seja, a tecnologia não se refere única e exclusivamente aos aparelhos,

equipamentos e máquinas e a autora ainda diz que “o conceito de tecnologias engloba a totalidade de coisas que a engenhosidade do cérebro humano conseguiu criar em todas as épocas, suas formas de uso, suas aplicações.” (KENSKI, 2012, p. 23).

As tecnologias podem ser entendidas como uma nova linguagem da humanidade e, por isso, as escolas têm a necessidade de compreender e incorporá-la ao espaço escolar, além de procurar formações adequadas para entender os códigos dessa linguagem, bem como dominar o uso de diferentes ferramentas. (MORAN, 2013). Ou seja, a escola como espaço de socialização dos indivíduos precisa estar sempre acompanhando os novos tempos da vida humana.

### **A pandemia do novo Coronavírus (COVID-19)**

Assim como a tecnologia, há outros fenômenos que mudam a vida das pessoas do dia para a noite, colocando tudo de “cabeça para baixo” e, entre eles, está um ser pequeníssimo chamado Coronavírus (COVID-19), vírus que desenvolve infecção respiratória leve, podendo evoluir para um estado grave. Esse vírus atingiu mais de cem lugares no mundo, ou seja, uma pandemia estava surgindo e em 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia. Isso trouxe a necessidade de serem adotadas medidas para evitar a propagação da doença; o distanciamento social e o impedimento de determinados serviços continuarem ativos foram algumas das medidas cruciais para conter o avanço da doença (PEREIRA, 2020).

Souza (2020) diz que esse momento de pandemia trouxe novos contextos sociais, como por exemplo: o trabalho de forma remota; o afastamento de familiares e amigos; a continuação das atividades consideradas essenciais; algumas (ou a grande maioria) famílias passaram a ter mais tempo juntas e pessoas que continuaram com sua rotina normal por negarem a gravidade da doença. De certa forma, todos tiveram que reorganizar sua vida para se adaptar ao novo momento, à nova realidade.

O isolamento social é de grande importância para conter a propagação do vírus, mas por outro lado trouxe impactos negativos na vida emocional das pessoas e

A mudança brusca nas atividades do dia a dia (ex., rotina de trabalho, estudos e convívio comunitário), por vezes sem previsão de quando ocorrerá o retorno à “vida normal”, pode provocar sofrimento e insegurança, visto que é preciso lidar com o futuro imprevisível. (BRASIL, 2020)

Essas mudanças bruscas podem ficar com as pessoas para além da pandemia, ou seja, serão problemas de saúde mental a longo prazo pois esse novo normal gera sentimentos de “estresse, ansiedade e depressão [...] solidão, desesperança, angústia, exaustão, irritabilidade, tédio, raiva e sensação de abandono.” (BRASIL, 2020). A estabilização emocional será reconstruída a passos lentos e o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), no artigo: “A quarentena na COVID-19: orientações e estratégias de cuidado” traz algumas estratégias para enfrentar esse período tão difícil, como por exemplo, praticar atividades físicas, ter uma rotina e alimentação saudável, buscar novos conhecimentos, prestar atenção em seus sentimentos entre outras. Esse momento pandêmico trouxe muitas experiências e sentimentos novos, as pessoas precisam enfrentar diariamente incertezas impostas pelo Coronavírus e seus impactos em diferentes dimensões.

### **Pandemia e Educação**

Nesse período pandêmico as tecnologias da informação e comunicação (TIC) tiveram uma aproximação ainda maior com as pessoas, pois muitas atividades, que não foram

consideradas essenciais, puderem ser desenvolvidas de casa. A educação foi uma dessas atividades que passou a ser realizada de casa, mesmo sendo algo essencial foi necessário suspender as aulas para a segurança de todos; as escolas e as famílias precisaram modificar suas rotinas para que o ensino e a aprendizagem não fossem prejudicados. O ensino no formato não presencial trouxe muitos desafios para professores, que ficaram sem saber como iriam garantir e manter os vínculos afetivos e pedagógicos entre eles e os estudantes, além de precisarem se adaptar ao uso frequente do computador e outras tecnologias, por exemplo.

Muitas escolas adotaram o formato de ensino síncrono ou assíncrono, ou seja, no primeiro formato, respectivamente, “[...] é necessária a participação do aluno e professor no mesmo instante e no mesmo ambiente – nesse caso, virtual.” (EADBOX, 2018, p. 3). Já no formato de ensino assíncrono “[...] não é necessário que os alunos e professores estejam conectados ao mesmo tempo para que as tarefas sejam concluídas e o aprendizado seja adequado.” (EADBOX, 2018, p. 5).

Cada escola se organizou de acordo com suas realidades e necessidades, mas a grande maioria adotou o formato de ensino síncrono, que “[...] aflorou uma perspectiva de educação instrucionista, conteudista.” (SOUZA, 2020, p. 4). No período anterior ao aparecimento do Coronavírus, muitos professores já estavam adotando novas metodologias de ensino, com o intuito de proporcionar várias oportunidades de aprendizagens aos seus estudantes e para não tornar a aula cheia de conteúdo, mas cheia de aprendizagem significativa. No entanto, com a chegada do Coronavírus e as aulas sendo ministradas no formato síncrono, os professores não puderam continuar seu trabalho pedagógico com metodologias diferenciadas (assim como faziam no formato de ensino presencial), pois precisavam pensar na realidade que cada estudante tinha para desenvolver o trabalho pedagógico em casa; dessa forma, as aulas, na maioria das vezes, resumiram-se ao professor explicando e os estudantes realizando atividades, assim como no ensino tradicional, conteudista e instrucionista.

Antes da pandemia do Coronavírus, os estudantes já estavam muito expostos às tecnologias e com a chegada do ensino síncrono essa exposição aumentou, deixando-os “[...] cansados por ficarem horas diante da tela do computador assistindo aulas e fazendo atividades.” (SOUZA, 2020, p. 4). Mas, por outra perspectiva, as tecnologias podem trazer novos ares para a escola e, assim, se transformar em um ambiente que proporcione aprendizagens que sejam significativas para os estudantes. Ao falar da educação durante a pandemia do Coronavírus, as tecnologias facilitam a chegada da escola até as casas dos estudantes porque há plataformas de aprendizagem que possibilitam uma melhor organização e controle das aulas. Além disso, as tecnologias descentralizaram o conhecimento do professor, pois os estudantes utilizam diferentes ferramentas para pesquisa, comunicação e divulgação, por exemplo. (MORAN, 2013).

Já que o conhecimento está por todos os lados e não apenas com o professor, os estudantes aprendem a toda hora: acessando um *blog*, uma rede social, um *podcast*, ouvindo uma música, lendo matérias digitais, acessando jogos, assistindo vídeos, realizando cursos, participando de palestras entre outros. Isso significa que as tecnologias, em momento de pandemia ou não, proporcionam muitas outras possibilidades de aprendizagem, fazendo com que o estudante encontre a melhor forma de aprender.

Não há como fugir da realidade tecnológica em que se vive, então não é possível que as escolas e professores não se aproximem dessas novas ferramentas. Mesmo com a utilização diária desses recursos durante o período pandêmico, muitos professores ainda possuem dificuldade de se adaptar a este formato de ensino e até mesmo com as ferramentas tecnológicas e, quando a pandemia do Coronavírus passar, as escolas precisam estar mais atentas aos recursos tecnológicos e a formação dos professores para que consigam utilizá-los

como forma de agregar no trabalho pedagógico e proporcionar uma aprendizagem significativa para os estudantes. Moran (2013, p. 35) diz que

Quanto mais tecnologias, maior a importância de profissionais competentes, confiáveis, humanos e criativos. A educação é um processo de profunda interação humana, com menos momentos presenciais tradicionais e múltiplas formas de orientar, motivar, acompanhar e avaliar.

É visível que não há mais como separar a educação e o uso das tecnologias, pois os professores precisam continuar proporcionando diferentes meios de aprendizagem, durante e após a pandemia. Durante o período em que as aulas estiverem no formato síncrono ou assíncrono, os professores podem criar diferentes recursos para o momento de interação com seus estudantes como, por exemplo: criar enquetes ou jogo de perguntas em *sites*, propor criações de vídeos ou imagens, estimular a pesquisa e a leitura, compartilhar materiais e estimular os estudantes proporcionando outras experiências dinâmicas e criativas. Já nas aulas presenciais, o professor pode continuar proporcionando aos estudantes tudo que foi citado para as aulas síncronas e assíncronas, mas precisa lembrar sempre de inovar, pois vai chegar o momento em que os estudantes não estarão mais sendo “atraídos” pelos recursos utilizados. Moran (2013, p. 69) traz uma ideia importantíssima ao falar que

É importante conectar sempre o ensino com a vida do aluno. Chegar ao aluno por todos os caminhos possíveis: pela experiência, pela imagem, pelo som, pela representação (dramatizações, simulações), pela multimídia, pela interação *on-line* e *off-line*.

Sendo assim, se os professores aproximarem os saberes escolares com os saberes da vida, os estudantes se sentirão mais motivados e, com essa aproximação do ensino por meio de tecnologias, professor e estudante estarão cada vez mais perto e trocando experiências.

Por isso tudo, é preciso lembrar que “a inovação não está restrita ao uso da tecnologia, mas também à maneira como o professor vai se apropriar desses recursos para criar projetos metodológicos que superem a *reprodução* do conhecimento e levem à *produção* do conhecimento.” (MORAN, 2013). As tecnologias estão presentes dentro e fora do ambiente escolar, e esse ambiente e os professores precisam estar bem preparados para atender às necessidades dos estudantes; não basta utilizar a sala de informática, por exemplo, mas é preciso ter uma finalidade pedagógica muito bem preparada para essa utilização. Os professores precisam utilizar essas ferramentas sempre pensando em uma aprendizagem significativa, além de mediar esse processo com confiança e acreditar que seus estudantes são capazes de serem protagonistas do processo.

Os reflexos tecnológicos na educação trazem resultados positivos para o processo de ensino, quando bem utilizados. Por isso, cabe ao professor e a escola saber identificar o que é ou não adequado para os estudantes, bem como os recursos que utilizarão. Além disso, é importante lembrar que a tecnologia não substituirá o professor, pois ela não fará o trabalho integral, ou seja, o professor continua sendo um elemento fundamental do processo, pois é ele quem fará a mediação entre conhecimento, estudantes e tecnologias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado, entende-se que os reflexos das tecnologias na dimensão educacional, durante o período da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), deixarão aprendizados importantes para o retorno à normalidade no mundo pós pandemia. Os formatos de educação poderão apresentar mudanças significativas, já que os professores

tiveram experiência de ensino síncrono e assíncrono, abrindo portas para novas metodologias de ensino e estratégias de uso consciente e adequado das tecnologias no ambiente escolar. Além disso, os espaços educacionais podem valorizar ainda mais as experiências dos estudantes, trazendo o entorno social para dentro da escola e, assim, dando sentido ao que se aprende e gerando aprendizagem significativa, com o uso de novos recursos e ferramentas que possibilitem diferentes interações entre professor, estudante e sociedade tecnológica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **A quarentena na covid-19: orientações e estratégias de cuidado**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/a-quarentena-na-covid-19-orientacoes-e-estrategias-de-cuidado/>. Acesso em: 31 maio 2021.

DIFERENÇAS entre ferramentas síncronas e assíncronas no EAD. **EADBOX**, 2018. Disponível em: <https://eadbox.com/ferramentas-sincronas-e-assincronas/>. Acesso em: 31 maio 2021.

KALINKE, M. A. **Para não ser um professor do século passado**. Curitiba: Editora Gráfica Expoente, 1999.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. 8. ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2012. – (Coleção Papyrus Educação).

KENSKI, V. M. **Tecnologias e tempo docente**. Campinas, SP: Papyrus, 2013. – (Coleção Papyrus Educação).

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papyrus, 2013. – (Coleção Papyrus Educação).

PEREIRA, M. D. et al. A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Revista Research and Development**, [s.l], [2020?]. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjw3vKk38DxAhXCDrkGHUxIDLUQFjABegQIChAD&url=https%3A%2F%2Fpreprints.scielo.org%2Findex.php%2Fscielo%2Fpreprint%2Fdownload%2F493%2Fversion%2F503%2F625%2F640&usq=AOvVaw09kkeNyafCVjnDEervhxYr>. Acesso em: 31 maio 2021.

SOUZA, E. P. de. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. [s.l], v. 17, nº 30, p. 110-118, jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7127>. Acesso em: 28 maio 2021.

# A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Gabriela Andressa Birck<sup>1</sup>

Bruna Zanella<sup>2</sup>

Maiara Maria Perka<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A tecnologia consiste em um conjunto de atividades humanas, associadas a sistemas de símbolos, instrumentos e máquinas, visando à construção de obras e à fabricação de produtos por meio de conhecimento sistematizado (VARGAS, 1994, p. 8). A lógica no comportamento humano passou a ser também, a lógica da eficácia tecnológica (BAZZO, 1998, p. 2).

Para Barreto (2002), a globalização tem afetado o modo de estruturar a educação escolar e de desenvolver o trabalho docente. Implicada nesse processo, que ocorre em todo o mundo, está a revolução científico tecnológica, cujos reflexos também se notam nas salas de aula. Para muitos gestores e professores, os desafios que se apresentam à escola precisam ser encarados pelo recurso às tecnologias da comunicação e da informação. Acredita-se em sua capacidade de desencadear mudanças significativas no processo de ensino-aprendizagem, bem como de minimizar a lacuna entre as práticas escolares e as demais práticas sociais de docentes e discentes. É nesse contexto que emergiu um novo modo de produção do conhecimento (GIBBONS et al., 1994, p. 2).

Assim, para Soares (2003), é chamado de alfabetização o ensino e o aprendizado de outra tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica. Barros (2005) acredita que a tecnologia adicionou um novo tipo de alfabetização a ser considerada, diferente da tradicional, onde considera-se o quadro-negro e a relação professor/aluno como recurso. A fluência digital ou alfabetização funcional refere-se à maneira como as pessoas se sentem confortáveis utilizando tecnologia, como se estivessem utilizando qualquer outra linguagem natural. Alguns estudiosos afirmam que a fluência digital será vista como um pré-requisito para a sociabilidade, aprendizado ao longo da vida e oportunidades de emprego.

Essa pesquisa classifica-se como bibliográfica, pois segundo o autor Corrêa (2016, p. 23) “A pesquisa bibliográfica tem como principal característica a explicação/debate de fatos e fenômenos a partir de referencial teórico já publicado”.

Com base nas mudanças globais diante da tecnologia, busca-se saber, de modo geral, quais os desafios, enredos, contextos, metodologias, vantagens e desvantagens do uso deste recurso no processo de alfabetização escolar.

## Globalização tecnológica na educação

Segundo Dikson (1978), a tecnologia é considerada como uma linguagem que provoca ações sociais. Dela é extraído elementos individuais, instrumentos para realização pessoal. Na medida em que, os indivíduos se organizam em torno de tecnologias, o poder também se ordena e exerce o controle social. De acordo com Chaves, (1999, p. 1):

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – URI Campus de Erechim.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – URI Campus de Erechim.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – URI Campus de Erechim.

Há muitas formas de compreender a tecnologia. Para alguns ela é fruto do conhecimento científico especializado. É, porém, preferível compreendê-la da forma mais ampla possível, como qualquer artefato, método ou técnica criado pelo homem para tornar seu trabalho mais leve, sua locomoção e sua comunicação mais fáceis, ou simplesmente sua vida mais satisfatória, agradável e divertida. Neste sentido amplo, a tecnologia não é algo novo - na verdade, é quase tão velha quanto o próprio homem, visto como homem criador. Faz sentido lembrar aos educadores o fato de que a fala humana, a escrita, e, conseqüentemente, aulas, livros e revistas, para não mencionar currículos e programas, são tecnologia, e que, portanto, educadores vêm usando tecnologia na educação há muito tempo. É apenas a sua familiaridade com essas tecnologias que as torna transparentes a eles.

A educação no mundo de hoje tende a ser tecnológica e, conseqüentemente, exige entendimento e interpretação de tecnologias. Estas, por seu turno, em sendo complexas e práticas, estão a demandar do homem novos elementos constitutivos de formação, reflexão e compreensão do ambiente social em que ele se circunscreve (BASTOS, 2015, p. 1).

Segundo Dorigoni e Silva (2007), no que se refere à área educacional, a mídia esteve sempre presente na educação formal, porém diversas vezes sofreu certa resistência em relação a sua aplicação na escola, porém o impacto social causado pela chegada da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) nos últimos anos ocasionou intensas transformações em todas as esferas sociais.

Santos (2002), entendendo a globalização como um fenômeno multifacetado, com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de forma complexa, ratifica a importância de examinar que consequência tal provoca à educação. Em primeiro lugar, conforme Sennett (1999), as modificações na esfera do trabalho, em nível global, se refletem no redimensionamento do trabalho pedagógico.

O avanço tecnológico se colocou presentes em todos os setores da vida social, e na educação não poderia ser diferente, pois o impacto desse avanço se efetiva como processo social atingindo todas as instituições, invadindo a vida do homem no interior de sua casa, na rua onde mora, nas salas de aulas com os alunos etc. Desta forma, os aparelhos tecnológicos dirigem suas atividades e condicionam seu pensar, seu agir, seu sentir, seu raciocínio e sua relação com as pessoas (DA SILVA, 2013, p. 3).

Diante dessa realidade, delineiam os desafios da escola sobre esse tema na tentativa de responder como ela poderá contribuir para que crianças e jovens se tornem usuários criativos e críticos dessas ferramentas, evitando que se tornem meros consumidores compulsivos de representações novas de velhos clichês (BELLONI, 2005, p. 8).

## **O Processo de alfabetização**

Segundo Geraldi (1982), entende-se a alfabetização como o estudo e a apropriação de certa modalidade da linguagem: a escrita, como forma de representação da realidade. E a explicitação dessa forma, conforme a perspectiva de linguagem adotada é indicativa do modo como se compreende as relações dos homens em sociedade.

No entender de Freire (1987), a alfabetização não pode configurar-se como um jogo mecânico de juntar letras. Alfabetizar, muito mais do que ler palavras, deve propiciar a “leitura do mundo”. Leitura da palavra e “leitura do mundo” devem ser consideradas numa perspectiva dialética. Alfabetizar não é apenas repetir palavras, mas dizer a sua palavra.

Para Brotto (2009), recuperar o sentido do tema alfabetização, na leitura que nos é possível fazer hoje, é ensinar para além das evidências sonoras e gráficas e de usos em práticas sociais, portanto, nas características do letramento. Mas é também explicitar os mais diferentes elementos que concorrem para a significação de uma palavra, e apreender seu sentido, inclusive ideológico.

Nas palavras de Ferreiro (1985), sobre sua compreensão de alfabetização, “é necessário entender que a aprendizagem da linguagem escrita é muito mais que a aprendizagem de um código de transcrição: é a construção de um sistema de representação”.

### **Alfabetização tecnológica**

Alfabetização tecnológica significa a habilidade de não apenas localizar e coletar informação, mas também avaliar e aplicar essa qualidade de maneira responsável e significativa (BARROS, 2005, p. 3).

Freire (1968) entendia a tecnologia como uma das “grandes expressões da criatividade humana” e como “a expressão natural do processo criador em que os seres humanos se engajam no momento em que forjam o seu primeiro instrumento com que melhor transformam o mundo.” O educador acredita que a tecnologia não surge da superposição do novo sobre o velho, mas o novo nasce do velho.

Moran (2000) lembra que “as riquezas de recursos nem de longe deverão substituir a presença e a ação do professor com os alunos. Estas técnicas e ambientes tecnológicos deverão isto sim, colaborar para ações conjuntas de professor e aluno em busca da aprendizagem”.

Freire (1968) previu usos agregados dessas tecnologias para a educação, e especialmente, para a alfabetização. Para ele, a tecnologia tem um fim bem determinado, serve a um grupo de pessoas e aos mais diversos interesses: a tecnologia não é neutra, é intencional e não se produz nem se usa sem uma visão de mundo, de homem e de sociedade que a fundamente. O educador, reconhecendo as exigências do seu tempo e as potencialidades dos recursos tecnológicos, sempre foi favorável ao uso de certas tecnologias com rigor metodológico para o seu uso. Ele chegou a usar o projetor de slides, o rádio, a televisão, gravadores, videocassete e contemplou curiosamente o computador, entre outros recursos tecnológicos.

Na perspectiva de Layton (1988), formar um cidadão que possa compreender como a tecnologia tem influenciado o comportamento humano e desenvolver atitudes em prol de um desenvolvimento tecnológico sustentável, é essencial para que haja uma discussão dos valores envolvidos nas decisões.

Coscarelli (1999) sugere que um requisito básico para o professor se inserir na era digital é que a noção de uma aula de Língua Portuguesa deve mudar. A aula tradicional não existe mais de acordo com a autora, ao invés de estudar a língua, os alunos irão aprender através dela, pois o Português será usado como instrumento para compreender as outras disciplinas, tendo em vista que é por meio da leitura e interpretação de textos que se dá o processo de ensino-aprendizagem das outras áreas do conhecimento.

### **Consequências da tecnologia no processo de alfabetização**

As mudanças propostas para a Educação Básica no Brasil trazem enormes desafios à formação de professores. No mundo contemporâneo, o papel do professor está sendo questionado e redefinido de diversas maneiras. Para isso, concorrem as novas concepções sobre a educação, as revisões e atualizações nas teorias de desenvolvimento e aprendizagem,

o impacto da tecnologia da informação e das comunicações sobre os processos de ensino e de aprendizagem, suas metodologias, técnicas e materiais de apoio (BRASIL, 2000).

Na educação, o comportamento flexível é tanto demandado dos professores quando difundido, como habilidade a ser adquirida, aos estudantes, futuros trabalhadores. Estimula-se o professor, por diferentes meios, a adaptar-se a circunstâncias variáveis, a produzir em situações mutáveis, a substituir procedimentos costumeiros (às vezes repetitivos, às vezes bem-sucedidos) por “novas” e sempre “fecundas” formas de promover o trabalho docente. Deseja-se um professor disposto a correr riscos e a investir em sua atualização. Subjacente a todos esses princípios e comportamentos, que visam reinventar a escola, tendo por norte padrões globalmente definidos, está a preocupação com o sucesso, com a eficiência, com a eficácia, com a produtividade, com a competitividade, com a qualidade na educação (MOREIRA E KRAMER, 2007, p. 6)

Na leitura do Documento-Referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), nota-se a presença da discussão sobre os critérios de desenvolvimento de uma política de formação e valorização dos profissionais da educação. Faz parte da implantação de tal política, promover espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens midiáticas, que vicejam das mais variadas formas e que engendram alterações substanciais tanto em relação às características dos processos formativos dos profissionais da educação, quanto ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem.

Em 2010, a CONAE enfatizou a relevância de se assegurar o desenvolvimento de competências e habilidades para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na formação inicial e continuada dos/das profissionais da educação, na perspectiva de transformação da prática pedagógica e da ampliação do capital cultural dos/das professores/as e estudantes.

Para Vygotsky (1984), a relação com a mídia eletrônica é prazerosa — ninguém obriga que ela ocorra; é uma relação feita através da sedução (...). Mesmo durante o período escolar, a mídia mostra o mundo de outra forma — mais fácil, agradável, compacta — sem precisar fazer esforço. (...) A mídia continua educando como contraponto à educação convencional (...). Em sua análise, o professor Moran aponta que o computador exerce uma atração e uma sedução sobre os alunos, da mesma forma que as imagens do cinema e da televisão, principalmente quando se utiliza a Internet, pelas suas possibilidades de navegação, tornando a própria busca mais sedutora do que o trabalho de interpretação.

Um jogo computacional, mesmo simples, é capaz de ensinar várias habilidades, competências e conceitos, de maneira sofisticada, interativa e inovadora para que os estudantes não cansem rapidamente da mesmice dos jogos não computacionais (SAVI; ULBRICHT, 2008, p. 9).

Os jogos educacionais baseiam-se no interesse que as crianças têm em brincar e jogar e, aproveitando-se disso, criam ambientes de aprendizagem atraentes e gratificantes, constituindo-se em um recurso poderoso de estímulo para o desenvolvimento integral do aluno. Os jogos desenvolvem a atenção, disciplina, autocontrole, respeito a regras e habilidades perceptivas e motoras relativas a cada tipo de jogo oferecido. Podem ser jogados de forma individual ou coletiva, sempre com a presença do educador para estimular todo o processo, observar e avaliar o nível de desenvolvimento dos alunos, diagnosticando as dificuldades individuais, para produzir estímulos adequados a cada um (SILVEIRA e SOARES, 2003).

Para Moran (2000) “É preciso que o aluno seja motivado. Para aprender, para avançar, para a importância da sua participação, para o processo de aula pesquisa e para as tecnologias que iremos utilizar”.

Para Da Silva (2013, p. 3), “a aplicação dessa forma de ensino/aprendizagem abordando a mídia, é necessário evitar o deslumbramento, assumir a criticidade, abandonar práticas meramente instrumentais que favorecem o conformismo e não a reflexão”.

Conforme Kampff (2006), todas as tecnologias, mesmo as mais simples até as mais sofisticadas, se forem bem utilizadas contribuem para ampliar o potencial humano, físico ou intelectual, desde que sejam empregadas com fim educacional. Livros didáticos permitem garantir a todos o acesso a um conjunto mínimo de informações; - assinatura de jornais e revistas oferecem notícias atualizadas; - um vasto acervo na biblioteca, potencialmente, amplia e aprofunda a pesquisa; - {...}; - recursos audiovisuais aproximam os alunos de realidades distantes; - computadores oferecem uma infinidade de possibilidades de acesso à informação, à comunicação, à simulação.

Para Moran (2004), o professor precisa aprender a gerenciar diversos espaços e integrá-los de maneira equilibrada e inovadora. Um desses espaços é uma nova sala de aula equipada e com atividades diversificadas, com as visitas ao laboratório de informática para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, que complementam o trabalho em sala de aula.

Para Da Silva (2013), a internet é uma mídia que facilita a motivação dos alunos, pelas possibilidades de pesquisas que ela traz. Ressalta que essa motivação não depende só da tecnologia, mas do trabalho efetuado pelo professor em sala de aula, da sua relação com os alunos, na sua competência em conduzir o processo educativo e de incorporar as novas linguagens. O sistema educativo hoje está sendo pressionado pelos meios não formais de educação, que requisitam novas práticas e compreensões e uma necessidade de inovação das instituições escolares. Os veículos de comunicação, principalmente os ligados à informática e às redes de computadores, estão modificando a sociedade. É necessário, então, que a educação estabeleça um diálogo com estas informações e com os conhecimentos gerados por essas múltiplas fontes.

Percebe-se a importância das tecnologias no processo de alfabetização nos dias atuais, serve como uma ferramenta facilitadora e inovadora, a qual veio para ensinar tanto os professores quanto os estudantes, além de atribuir múltiplos sentidos ao ensino, através de novas descobertas, atividades, jogos e experiências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a educação tecnológica em nível de alfabetização escolar, vai muito além do fornecimento de conhecimentos limitados e de metodologias tradicionais. Ocorre uma preparação do estudante para que saiba lidar com ferramentas tecnológicas ou simplesmente, ensina-o de forma lúdica a construção da leitura e da escrita.

Em relação à prática educacional, é nítido que as novas tecnologias estão aliadas beneficentemente no processo de ensino-aprendizagem, diversificando a metodologia de ensino e tornando as atividades pedagógicas mais eficientes e produtivas.

Constata-se também, que o processo de alfabetização escolar, sendo considerado uma das partes mais importantes do ensino, tem amplo auxílio das tecnologias nas suas mais diversas áreas. Seja nos jogos, uso da informática, slides, lousas digitais ou até nos pequenos inventos como as mesas e cadeiras. A tecnologia está presente desde os primórdios, e possui um papel qualificador no que se diz respeito à alfabetização.

## REFERÊNCIAS

BARROS, M. A. D. **Ferramentas informacionais para educação e alfabetização: considerações acerca do uso dos blogs como tecnologia educacional.** São Paulo, 2005.

- BARRETO, R. G. Tecnologias nas salas de aula. **Subjetividades, tecnologias e escolas**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 43-56, 2002.
- BASTOS, J. A. O diálogo da educação com a tecnologia. **Revista educação & tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 1. Campinas, 2015.
- BAZZO, W. A. **Ciência, tecnologia e sociedade: o contexto da educação tecnológica**. Florianópolis: EDUFSC, 1998.
- BELLONI, M. L. **O que é Mídia-Educação**. Campinas, SP. Ed. 2, 2005.
- BRASIL, MEC. **Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica em cursos de nível superior**. Brasília, 2000.
- BROTTO, I. J. D. O; CASTRO, G. D. **Alfabetização**. Curitiba, 2009.
- CASTRO, G.; BROTTTO, I. J. O. Alfabetização ou letramento: para além da análise dos elementos linguísticos textuais. **Revista de Estudos Literários**, n. 33, 2006.
- CHAVES, E. **Tecnologia na educação**, p. 1. Rio de Janeiro, 1999.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias. **Documento Final**. Brasília, DF: MEC, 2010.
- CORRÊA, F. Z. M. **Manual de metodologia científica e normas ABNT**. São Paulo, 2016.
- COSCARELLI, Carla Viana. A nova aula de português: o computador na sala de aula. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, 1999.
- DA SILVA, S. D. M. **Mídia e educação: O uso das novas tecnologias em sala de aula**, 2013.
- DICKSON, D.. **Mitos e responsabilidades**. In: Tecnologia alternativa. Madrid: H. Blume, p. 155-183, 1978.
- DORIGONI, G. M. L., **Mídia e Educação: o uso das novas tecnologias no espaço escolar**. Cascavel, 2007.
- FERREIRO, E. A representação da linguagem e o processo de alfabetização. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, p. 07-17, fev./85.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 149, 1968.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 93, 1969.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 17, v. 3, 1987.

GERALDI, J. W. Possíveis alternativas para o ensino da língua portuguesa. **Leitura: teoria e prática**, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 52-55, 1982.

GIBBONS, M. **The new production of knowledge**: the dynamics of science and research in contemporary societies. London: SAGE Publications, 1994.

KAMPFF, A. J. C., **Tecnologia da informática e comunicação na educação**. Curitiba: IESDE, 2006.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional**: as políticas do estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

LAYTON, D. Revaluing the T in STS. **International Journal of Science Education**, v. 10, n. 4, p.367-378, Rio de Janeiro, 1988.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo, Papirus Editora, 2000.

MORAN, J. M. Os novos espaços de atuação do educador com as tecnologias. São Paulo, Papirus Editora, 2004.

MOREIRA, A. F. B.; KRAMER, S. Contemporaneidade, educação e tecnologia. Educação e Sociedade. **Revista de Ciencia da Educação**. Unicamp. São Paulo. 2007.

SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

SAVI, R.; ULBRICHT, V. R. Jogos digitais educacionais: benefícios e desafios. **RENOTE**, v. 6, n. 1, Porto Alegre, 2008.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVEIRA, J. ;SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

VARGAS, M. **Para uma filosofia da tecnologia**. São Paulo: Alfa Omega, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo, 1984.

# EDUCAÇÃO, SUBJETIVIDADE E COTIDIANIDADE: O EDUCAR PARA O CIDADÃO CUIDAR DO MUNDO, DESPERTAR CONSCIÊNCIA PARA A VIDA E VALORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL HUMANO

Fabiane Turella Pedrozo Tomassini<sup>1</sup>  
Rafael Pedott<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo versa realizar uma análise reflexiva partir de textos que discutem conceitos do neoliberalismo e o sistema capitalista visando entender como esse sistema pode influenciar em nossas subjetividades. Para elucidar o estudo, o texto traz ponderações sobre educação, subjetividade e cotidianidade.

Visando ao aprofundamento da investigação, o trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado “Processos De Subjetivação Sob A Perspectiva De Michel Foucault” aborda os processos de subjetivação, o indivíduo e sua interação com os sujeitos do discurso, embasado no conceito de subjetividade de Foucault (2009). O segundo capítulo “Democracia, Transformações Sociais E Dimensão Política” aborda concepções sobre democracia, neoliberalismo, transformações no modelo de sociedade e políticas na nossa sociedade, com base nos textos de Deleuze (1992), Perry Anderson (1995), Trevisol e Almeida (2019). O terceiro capítulo intitulado “Modernidade Líquida e o Mundo Globalizado” versa sobre a modernidade líquida embasado nas ideias de Bauman (2003).

Nas considerações finais, são apresentados alguns apontamentos acerca do tema educação, subjetividade e cotidianidade. No entanto, não tem a pretensão de esgotar o debate sobre a temática, que é ampla e necessária para compreender os desafios da educação.

## Processos de subjetivação sob a perspectiva de Michel Foucault

O filósofo francês Michel Foucault nascido em 1926 que ficou conhecido por suas posições contrárias ao sistema prisional tradicional, exercendo grande influência sobre os intelectuais contemporâneos. Suas teorias fazem relação entre o poder e conhecimento, e como elas são usadas com o objetivo de controle social através das instituições apresentando seu pensamento de forma crítica da modernidade. Vítima do vírus de HIV, morreu aos 57 anos no dia 26 de junho 1984 em Paris, na França. Foucault é um pensador contemporâneo, considerados por alguns como um “Pós-Estruturalista” com pensamentos bastante complexos, mas que ultimamente tem sido bastante investigado (PORFÍRIO, 2020).

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pelo Programa Profissional em Educação PPGPE – (UFFS). Especialista em Ciências Ambientais (URI); Licenciada em Ciências Biológicas (URI); Licenciada em Pedagogia (FAEL); Professora da Rede Pública do Município de Ipiranga do Sul e Rede Particular UNIIDEAU. E-mail: fabiane@ipirangadosul.rs.gov.br

<sup>2</sup> Mestrando em Educação pelo Programa Profissional em Educação PPGPE - (UFFS). Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais (FURB); Especialista em História da Ciência (UFFS); Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAVENI); Licenciado em Pedagogia (UNOESC). Professor da Rede Pública no município de Tupanci do Sul e Coordenador Pedagógico na Rede Estadual. E-mail: rafapedott@hotmail.com

As principais obras de Foucault foram: *Doença Mental e Psicologia* (1954), *História da Loucura na Era Clássica* (1961), *O Nascimento da Clínica* (1963), *As Palavras e as Coisas* (1966), *Vigiar e Punir* (1975), *História da Sexualidade* (1984).

Nesse contexto, iremos abordar a obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (2009) onde o autor investiga quais as origens de certas práticas, de certos discursos e de certos saberes onde ele vincula essas origens com a relação de poderes.

De acordo com Foucault (2009) as relações de poderes geram certos tipos de saberes, e os saberes por sua vez, produzem alguns efeitos de poder. Também ele defende a ideia de que não existe uma verdade acima da gente no sentido de que nós teríamos que alcançar essa verdade, a verdade para ele, é uma produção nossa, ou seja, ela varia durante a história, isso quer dizer, que o sujeito de conhecimento (aquele que vai buscar o conhecimento) também possui uma história. E além dos sujeitos do conhecimento ter uma história, a própria verdade também tem uma história.

Para Foucault (2009) as práticas, os discursos e os saberes num subjetivo nos constrói como sujeitos. No capítulo “Os Corpos Dóceis” investiga a cerca de como nós nos subjetivamos na modernidade, ou seja, quais são as práticas, quais são os discursos, quais são os saberes, quais são as relações de poderes que nos formam?

Nesse contexto o autor deixa transparecer que está mais preocupado com a ideia de produção do que com a ideia de repressão, ele está tratando de um poder produtivo, o interesse é saber o que nós produzimos no corpo e não que nós reprimimos nesse corpo. A abordagem é de um poder positivo, mas não positivo no sentido de bom, mas, no sentido de se pensar o que se produz nesse corpo e não o que se mutila desse corpo.

Entre os séculos XVII e XIX muita coisa mudou, grandes transformações da sociedade, que começa a dar lugar a outro tipo de sujeito, o que antes era os poderes dos reis, acabou dando lugar a uma república “moderna”, porém, a vida dos cidadãos ainda ficou sob o controle do governo, apenas mudou de forma, o que o filósofo chamou de “nascimento da prisão” (FOUCAUT, 2009).

As relações de poder na modernidade não envolvem necessariamente uma violência. Efeitos de poder muitas vezes são mais efetivos se conseguir extrair do corpo o máximo de utilidade e docilidade, assim, é possível alcançar mais eficiência de poder ao fabricar corpos dóceis e úteis. Isso quer dizer, que se antes o poder funcionava principalmente por meio jurídico, por meio de leis e de regras que todos tinham que obedecer, agora funciona também, por meio da normalização, isto é, temos que saber se adequar as certas normas (FOUCAUT, 2009).

Das práticas disciplinares surge as Ciências Humanas (Psiquiatria, Psicologia, Psicopedagogia, etc.) no século XIX que são tipos de relação de poder que trazem a ideia de normalização.

Seguindo nessa mesma perspectiva, o autor aborda o processo de disciplinarização dos corpos que ocorrem na modernidade, trazendo mecanismos de disciplinarização, ou seja, de como os corpos são adestrados na modernidade. Os mecanismos apresentados são: arte da distribuição, controle das atividades, organização das gêneses, composição das forças.

Na medida em que nos permite pensar percebemos que o mundo começa a se justificar pela ciência, inicia-se um novo momento histórico, a modernidade. Na escola não é diferente. Todo processo educacional é uma forma de violência, opressores e oprimidos, pois não existe a plena liberdade dos sujeitos.

A escola das massas, nasce nos séculos XVII e XVIII e pretende construir um poder disciplinar por excelência e assim os corpos dóceis e úteis. Segundo Foucault,

[...] A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 2009, p. 2-3).

Assim, com o fortalecimento da disciplina por excelência, a escola e seu caráter domesticador, trabalham para que o sujeito dentro desse ciclo tenha uma aptidão maior e também uma dominação mais forte. Sob esse foco, as disciplinas ocupam um lugar central entre os séculos XVII e XVIII o que as tornam um instrumento e uma forte forma de dominação. Aqui então se cria uma política de coerção sobre o corpo, uma manipulação sobre os gestos, dos movimentos e comportamentos.

Em síntese, os “corpos dóceis” são todos os agentes sociais que participam da ordem estabelecida, sem se rebelar contra o que nela é injusto, apenas aceitando, como se fossem leis da natureza, as estruturas sociais historicamente estabelecidas.

Já no século XIX, a ideia de horário como qualidade do tempo é empregada, onde controle, sobre as atividades tais como comer, dormir, contar histórias é fundamental. A ideia de “um tempo de boa qualidade” fica clara. A partir disso, os colégios, oficinas, hospitais, conventos, indústria se adequaram a um determinado tempo controlado por fiscais.

Em suma, Foucault tenta nos mostrar um tipo de poder que privilegia o exame, a vigilância e a norma. Assim sendo, o corpo é dócil quando ele pode ser submetido, dominado, melhorado, adaptado, essa é a utopia de todo governante, manter cada indivíduo perfeitamente governável. Esse indivíduo dócil constitui-se peça fundamental para o funcionamento da sociedade moderna.

### **Democracia, transformações sociais e dimensão política**

Primeiramente, é importante ressaltar que a sociedade dos corpos dóceis passa por uma transição de modelo e organização. Nasce a ideia de democracia e de um novo modelo de sociedade. Nasce logo depois da segunda guerra o neoliberalismo, que tem um viés de ataque e desmonte do Estado de bem-estar, onde impera novas reformas e o enfraquecimento de organizações e sindicatos. Políticas de aumento de juros para os trabalhadores, desemprego massivos, privatizações, são alguns exemplos de neoliberalismo.

Nessa direção, grandes transformações políticas de nossa sociedade fazem parte das ideias capitalistas, dentro de um pensamento neoliberal imoral, de superioridade, de lucro sem se importar com o outro. Nesse viés, as pessoas são vistas como pequenas empresas onde cada um é responsável por seu sucesso.

Exemplo disso em educação é a ênfase na discussão de métodos, formas de ensinar, modelos de escola ideal, deixando de lado o coletivo passando a novas técnicas de individualismo. As dimensões políticas e históricas devem ser analisadas e pensadas com finalidade democrática.

A sociedade disciplinar dá lugar a sociedade de controle. Uma mudança na perspectiva da escola é clara: a escola não deveria formar indivíduos dóceis e sim um cidadão autônomo e crítico participativo na cidadania. As sociedades de controle vêm substituir a sociedade disciplinar. Segundo Deleuze (1992),

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal (DELEUZE, 1992, p. 2).

As instituições que antes eram disciplinares entram em colapso, a disciplina e os professores acham que o problema está no indivíduo, quando o conceito de disciplina é que perde sua identidade.

Instituições como escola, hospitais, entram no regime de controle, onde relações de modelo como fábricas (modelo disciplina) começa a se reorganizar dando lugar as empresas (modelo controle) onde são necessárias mentes criadoras, engenhosas e flexíveis (DELEUZE, 1992).

Ao contrário de uma sociedade disciplinar vivemos um mundo dominado pelo consumo, o que importa é o aqui e agora, a satisfação dos desejos. Ou seja, ocorreu uma transformação do modelo, a sociedade disciplinar substituída pela cultura do confinamento. Exemplo disso, é a empresa, ela não aprisiona mais, ela terceiriza, não existe mais vínculo, rotina, mas sim, trabalhos para suprir as necessidades no momento.

Assim, o modelo escolar é atingido por essa nova perspectiva moderna, onde a ideia de formação crítica, teoria do cognitivismo, são pontos centrais. O cada vez mais potencializa o processo capitalista e de exploração da força de trabalho.

Desse modo, a ideia do controle físico não é mais fundamental e entra um novo modelo de controle, o de sua criatividade e de explorá-la, pois a reprodução mecânica é condenar o indivíduo a não se inserir no sistema capitalista, que exige criatividade, reprodução e inovação.

Nessa perspectiva de sociedade, as novas tecnologias são exemplos de sistemas de controle, as pessoas não querem mais revolução e sim TV 4K, celulares de última geração, tecnologias digitais, entre tantas opções de uma sociedade de consumo e capitalista. As mudanças ocorrem em nível coletivo e o fracasso é individual no regime capitalista. A formação nunca acaba, onde a inovação é o centro, acomodação e rotina não existem mais, o caráter que era tão admirado deixa de existir, a tolerância é zero pois são as atitudes ao longo do tempo que vão dizer se você é leal, tem caráter ao longo de sua vida que vai formando, são as pessoas que reconhecem não você. Na perspectiva de Deleuze (2009), o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que “a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro - que servia de medida padrão, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda” (DELEUZE, 2009, p. 3).

Entende-se pela citação acima que se acorda num mundo hoje, amanhã já mudou, não somos mais iguais, somos flexíveis e maleáveis. Quem faz planos para o futuro não consegue viver nesse mundo. O mundo não trabalha com utopias, precisa da receita agora imediata.

Nessa sociedade capitalista, pensar uma escola ligada a movimentos, sindicatos é um ato de revolução e coragem. A ideia de professor docilizado está presente fortemente o que o faz perder à cátedra que até então possuía. E ainda, a ideia de gestão, de contingência, gera a ideia de criatividade para suprir as necessidades na hora.

Segundo Anderson (1995) após a Segunda Guerra Mundial surge o Neoliberalismo que de certa forma, torna-se o outro nome da sociedade de controle. O neoliberalismo será contrário à intervenção do Estado na economia, fazendo uma defesa de um capitalismo livre de regras, contrário ao igualitarismo que destruía a liberdade de concorrência.

Apesar das medidas neoliberais o peso do Estado de Bem-Estar não diminuiu muito devido ao aumento dos gastos sociais com o desemprego e o aumento com os gastos previdenciários. No período dos anos 90 o capitalismo entrou novamente em recessão e a doutrina do neoliberalismo é adotada por outras partes do mundo, especialmente em países da Europa Ocidental e América Latina.

O Neoliberalismo é um movimento ideológico em escala mundial. Nos países avançados segundo Anderson (1995) economicamente, fracassou, pois não conseguindo nenhuma revitalização do capitalismo. Socialmente, o neoliberalismo criou sociedades marcadamente mais desiguais. Política e ideologicamente, o neoliberalismo alcançou êxito não imaginado por seus fundadores.

Na América Latina vimos a perda de hegemonia das ideias neoliberais durante os primeiros anos do século atual, no entanto, tudo indica que estamos diante novamente de um ataque do neoliberalismo às poucas conquistas recentes. No Brasil, uma série de gastos nas Políticas Públicas, uma previdência social que tira direitos da classe trabalhadora voltando com força total, que é um discurso neoliberal.

Outro aspecto importante é entender que o neoliberalismo se trata de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo sobre o princípio universal de concorrência e competitividade que vão se tornar uma “crise de paradigma” ultrapassando valores no mundo contemporâneo (ALMEIDA; TREVISOL, 2019). A escola é uma instituição profundamente contaminada por esses princípios.

Sendo assim, do ponto de vista crítico, a democracia é entendida apenas como uma questão eleitoral e não na coletividade, gerando uma formação nitidamente alienada, levando ao questionamento: Para onde devemos caminhar?

### **Modernidade líquida e o mundo globalizado**

A análise que Bauman (2003) elabora de modernidade é a mesma que ocorreu no holocausto, pois é resultado de uma mesma lógica que possibilitou que o holocausto acontecesse. O termo que o filósofo usa para definir o mundo globalizado é chamado de “Modernidade Líquida”.

O autor cita o holocausto como um acontecimento histórico vai culminar numa modernidade onde o racismo, a hegemonia, o sectarismo, a eugenia está presente, pois a estrutura de nazismo é a mesma do império romano que é coroada com o fenômeno da modernidade, o nazismo. A ideia de modernidade e progresso que tem essa perspectiva de engrenagem se assemelha ao nazismo.

Em seu texto Bauman faz reflexões sobre modernidade sólida e líquida. Segundo Saraiva e Neto (2009), desde as últimas décadas do século XX, estamos assistindo a diversas, rápidas, amplas e profundas transformações sociais, econômicas, culturais em âmbito mundial.

Na conhecida formulação desenvolvida por Bauman (2001), estamos passando da Modernidade sólida para a Modernidade líquida. A Modernidade sólida, segundo ele, derreteria os sólidos para colocar outros melhores em seus lugares. Essas substituições cessariam no momento em que o sólido aí colocado não tivesse defeitos, atingindo uma suposta perfeição. A Modernidade líquida derreteu tudo o que era — ou parecia ser... — sólido, mas não coloca alguma outra coisa sólida em seu lugar (SARAIVA, NETO-VEIGA, 2009, p.2).

A citação acima contém elementos que compõem a compreensão de que as transformações que ocorreram e ocorrem em nossa sociedade potencializam um momento de

transição entre disciplina e controle, o advento do neoliberalismo que coroa essas transformações.

Dentro dessa discussão, merece destaque segundo Saraiva, Neto-Veiga (2009) essas grandes transformações são conjuntos de processos que parecem não ter previsão de término, pois na perspectiva de Bauman estamos passando da Modernidade Sólida para a Modernidade Líquida. Sendo que a Modernidade Sólida (mundo disciplinar) derretia os sólidos para colocar outros melhores em seu lugar, enquanto, a Modernidade Líquida (mundo de controle) derreteu tudo o que era ou parecia ser.

Conforme Saraiva, Neto-Veiga (2009) na modernidade líquida, o estado passa de agente passivo para o agente ativo, que questiona e reflete sobre as ações e porquês das coisas e a ação do indivíduo sobre a sociedade e vice-versa. A sociedade sólida, era impregnada de um certo totalitarismo na medida que é rígida, não tem resiliência e não se adapta as novas formas.

O neoliberalismo estimula a competição através de metas e objetivos a atingir, os indivíduos são competitivos, o foco é no consumo é antagônico a ideia de cidadania, pois a cidadania é tomar parte da cidade onde os cidadãos podem compartilhar ideias e isso não estimula a competição (SARAIVA; NETO-VEIGA, 2009).

As práticas são competitivas, nosso mundo é competitivo, o que nos torna como professores, uma tarefa difícil em tentar produzir uma educação para formar cidadãos críticos e reflexivos e não promover uma escola excludente.

Bauman levanta uma questão sobre o conceito de liberdade, a ideia de venda da liberdade, como, por exemplo, onde se é estimulado a venda de fármacos e as pessoas são cada vez mais dependentes de medicamentos. A liberdade é produzida e consumida pelo neoliberal, ou seja, tudo estimula a competição. Com esse novo modelo de sociedade o neoliberalismo vende a ideia de currículo a busca incessante por formação, pois cada minuto a sociedade muda.

Assim, a ideia de consumir é necessária para estimular a sociedade regida pelo lucro imediato, o consumidor precisa cada vez mais sentir-se insatisfeito, pois é preciso que as novidades sejam consumidas e a sensação do novo desperta uma necessidade. O novo significa a ruptura do passado, marcado com as mudanças e inovações. O novo é sempre a introdução do presente. A criatividade importa mais que a experiência nessa modernidade.

Pensando em um mundo disciplinar moderno no campo da educação, a escola era instituição privilegiada no fornecimento de conhecimento, nas subjetividades do indivíduo. Hoje a escola tem competidores muito grandes, que a deixam em segundo plano, tais como: TV, computador, vídeo game entre outros. A escola era soberana e não tinha concorrência, hoje tem e muita, o que acarreta muitas vezes sua decadência.

Portanto, a modernidade líquida é imediata e veloz, sendo mais dinâmica que a modernidade sólida. A passagem da sociedade de produção para a sociedade de consumo acarretou profundas mudanças em todos os aspectos da vida humana. Bauman nos provoca a refletir sobre as relações humanas ao acreditar que os laços de uma sociedade não se dão mais em comunidades, mas em rede. Esse tipo de relacionamento passa a ser chamados de conexões, ou seja, os indivíduos poderão a se conectarem e desconectarem conforme vontade, o que faz com que se tenha dificuldade de manter laços a longo prazo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitar as obras estudadas no decorrer do componente curricular “Educação, subjetividade e cotidianidade” percebemos que a sociedade tem passado por profundas mudanças que alteraram significativamente o modo produtivo e desorganizaram o mundo do

trabalho. A sociedade transitou da industrial à pós-industrial, da sociedade do biopoder para o da biopolítica.

Nessas transformações fica evidente que o capital investe cada vez mais no indivíduo e não no coletivo, investe na crescente individualização do trabalho, e as capacidades cognitivas de cada um são cada vez mais exploradas.

O campo educacional também sofre com essas alterações, e tem assumido historicamente contribuições para uma sociedade excludente, reflexos de liberdade e individualismo nas estruturas socioeconômicas e político-culturais.

Discorrendo a cerca do tema, as transformações recentes do modelo neoliberal e da racionalidade governamental possibilitar perceber que o sistema educacional focaliza trabalhadores com capacidade de resposta, com rápida capacidade de aprendizagem, que saibam trabalhar em equipe, que sejam competitivos, criativos e, pela abundância de mão de obra, os indivíduos ficam sem condições de reivindicar melhores remunerações e condições de trabalho.

Dentro desse contexto, acreditamos que a educação deveria ser compreendida como algo espontâneo e inato ao ser humano, ter um olhar para o sujeito, porém, o que se desenha é uma educação que forma cidadãos como trabalhadores, adaptados aos valores e às formas de organização social do novo modelo cultural.

Enfim, cabe a nós educadores cuidar da educação com atitudes responsáveis e capaz de ensinar mais do que conhecimentos, temos que educar para o cidadão cuidar do mundo, despertar consciência para a vida e valorização do desenvolvimento social humano.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. de L. P. de; TREVISOL, M. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. *In: Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 12, n. 3, set./dez. 2019.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

DELEUZE, G. Post-Scriptum: sobre a sociedade de controle. *In: Conversações*, 1972 – 1990. Rio de Janeiro, ed. 34, 1992.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SARAIVA, K.; VEIGA-NETO, A. “Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea”. *In: Educação e Realidade*, n. 34, Maio/Ago., 2009, pp. 187-201.

PORFÍRIO, F. "Michel Foucault". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/michel-foucault.htm>. Acesso em: 24 jul. 2020.

# O SER PROFESSOR NO SÉCULO XXI

Camila M. M. Fernandes<sup>1</sup>

Maria Júlia Baranceli<sup>2</sup>

Suelen Zortéa<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Ser professor no século XXI é totalmente diferente de como era antigamente. Hoje, as tecnologias permeiam a sociedade e assim como em qualquer outro ambiente, a escola e os professores precisam estar ligados nas mudanças que vem acontecendo.

Moran, Masetto e Behrens (2007) apontam que o maior desafio da educação no Século XXI consiste em caminhar para uma educação de qualidade que integre todas as dimensões do ser humano.

Nesse sentido, Almeida (2011) aponta que o uso das ferramentas tecnológicas na sala de aula contribui para a busca da qualidade da educação. Ao tornar o processo de aprendizagem dinâmico, abrem novas perspectivas de ensino, tornam a prática pedagógica reflexiva e exigem mais capacitação dos professores contribuindo para a formação desses profissionais.

Para desenvolver uma prática pedagógica, o professor precisa ter uma visão tecnológica, estar por dentro das novas tecnologias e criar novas metodologias de ensino que atendam a essas especificidades. O professor está rodeado de tecnologias que não utilizadas por meio de um método pedagógico bem planejado, dentro das diretrizes, não trará os resultados esperados e se tornará algo vago para os estudantes.

Elaborar projetos pedagógicos que tenham como objetivo trabalhar com as tecnologias de informação, gera muito desconforto por parte de alguns professores, que precisam sair da sua zona de conforto e pensar em novas metodologias.

É necessário que o professor trabalhe com meios tecnológicos e explore as possibilidades que elas proporcionam, para que os estudantes que a internet também pode se tornar educativa e não servir apenas como um modo de lazer.

As diretrizes do ministério da Educação, por meio dos documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as resoluções que norteiam os diferentes cursos de graduação recomendam o uso dessas tecnologias: "É indiscutível a necessidade crescente do uso de computadores pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar, para que possam estar atualizados em relação às novas tecnologias da informação e se instrumentalizarem para as demandas sociais presentes e futuras." (BRASIL, 1998, p. 96).

Segundo Kensky (2001), a utilização das tecnologias de informação leva a uma mudança considerável no processo de ensino quando consegue integrar dentro de uma visão inovadora todas as tecnologias: as telemáticas, as audiovisuais, as textuais, as orais, musicais, lúdicas e corporais a serviço de uma aprendizagem pertinente e significativa.

Assim, espera-se que o trabalho possa contribuir para a melhoria da prática docente do ensino uma vez que aos educadores, é de extrema relevância esse assunto em questão, para a realização dos planejamentos pedagógicos.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – URI Erechim.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – URI Erechim

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – URI Erechim

## O uso das tecnologias em sala de aula

O ser professor é uma profissão muito importante para a educação, no entanto, conforme afirma Mendes (2015, p. 39786) “ser profissional do ensino, na sociedade contemporânea, não é tarefa fácil visto que existem muitos fatores que influenciam no exercício profissional docente, desde sua formação até constituição profissional”.

E ainda, o autor Mendes, (MENDES e BACCON 2015, p. 39786 – 39787), explica que ser professor vai além de apenas passar conteúdo, mas sim formar seu aluno para ser inserido na sociedade em que vive:

Ser docente é formar o aluno no intuito de prepará-lo para viver na sociedade das mudanças e incertezas, e para ser capaz de enfrentar desafios. Além disso, ao professor é almejado que ele contribua para uma melhora qualitativa da sociedade, o que só se faz quando há o “compromisso político-social na docência” para a formação cidadã dos sujeitos.

Para isso, é preciso que o professor busque estudar cada vez mais, para que assim, possa aprender para ensinar seus alunos, pois, tantos os alunos como o conhecimento transformam-se rapidamente. Para Marcelo, (MARCELO, 2009 apud MENDES e BACCON 2015, p. 39787):

Nos dias de hoje, ser professor se configura em compreender que tanto os alunos como o conhecimento transformam-se muito rapidamente, mais do que o que estávamos habituados, e para continuar respondendo adequadamente ao direito discente de aprender é preciso que os professores se esforcem também para continuar aprendendo. Dito de outro modo, não é só a tarefa de ensinar aos alunos, de fazê-los aprender, mas também é necessário o esforço do professor para continuar aprendendo para poder ensinar.

Além disso, o autor Marcelo, (MARCELO, 2009 apud MENDES e BACCON 2015, p. 39787), aponta que os professores buscam ter uma relação afetiva com seus alunos para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem e aprimoramento da relação professor x aluno:

A docência se define como atividade extremamente relacional, a autora verificou que o forte envolvimento afetivo dos professores com seus alunos e a sua preocupação com a aprendizagem dos mesmos é fator de desgaste, mas também é fator de realização, prazer e gratificação; além de serem sentimentos que colaboram para a permanência dos professores na profissão constituindo em partes o seu significado existencial.

No entanto, no contexto atual alguns desafios norteiam o ser professor, Ramos e Afonso (2013, p. 13645) afirmam que “o professor por tantas vezes necessita trabalhar como articulador em situações advindas das limitações e complexidades que surgem em seu dia-a-dia”.

E ainda, observa-se que o professor assume diversas funções em sua carreira, muitas vezes saindo de sua formação profissional e assumindo papéis de pai ou mãe. Para Tardif, (TARDIF, 2011, p. 47 apud RAMOS e AFONSO, 2013, p. 13645):

A função dos professores não consistiria mais em formar indivíduos, mas em equipá-los tendo em vista a concorrência implacável que rege o mercado de trabalho. Ao invés de formadores, eles seriam muito mais informadores ou transmissores de informações potencialmente utilizáveis pelos clientes escolares.

A atuação dos professores atualmente, exige habilidades e capacidades de interagir com os seus alunos e ao meio social em que atua, para que a aprendizagem seja efetuada adequadamente. Os autores Ramos e Afonso, (RAMOS e AFONSO, 2013, p. 13645), explicam que:

Em suma, pode-se dizer que o campo de atuação de suas práticas estabelece hierarquia, normas e obrigações, além das condicionantes constituídas pela própria prática no cotidiano da função docente. As situações transitórias e variáveis exigem do professor a habilidade e a capacidade de interagir no meio social em que atua – a escola – com os alunos e outras pessoas, são essas algumas condicionantes de sua profissão.

Em função disso, é visto que os professores assumem um papel muito importante na formação de seus alunos, como mediadores do conhecimento e como um exemplo a se seguir. Segundo o autor Pimenta, (PIMENTA, 2005, p.7 apud RAMOS e AFONSO, 2013, p. 13644):

Os professores são profissionais essenciais na construção dessa escola, “os professores contribuem com seus saberes, seus valores e suas competências nessa complexa tarefa” Sua contribuição é essencial para mobilizar a educação escolar de acordo com as exigências das demandas sociais adequadas ao contexto em que vivemos.

Portanto, o professor deveria ter o reconhecimento que merece pelas suas funções executadas, no entanto, é uma profissão extremamente desvalorizada pela sociedade atual, que parece não compreender sua importância na formação de seus jovens e crianças.

Tecnologia é uma ferramenta, produto da ciência que visa à produção de conhecimento a partir de novas metodologias e técnicas. É uma eficácia do conhecimento científico sobre diferentes áreas de pesquisa. Para Kenski, (KENSKI 2012, p. 24, apud ARAUJO, 2017, p.922), tecnologia é:

Um conjunto de: [...] conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade, chamamos de “tecnologia”. Para construir qualquer equipamento - uma caneta esferográfica ou um computador -, os homens precisam pesquisar, planejar e criar o produto, o serviço, o processo. Ao conjunto de tudo isso, chamamos de tecnologias.

Um grande desafio encontrado nas escolas hoje é as instituições de ensino estar acompanhando as novas tecnologias para tentar inserir no ambiente escolar, pois muitas dessas ferramentas podem acrescentar na hora do aprendizado e facilitar o estudo e a busca por conhecimento.

No entanto, há falta de conscientização por parte dos professores, sobre a importância de levar regularmente seus alunos a sala de informática, pois seu uso, só acrescentará no processo de ensino aprendizagem. Conforme Souza e Pataro, (SOUZA; PATARO, 2009, p.18 apud ARAUJO, 2017, p.13):

Os recursos tecnológicos em sala de aula podem oferecer uma grande contribuição para a aprendizagem, além de valorizar o professor que, ao contrário do que possa vir a pensar, poderá ensinar com maior segurança e estará mais próximo da realidade extraclasse do aluno.

Nota-se ainda, que existem escolas que contam com laboratórios com computadores e acesso à internet, porém, os professores preferem usar o método tradicional de ensinar, ou outros deixam de levar seus alunos por eles mesmos não saberem manusear um computador, um problema muito grave, pois, o professor precisa ter um conhecimento de tal ferramenta para encontrar a melhor forma de ensinar seus alunos.

Por isso, nota-se a importância de uma formação para os professores poderem ensinar seus alunos e contribuir para a sua aprendizagem. Segundo Tajra, (TAJRA, 2011 apud ALVES, 2016, p.4):

A capacitação do professor para ser completa precisa envolver além de conhecimentos básicos de informática, novas formas de gerenciamento da sala de aula com os novos recursos tecnológicos em relação aos recursos físicos e ao aluno que agora passa a ter uma atitude ativa no processo. Além disso, a comunicação entre os professores é fundamental para que experiências sejam compartilhadas e para que as mudanças ocorram naturalmente.

Os professores precisam buscar processos formativos que facilitem a utilização adequada dos recursos tecnológicos, pois sem um preparo adequado o resultado não será o esperado. Segundo Araújo, (ARAÚJO, 2005, p. 2324 apud SEGANTINI, 2014, p.11):

O valor da tecnologia na educação é derivado inteiramente da sua aplicação. Saber direcionar o uso da Internet na sala de aula deve ser uma atividade de responsabilidade, pois exige que o professor preze, dentro da perspectiva progressista, a construção do conhecimento, de modo a contemplar o desenvolvimento de habilidades cognitivas que instigam o aluno a refletir e compreender, conforme acessam, armazenam, manipulam e analisam as informações que sondam na Internet.

Por conseguinte, a educação mediada pela tecnologia pode abrir novas oportunidades para os professores e estudantes. Quando usada corretamente, a tecnologia pode facilitar a busca por conhecimento e gerar novas maneiras de aprender. Segundo Kenski, (KENSKI, 2010, p.67 apud ALVES, 2016, p.3-4):

Quando bem utilizadas as tecnologias promovem uma nova relação entre a abordagem do professor e a compreensão do aluno sobre o conteúdo veiculado. “O desafio é o de inventar e descobrir usos criativos da tecnologia educacional que inspirem professores e alunos a gostar de aprender, para sempre”.

Ou seja, o professor precisa descobrir ferramentas tecnológicas que possam vir a acrescentar na vida dos estudantes e gerar um estímulo para a busca de conhecimento a partir de um modelo inovador de ensino, não somente usar o método tradicional de ensino com o qual os estudantes estão acostumados.

De acordo com Cavalcante (2012), trabalhar com as tecnologias (novas ou não) de forma interativa nas salas de aula requer: a responsabilidades de aperfeiçoar as compreensões de alunos sobre o mundo natural e cultural em que vivem. É indispensável o desenvolvimento contínuo de alunos e professores, trabalhando adequadamente com as novas tecnologias, constata-se que a aprendizagem pode se dar com desenvolvimento emocional, racional, da imaginação, do intuitivo, das interações, a partir dos desafios, da exploração de possibilidades, de assumir responsabilidades, do criar e do refletir juntos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os professores e responsáveis pelas instituições de ensino precisam estar atentos ao que surge e buscar saber mais sobre essas novas ferramentas para mostrar aos alunos que a tecnologia veio para facilitar nossas vidas, nos ajudar em nossas dificuldades, no entanto precisa ser utilizada de forma correta, se não poderá gerar problemas na vida desses estudantes.

Hoje em dia, muitas crianças que não foram corretamente informadas sobre o uso das tecnologias, usam ferramentas como celulares, notebooks e tablets durante todo o dia fora o horário da escola, esse comportamento acarreta problemas, pois elas deixam de brincar, se aventurar na natureza e adquirir experiências de vida para ficar presa a uma telinha dentro de casa.

Por isso a importância dos professores e pais terem conhecimento sobre essas inovações, buscar como funcionam os benefícios e os males que podem trazer para as crianças e estar sempre buscando alertá-las.

O professor do século XXI deve compreender as técnicas de aprendizagem e o domínio sobre o conhecimento ministrado por meio das tecnologias, é preciso ir além do que dizem as diretrizes, e buscar possibilidades que faça com que os alunos busquem aprender.

Para estar por dentro das inovações, é preciso que os professores tenham uma busca constante pelo aprimoramento do ensino, por meio de cursos de formação continuada, para estar aprendendo como atender as necessidades de cada estudante.

É fundamental a compreensão da importância do uso das tecnologias de informação a serviço da educação e como aporte para mudanças nas práticas de ensino, levando o professor ao conhecimento de suas possibilidades, limitações e na compreensão da lógica que permeia a movimentação entre os saberes no atual estágio da sociedade tecnológica (Kenski, 1998).

Segundo Tajra (2001), a capacitação do professor para ser completa precisa envolver além de conhecimentos básicos de informática, novas formas de gerenciamento da sala de aula com os novos recursos tecnológicos em relação aos recursos físicos e ao aluno que agora passa a ter uma atitude ativa no processo. Além disso, a comunicação entre os professores é fundamental para que experiências sejam compartilhadas e para que as mudanças ocorram naturalmente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B.; SILVA, M. G. M. Currículo, tecnologia e cultura digital: espaços e tempos de web currículo. **Revista e-Curriculum**, v. 7, n. 1, p. 1-19, abr. 2011.

ALVES, P. **As possibilidades do uso das novas tecnologias em sala de aula**, 2016. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc4-1.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

ARAUJO, S. **Tecnologia na educação: contexto histórico, papel e diversidade**, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/IV%20Jornada%20de%20Didatica%20Docencia%20na%20Contemporaneidade%20e%20III%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/TECNOLOGIA%20NA%20EDUCACAO%20CONTEXTO%20HISTORICO%20PAPEL%20E%20DIVERSIDADE.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAVALCANTE, M. B. **A educação frente as novas tecnologias:** Perspectivas e desafios. 2012. Disponível em: <https://escola-drxavierdealmeida.blogspot.com/2012/02/educacao-frente-as-novas-tecnologias.html>. Acesso em: 28 jun. 2021.

KENSKI, V. Novas tecnologias: o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, n. 8, p. 58-71, maio/ago., 1998.

MENDES, T. C.; BACCON, A. L. P. **Profissão docente:** o que é ser professor? 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17709\\_7650.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17709_7650.pdf). Acesso em: 28 de jun. 2021.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação pedagógica.** Campinas, SP: Papirus. 13º Ed. 2007.

RAMOS, P. P.; AFONSO, M. S. **O professor na contemporaneidade:** suas práticas e desafios, 2013. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/8090\\_6204.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/8090_6204.pdf). Acesso em: 28 jun. 2021.

SEGANTINI, J. **O uso das tecnologias na sala de aula, como ferramenta pedagógica e seus reflexos no campo**, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/50327/R%20-%20E%20-%20JESUS%20HENRIQUE%20SEGANTINI.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jun. 2021.

TAJRA, S. F. **Informática na educação.** 6. ed. São Paulo: Érica, 2001.

# A EDUCAÇÃO EM MEIO A PANDEMIA

Suelen Zortéa<sup>1</sup>  
Aloir Afonso Warken<sup>2</sup>  
Camila M.M. Fernandes<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O SER professor já abrange muitos vieses diante da dificuldade, mas dificultou ainda mais perante a pandemia que nos cerca, a do COVID- 19. Conforme Silva Neto e Santos (2020, p.31) “Isso se configurou porque em 31 de dezembro do ano de 2019 foi descoberto a presença de um Vírus que causa problemas respiratórios na cidade de Wuhan, na China esse vírus é denominado de corona vírus (e a respectiva enfermidade por ele causada COVID-19), que depois se espalhou pelo mundo inteiro.”

Então buscou-se refletir sobre este ensino, remoto ou não, sendo mediado pelas tecnologias digitais na maior parte delas, onde houve uma grande dificuldade por nem todos os alunos terem acesso a Internet, não podendo assim participar das aulas. Diante da situação busca-se trazer algumas reflexões sobre estes meios utilizados de ensino a distância, como foram segmentadas. Algo que paralisou as escolas do mundo inteiro causando uma grande surpresa a todos, pois ninguém esperava por isso e todos tiveram que se adaptar para poder ao menos suprir um pouco do acontecido.

O meio tecnológico trouxe esta facilidade para estes dilemas, mas nem para todos, pois nem todos tem acesso a Internet e a nenhuma outra tecnologia mais avançada. Os pais, alunos, professores e toda a comunidade escolar sofreu e ainda sofre com todos estes percalços que trouxeram grandes impactos para toda a educação mundial.

E não foi somente a Educação que obteve este déficit, esta doença trouxe prejuízos em todos os setores sociais, principalmente na saúde, segurança, como na política e na economia de todo o mundo.

Então, pergunta-se. Como dar continuidade às aulas sem ser por meios presenciais? Algo que surpreendeu e indagou a todo o mundo. Optou-se pelos meios digitais durante este período de cuidados, onde professores, alunos, pais e toda a comunidade escolar deverá estar engajada em conjunto para que este tempo pandêmico passa da melhor forma possível e ser causar tantos danos a educação.

A saúde mental das crianças também foi algo muito abalada, não somente das crianças, como dos pais, e a todos que estão convivência com o covid-19. As crianças presas, trancadas, sem poder nem mesmo ir à escola, deixando-as perturbadas, nervosas, sem poder ver amigos, colegas, os professores que tanto gostam, sem poder expressar a sua energia por completo, expressar o seu eu. Em fim se busca fazer o melhor para o momento dentro de todos os sentidos.

## O uso das tecnologias diante da Pandemia

O coronavírus surgiu em contaminação no ano de 2019, onde causou um grande déficit em todo o mundo. Sendo que os números de mortos abrangeram ainda mais do que

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

como trata os autores (SILVA; SILVA NETO; SANTOS,2020, p. 33, apud WHO, 2020): “Os primeiros casos de coronavírus foram detectados no final do ano de 2019 na província de Hubei, República da China em um mercado de fritos do mar e animais vivos.”

Diante disso, a Organização Mundial da Saúde no final de janeiro de 2020 declara a situação do COVID-19 como Emergência Global de Saúde Pública mundial. Com o crescimento exponencial do Vírus em todo o mundo, o número de pessoas infectadas chega a quase cinco milhões e o número de mortes a quase trezentos mil.

A pandemia trouxe consigo o medo e a angústia a todos, pois tudo mudou drasticamente, como se houvesse chegado um “mostro” sobre a terra. O autor Machado (2020, p.11) trás também um pouco sobre: “A pandemia é uma alegoria.”

O sentido literal da pandemia do coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível.

Machado (2020, p. 15 a 21) ainda reporta que algumas pessoas que ele julga mais afetadas pela pandemia, sendo em primeira instância as mulheres, onde tornam-se mais sobrecarregadas, por serem as “cuidadoras do mundo”. Também trás os trabalhadores precários, informais, ditos autônomos, os quais também foram e são ainda prejudicados por não terem um salário fixo e terem que tirar o seu próprio sustento mediante muitas regras. Os trabalhadores de rua e sem abrigo ou população de rua também foram citados, pois dependem deste meio de sustento ou moradia.

Na continuidade de sua reflexão, Machado (2020) também traz os moradores de periferias pobres, onde normalmente estão em aglomeração e muitas vezes não tem sustento, as casas são pequenas para bastante pessoas, sem possibilidade de autoisolamento. Deficientes e idosos também estão na faixa de maior preocupação, pois apresentam maior risco de complicações diante das que já possuem.

O Vírus é altamente contagiável, então acredita-se que o isolamento, o distanciamento social, o uso de máscaras e a lavagem frequente das mãos, como também evitar o contato com as partes do corpo de alto contato, como colocar as mãos nos olhos, nariz e boca. Acredita-se também que até o final do primeiro semestre de 2021 a população esteja tomada pelo menos a primeira dose da vacina contra o COVID-19, havendo já 4 tipos da mesma em todo o mundo.

Em casos extremos de casos a cidade decreta o “lockdown” que como os autores (SILVA; SILVA NETO; SANTOS, 2020, p.35) trazem o fato que ocorreu em Nova Zelândia:

A Nova Zelândia se destacou por meio de protocolos utilizados bem antes da pandemia chegar ao país como o “lockdown” isolamento obrigatórios, permitindo a reabertura de alguns serviços não essenciais, considerada uma vitória em decorrência desse problema mundial. (apud BBC, 2020; SANDES, 2020).

Diante do agravamento da situação diante do Vírus, quase todo o mundo teve que então paralisar as aulas presenciais, o que trouxe as aulas remotas como consequência. Como tratam Silva et al (2020, p.36) ao afirmar que: “As transformações educacionais ocorridas em virtude da pandemia do Covid19 trouxeram grandes desafios no Brasil e no mundo com a expansão do Vírus, políticos e gestores tiveram que tomar medidas emergenciais como a suspensão das aulas presenciais.”

Em todo o mundo são mais de 90% dos alunos impactados por essas medidas, sendo adotada por algumas instituições educacionais o ensino remoto, mediado pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). (SILVA, SILVA NETO, SANTOS, 2020, p.36).

A pandemia trouxe também uma educação híbrida, pelo meio tecnológico. Como traz os autores (SILVA, SILVA NETO e SANTOS, 2020, p.36, apud BACICHI, 2016; SOUSA, 2018; SOARES e CESÁRIO, 2019):

A educação híbrida está relacionada ao ideal de que professores e alunos poderão aprender em tempos e locais diferentes, algo já utilizado enquanto método na educação a distância. Surgiu com o propósito do docente empregar na sua prática pedagógica o uso das várias tecnologias, oportunidade uma visibilidade ao protagonismo do aluno, que vive constantemente conectado dentro e fora do espaço escolar.

A ideia das metodologias ativas já estava presente na Educação, mas obteve ainda mais ênfase neste tempo de pandemia, segundo Silva et al (2020, p.37): “Se trata de uma abordagem teórica utilizada em cursos superiores a área da saúde, na qual possui o aluno como o centro do ensino e da aprendizagem e o professor como o facilitador do conhecimento.”

Estudos enfatizam que a junção de metodologias ativas em contextos híbridos tem ampliado a aprendizagem, avançando das situações mais simples às mais complexas, principalmente em meio a atual realidade pandêmica. Um exemplo prático seria mesclar atividades online e o off-line, por meio de vídeos explicativos, atividades teóricas -práticas e jogos educativos. (SILVA; SILVA NETO; SANTOS, 2020, p.37).

Os autores supra também trazer a ideia de que o ensino remoto não é algo tão novo, o que pode ser exemplificado com o ensino EAD. Segundo eles, nesse caso, ressalva-se que a história da modalidade a distância não é algo tão novo, pois a possibilidade de o estudante ter acesso às suas atividades escolares em domicílio em virtude da ausência das aulas é respaldado pelo Decreto-Lei nº 1.044, artigo 2º de 21 de outubro de 1969. (SILVA; NETO; SANTOS, 2020, p. 37, apud BRASIL, 1969).

O uso das tecnologias é algo que veio com bastante ênfase neste meio pandêmico, mas que em alguns casos também trouxe bastante impacto diante da classe econômica de cada aluno/escola como trás os autores (SILVA et al., 2020, p. 39).

Prosseguem afirmando que fazer uso das tecnologias na Educação básica se constitui como uma situação na qual requer maior atenção, uma vez que as instituições não estão preparadas para lidas diante deste contexto. É preciso as escolas se adaptarem e desenvolver estratégias didáticas que possam proporcionar o ensino e a aprendizagem de forma igualitária. Porém, isso acontecerá diferença de classe, pois de um lado se encontra o aluno da rede particular com todo o suporte educativo, com acesso a Internet, já do outro, o aluno da escola pública, desprovidos de muitos recursos (educativos, econômicos, sociais), sendo os mais impactados diante deste cenário em decorrência da pandemia do coronavírus no mundo. (SILVA et al., 2020, p.39-40).

O ensino em si teve muitos percalços, a escola virou casa e trouxe uma mudança repentina para as famílias, fazendo da casa uma sala de aula por meio dos meios de comunicação, chamado de “ciberespaço” como é referido por Machado (2020, p.1-2): “Esses responsáveis estão tendo que se equilibrar entre preocupações com o sustento da família, trabalho, rotina doméstica, ansiedades, medos, e educação dos seus filhos. Pois, com este isolamento, algumas escolas criaram meios de dar continuidade à rotina de estudos, utilizando o “ciberespaço”.

O meio tecnológico foi um dos mais usados para estas aulas remotas, mas também houve entregas de materiais impressos como é o caso onde há escolas que também optaram por distribuir materiais impressos das atividades, com cronograma das tarefas diárias. ‘A ideia de distribuir material impresso foi pensada para atender aos alunos e responsáveis que não

tem familiaridade com a Internet. Uma forma que encontramos de facilitar o ensino e deixá-lo mais acessível. (MACHADO, 2020, p.2).

Também diante da proposta Machado (2020, p.2) alguns professores trouxeram a maior demanda de atividades por ter o trabalho de adaptar as aulas já planejadas para o presencial transformar para a formação EAD e também a dificuldade para eles trabalhar com estes meios tecnológicos. Algo também preocupante é a reclamação de alguns pais, onde trazem opiniões de insatisfação, não conseguindo acessar os meios destinados para as aulas ou que não querem fazer “papel de professor” pois este não é o trabalho deles. Em fim, algo que muitos ou quase todas escolas enfrentaram.

Pode-se dizer que a pandemia é vista como algo que veio para adaptar-se a não viver na normalidade, como a maioria do mundo vive: “A pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum. Esta situação torna-se propícia a que se pense em alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver nestes primeiros anos do século XXI.” (MACHADO, 2020, p.7-9).

Também é possível perceber, segundo Machado (2020) que na ausência de tais alternativas, não será possível evitar a irrupção de novas pandemias, as quais, aliás, como tudo leva a crer, podem ser ainda mais letais do que a atual. Ideias sobre alternativas certamente não faltarão, mas poderão elas conduzir a uma ação política no sentido de as concretizar? No curto prazo, o mais provável é que, finda a quarentena, as pessoas se queiram assegurar de que o mundo que conheceram afinal não desapareceu. Regressarão sofregamente às ruas, ansiosos por voltar a circular livremente. Irão aos jardins, aos restaurantes, aos centros comerciais, visitarão parentes e amigos, regressarão às rotinas que, por mais pesadas e monótonas que tenham sido, parecerão agora leves e sedutoras.

A normalidade é algo que todos, do mundo inteiro querem, voltar às rotinas, ao que era antes, porém, o retorno à “normalidade” não será igualmente fácil para todos. Pode-se perguntar, por exemplo: Quando se reconstituirão os rendimentos anteriores? Estarão os empregos e os salários à espera e à disposição? Quando se recuperarão os atrasos na Educação e nas carreiras? Desaparecerá o Estado de exceção que foi criado para responder à pandemia tão rapidamente quanto a pandemia?

Nos casos em que se adoptaram medidas de proteção para defender a vida acima dos interesses da economia, o regresso à normalidade implicará deixar de dar prioridade à defesa da vida? Haverá vontade de pensar em alternativas quando a alternativa que se busca é a normalidade que se tinha antes da quarentena? Pensar-se-á que está normalidade foi a que conduziu à pandemia e conduzirá a outras no futuro?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Covid-19 foi e ainda tem sido um dos maiores problemas relacionado a saúde do mundo todo, o que trouxe muitos déficits em vários setores, como na política, economia, cultura, educação e também em relação as comunicações em geral. Diante do momento em que o mundo está, os casos de infectados continuam crescendo a cada instante, o que nos preocupa, mas sabe-se que as vacinas vieram para diminuir tudo isso, pelo menos boa parte dos que são infectados e já estão vacinados com as duas doses tem um menor impacto em sua saúde acaso adquirirem o corona vírus.

Em relação a educação, observou-se que grande parte dos pais, alunos, professores e toda a comunidade escolar tiveram uma grande surpresa com tudo, o que trouxe consigo a falta de formação e informação por meio de todas as partes, pois nenhum deles haviam preparação para isso.

A diferença das classes sociais é algo que está bem presente, pois a grande maioria dos alunos não tem acesso a Internet, ou os pais trabalham e não conseguem estar presente para auxiliar, o ritmo da aula e de cada aluno também é diferente, pois em aulas online não é possível ficar quatro horas em sequência ministrando as aulas ou então 100 % atento a tudo como deveria ser.

Silva et al. (2020, p.40) trazem alguns meios utilizados para as aulas online, sendo elas: "... plataformas digitais como o Zoom, o YouTube, o AVA, o WhatsApp, entre outros...", o que auxiliaram bastante para que as aulas tivessem um melhor desenvolvimento, como também o Google classroom e o Meet. Os alunos que não tinham ou não tem ainda acesso a Internet optou-se em alguns casos por entregar materiais impressos em suas residências, o que defasou a educação dos mesmos, pois como tiraram as dúvidas que haviam? Com os pais? Se os pais não sabem sobre o assunto ou não tiveram escolaridade?

Algo a levar como aprendizado, o pensamento de uma escola é algo muito amplo, é preciso conhecer seus alunos, suas famílias, as vivencias deles, para poder tomar atitudes como essas, para que que prejudiquem a educação desta criança.

A pandemia trouxe consigo muitos aprendizados, que para alguns, talvez, não seja tão importante assim, mas que fez com que muitas pessoas valorizassem o que possui. Como é difícil viver sem poder ser "normal", ir à escola normalmente, ir ao trabalho, pode sair com os amigos, com a família, ir a uma festa, em fim poder fazer tudo o que fazia "normalmente". Agora teve-se que acostumar-se em ficar sem ir a escola, fazer os trabalhos em casa, alguns trabalhar em home office, outros trabalhar usando máscara e álcool gel o tempo todo, deixando a todos mais sobrecarregadas e nervosos com a situação. Mas em breve tudo isso passará e volta-se a normalidade.

## REFERÊNCIAS

MACHADO, P. L. P. Educação em tempos de pandemia: O ensinar através de tecnologias e mídias digitais. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 06, Vol. 08, pp. 58-68. Junho de 2020. ISSN: 24480959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/temposde-pandemia>.

SANTOS, B. de S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Edições Almedina, S.A. Coimbra. Portugal. 2020.

SILVA, E. H. B. da; SILVA NETO, J. G. da; SANTOS, M. C. dos. Pedagogia da pandemia: reflexões sobre a educação em tempos de isolamento social. **Revista Latino-Americana de Estudos Científico – RELAEC**, v. 01, n.04, Jul./Ago. 2020

# EDUCAÇÃO POPULAR BRASILEIRA: BREVE RELATO HISTÓRICO

Franciele Fátima Marques<sup>1</sup>  
Idanir Ecco<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A Educação Popular no Brasil surge fora do contexto formal de educação, externa aos muros da escola, no seio das organizações populares. No entanto, sua metodologia baseada em questões emancipatórias influenciou e influencia, ainda hoje, práticas educativas, dentro e fora dos espaços escolares.

Cabe, de início, ressaltar que, abordar a temática da Educação Popular no contexto do surgimento da educação brasileira consiste em abordar questões de resistência, de lutas e de conflitos constantes em um campo de disputa de forças de poder. É uma possibilidade de retomar o pensamento freiriano sobre conscientização, práxis e realidade social.

### Breve relato histórico educação popular brasileira

O final da década de 1940 é o período que marca o início das discussões acerca da Educação Popular no Brasil. Até a Segunda Guerra Mundial, esta era concebida como uma extensão da educação formal escolar que se manifestava aos habitantes das periferias urbanas e das zonas rurais. O final da Segunda Guerra trouxe, de certa forma, a vitória dos ideais democráticos e com estes, também, viabilizaram mobilizações nacionais em favor da educação das massas.

A sociedade brasileira, no período referido, era predominantemente agrária. Em uma sociedade de base agrícola, a atenção principal voltava-se ao homem do campo que, até então, não conhecia outra experiência que não vinculada a lida na terra. A preocupação com a alfabetização fez-se necessária, assim como também uma política de ajustamento social e de adaptação dos “menos” favorecidos ao mundo moderno.

No projeto da Modernidade, a salvação é substituída pelo discurso da emancipação. No entanto, no campo educativo, essa razão emancipadora e livre transformou-se em submissão à ordem burguesa e seus interesses – é a então alienação da educação, concepção esta calcada nos modelos positivistas de vinculação ao mundo do trabalho e à prática social, ou seja, educar-se para satisfazer as necessidades sociais e não os seus próprios interesses.

A responsabilidade do indivíduo cresce na modernidade, no sentido de que, o seu sustento e seu trabalho depende dele. O indivíduo moderno tornar-se-á juridicamente livre e economicamente independente, com profundas aspirações de autonomia e liberdade. Sendo sujeito de seu sustento e destino, torna-se, na filosofia, sujeito do conhecimento. Nessa visão, a educação passa a ser a principal agente do processo de formação do ser humano através do desenvolvimento da sua capacidade racional como via de emancipação. Entende-se por educação laica, universal e gratuita.

Nesse tempo e contexto sócio-histórico, o analfabetismo era concebido como causa (e não como efeito) do escasso desenvolvimento brasileiro. O analfabeto era identificado como um elemento incapaz e marginal psicológica e socialmente submetido à minoridade

---

<sup>1</sup> Pedagoga. Mestre em Educação UPF/RS. Doutora em Educação UPF/RS, com estágio doutoral sanduíche na Universidade do Minho – Braga/Portugal. Professora do Sistema Público Municipal de Ensino de Erechim/RS.

<sup>2</sup> Mestre em Educação UPF/RS; Professor da URI Erechim/RS.

econômica, política e jurídica, não podendo, então, votar ou ser votado. (CUNHA, 1999). Concomitante a esse movimento, surge uma preocupação para com a mudança da visão preconceituosa sobre o analfabeto, juntamente com o direito ao voto.

Já na década de 1950 educadores iniciam um debate acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tendo por base uma educação popular que não objetivasse exclusivamente a transmissão de conteúdos, mas que pudesse trabalhar a partir dos princípios críticos e contribuindo para a atuação social dos sujeitos, oportunizando os direitos de aprendizagem a todas as classes sociais. Dentre as concepções do período, o pensamento de Paulo Freire aparece com força, atraindo vários adeptos aos seus ideais, como educadores, intelectuais da educação, estudantes, líderes comunitários, entre outros, na luta por uma educação popular que preconizava a alfabetização, a conscientização e a atuação social de todos. Foi um período marcado pelas mobilizações em prol da Educação Popular.

As iniciativas de alfabetização de adultos, o Movimento de Cultura Popular (MCP) da prefeitura do Recife; a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, em Natal; a Campanha de Educação Popular (Ceplar), em João Pessoa; e o Movimento de Educação de Base (MEB), instituído pela CNBB, têm como fundamento de base a conscientização e foram financiadas pelo governo federal e por algumas prefeituras. Regulamentadas a partir de um projeto democrático, tais iniciativas possuem como principal contribuição a pressão ao governo no estabelecimento de uma organização nacional acerca da EJA, defendendo entre seus princípios, uma Educação de Jovens e Adultos voltada à transformação social e não apenas à adaptação da população ao processo de modernização econômica e social baseado em modelo estrangeiro, como havia sido feito até o momento. (FÁVERO, 2004).

A liberdade de expressão, característica dos últimos anos do governo Kubitschek, e a efervescência política dos primeiros anos da década de 60 contribuíram para que estudantes, intelectuais, educadores e políticos se preocupassem com a promoção das massas e o processo de tomada de consciência.

Este “movimento” reuniu professores e artistas. Ele não existia só nas escolas e nem era um trabalho só da educação [...] as pessoas que faziam o MCP queriam que tudo o que é bom, e está nas palavras, nas cantigas, e nas idéias que as pessoas criam, fosse levado para a gente pobre também. (BRANDÃO, 2001, p. 35).

Nesse mesmo período, Paulo Freire desenvolve uma grande experiência em alfabetização de adultos, em Angicos, no Rio Grande do Norte, no ano de 1962. Sua preocupação era o papel político da educação, destacando o jovem e o adulto como produtor de cultura. Freire propunha a conscientização e não a transmissão ou memorização dos signos da leitura e da escrita, entendendo ele que, por milênios, a escrita foi “[...] posse e direito de elites restritas que, ao se tornarem detentoras exclusivas do seu saber, associam o poder daí advindo ao já possuído anteriormente.” (BRANDÃO, 2001, p.15).

Essa experiência de alfabetização, a partir dos princípios da educação para a liberdade, objetivava a superação da educação domesticadora, ou Educação Bancária como assim denominou Freire. Para ele, a Educação Popular é um espaço em que o ser humano ultrapassa sua situação de homem-objeto para se tornar homem sujeito-histórico transformador.

Para Fávero (2004, p. 23), nesse período a educação popular “[...] remava contra a corrente [...]”, pois tinha claro que era “[...] um direito a ser concretizado, para que a população considerada analfabeta dele se apropriasse como passo primeiro e fundamental de um processo de libertação, na direção da construção de uma sociedade efetivamente democrática.”

Segundo Aranha (1996, p. 209):

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

Com o golpe militar efetivado no Brasil em 1964, as ações dos movimentos sociais são substituídas por campanhas de alfabetização de cunho mais conservador, nos propósitos, e assistencialistas, nos procedimentos. Novamente o Estado assume o papel de propor iniciativas, pressionado por questões econômicas e ideológicas relacionadas à ideia de educação como investimento no desenvolvimento do país, com uma preocupação única nos índices e, portanto, ofertando uma educação elementar aos jovens e adultos, constituindo-se em um retrocesso ao período anterior, que concebia à educação o poder de transformação e de melhoria da qualidade de vida dos sujeitos.

A articulação e a mobilização dos programas de Educação Popular passam a ser ameaçadores para a nova ordem vigente. Para os militares, as ideias e os ideais de libertação e criticidade que vinham sendo difundidas ameaçariam o processo político, por eles implementados. Em vista disso, rotularam as causas populares, incluindo-se sindicatos e universidades, com vistas à desmobilização popular.

A conjuntura do país, por conseguinte, começa a sofrer alterações e a força dos militares já desempenha papel central nas questões político-sociais do Brasil. Conforme Pereira e Pereira (2010), a instauração da ditadura militar em 1964 e seu aprofundamento em 1968, culminado com o Ato Institucional de nº 5 (AI-5), leva ao distanciamento total da população do poder, inibindo qualquer tipo de participação popular neste. A Educação Popular passa a ser vista como ameaça à ordem estabelecida ou pretendida forçosamente, pois seus princípios eram essencialmente críticos e políticos, isto é, conscientizadores.

Diante do grave problema do analfabetismo no Brasil e das pressões externas, o governo militar lança, a partir de 1967, o MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, o qual continha severas restrições à concepção político-filosófica de Paulo Freire. A recessão econômica, iniciada nos anos de 1980, inviabilizou, também, a continuidade do MOBREAL, que demandava altos recursos. Esse programa estimulava o individualismo e a adaptação à vida moderna, enfatizando a responsabilidade pessoal pelo êxito ou fracasso e tentando afastar a possibilidade de resistência ao modelo instalado. O “novo” programa de alfabetização vigorou durante toda a atuação dos militares, sendo extinto com o fim da ditadura, instituindo-se, em seguida, a Fundação Educar e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, ambos dissolvidos, antes de alcançarem as metas esperadas (PEREIRA, 2006).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 5.692), de 1971, implantou-se o Ensino Supletivo, com um capítulo dedicado à educação de adultos. Apesar do contexto vivenciado, o avanço trazido por essa lei foi o fato de que, apesar de limitar o dever do Estado à faixa etária dos sete aos quatorze anos, passou a reconhecer formalmente a educação de adultos como um direito de cidadania. (CUNHA, 1999).

Em 1974, o MEC propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), que se organizavam a partir do trinômio tempo, custo e efetividade. Devido à época vivida pelo país, de inúmeros acordos entre MEC e USAID (United States Agency for International Development), esses cursos foram fortemente influenciados pelo tecnicismo implementando-

se módulos instrucionais, o atendimento individualizado, a autoinstrução e a arguição em duas etapas - modular e semestral. Como consequências dessa política, constatou-se altos índices de evasão, promoção do individualismo, do pragmatismo e a certificação rápida e superficial. (SOARES, 2010).

A partir desta reorganização as políticas educativas esvaziaram-se de todo sentido crítico e problematizador proposto por Freire. Paralelamente e extraoficialmente, alguns grupos que atuavam na educação popular continuaram a trabalhar com a alfabetização de adultos numa perspectiva mais criativa, com o propósito de continuar seguindo os passos de Freire e ofertando uma educação de qualidade, com viés crítico e transformador da realidade dos sujeitos. (CUNHA, 1999).

A crise da ditadura militar, vivenciada no final dos anos 70 impulsionou a ascensão dos movimentos sociais no Brasil. Durante a década, muitas formas de manifestar oposição ao regime foram surgindo. Os movimentos populares ganharam corpo e retornaram às ruas, com greves e manifestações políticas e se espalharam pelo Brasil todo. Nesse período, “[...] a prática social da militância das pastorais e comunidades e a ‘Educação Popular’ por ela desenvolvida era o paradigma do período, influenciando e acolhendo os militantes dispersos que só aí encontravam possibilidades de contato e trabalho político com setores populares”. (PEREIRA, 2006, p. 31)

Com o fim do período ditatorial, a educação (incluindo-se a educação de adultos e das camadas populares) foi garantida como um direito fundamental de todos. Nesse contexto, os estados e municípios, para garantir esse direito, ampliam seus programas de escolarização, ampliando-se vagas e espaços escolares. Paralelamente à ação dos governos estaduais e municipais, surgem os MOVA’s (Movimento de Alfabetização) que se organizam como gestores de políticas públicas para a educação popular e conseqüentemente a educação de adultos. Esses grupos preservam em seus projetos político-pedagógicos os princípios de Paulo Freire, e se estabelecem como articuladores entre Estado e sociedade. (SOARES, 2010).

Os anos 90 do século XX trouxeram uma realidade diferenciada, sendo apontados por Di Pierro (2000) como um período de reformas nos sistemas públicos de ensino, vinculadas à conjuntura mais geral de redefinição do papel do Estado e ajuste macroeconômico implementado sob orientação de organismos financeiros internacionais e inspiração do pensamento neoliberal.

Haddad (2007) aponta a reforma educacional da década de 1990 como um dos fatores mais importantes no impedimento da concretização da Constituição de 1988, com a votação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e com a Emenda Constitucional de número 14/96. A nova LDB, apesar de reconhecer o direito de todos a educação, deixou de lado uma série de iniciativas importantes à realização plena desse direito, não dedicando, ainda, nenhum artigo ao problema do analfabetismo.

A Emenda Constitucional, que reformou a Constituição, estabeleceu o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (FUNDEF), um sistema de financiamento que não contemplou a EJA, já que impedia que se registrassem as matrículas do Ensino Fundamental presencial de jovens e adultos para efeito dos cálculos do FUNDEF, focalizando o investimento público no ensino prioritário e exclusivo de crianças e adolescentes dos sete aos quatorze anos. Tanto a nova LDB quanto a Emenda Constitucional estabeleceram limitações à plena implementação do direito a educação de todos, impedindo sua universalização e sua oferta com qualidade. (HADDAD, 2007).

Assim, o discurso da inclusão predominante na década de 1980 foi substituído pelo discurso da limitação desse direito, permanecendo o reconhecimento formal do direito, mas não sendo consignadas as condições para sua realização. Os anos da década de 1980 foram aqueles em que no Brasil ocorreu um período de grande crescimento da organização popular e de suas experiências de participação política na sociedade. Segundo Saviani (1995), pode-se

afirmar ser a década de 80, no campo da Educação Popular, uma das mais fecundas da história, visto que, a mobilização desses anos orientou-se pela bandeira de transformar a educação e a escola em instrumentos de reapropriação do saber por parte dos trabalhadores, com uma maior participação social.

Enquanto isso, paralelamente, em nível internacional, também ocorria um crescente reconhecimento da importância da EJA para o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, devido às conferências organizadas pela UNESCO, criada pela ONU e responsabilizada por incrementar a educação nos países em desenvolvimento. A UNESCO, então, iniciou um processo de discussão do assunto, envolvendo delegações de todo o país. (HADDAD, 2007).

Esse novo momento de ascensão das forças populares, que se iniciou como período histórico em 1978, com a greve da Scania (empresa/fábrica), perdura até o processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Nesses anos, o país viu nascer e desenvolver o mais forte movimento de organização e participação popular de sua história, que nem mesmo a crise resultante da implantação do neoliberalismo, levado a cabo no governo Fernando Henrique Cardoso, conseguiu desmontar. (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 79).

Juntamente com as políticas educacionais, o campo político vai abrindo espaço de atuação das classes populares, colocando trabalhadores do campo e da cidade em condições de disputa do poder perante a sociedade, em um viés de igualdade de oportunidades de acesso aos meios.

Com o processo de re-democratização do país, novas manifestações tomaram as ruas e, em 1984, a luta pelas “Diretas” foi o maior movimento popular de massas que o Brasil presenciou, assim como também a mobilização em defesa da Assembleia Nacional Constituinte, que resultou, em 1988, na nova Constituição Nacional, conhecida como “constituição cidadã”, por contemplar conquistas da classe trabalhadora, dentre elas, o direito ao voto do analfabeto e a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental, independente da idade de quem o procure. (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

Como conquista da mobilização popular das Diretas já, em 1989, o Brasil vive um momento político significativo: a eleição do primeiro presidente por voto direto após longos anos de ditadura militar. Nos anos subsequentes, com a globalização da economia, instala-se, no Brasil, silenciosamente, o projeto neoliberal que representa a progressiva segregação e o crescente número de exclusão social. No período de 1994 a 2002, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso optou por um padrão de envolvimento mínimo do Ministério da Educação com o tema da EJA, entregando à iniciativa privada a sua gestão, por meio do Programa Alfabetização Solidária, e apenas financiando parte das ações.

Conforme aponta Boaventura de Sousa Santos (1996) este é um momento de analisar a globalização sob um outro viés, que não somente o econômico, e unir forças paralelas para a continuidade das mobilizações populares. O autor detecta, assim, dois grandes movimentos de globalização: a “globalização hegemônica”, liderada pelas empresas transnacionais, pelos organismos financeiros internacionais e capitalistas dos países centrais, e a “globalização contra-hegemônica”, representada pelos movimentos sociais, ONGs progressistas que vem se articulando nos Fóruns Sociais Mundiais, os quais apontam um caminho alternativo de caráter anticapitalista.

Os governos democráticos e populares que foram ganhando espaço na sociedade brasileira a partir dos anos 80, também se apoiaram nas experiências de Educação popular para definição de políticas educacionais e de outras áreas de atuação. Um exemplo a ser citado é a gestão democrática e popular do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo,

em que, Luiza Erundina, eleita em 1989, convidou Paulo Freire para assumir a Secretaria de Educação. Freire, em sua gestão, esteve comprometido com a construção de uma educação pública popular, utilizando dos fundamentos da educação como uma prática de liberdade. (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

A partir das experiências de Paulo Freire, os princípios de participação e atuação popular espalharam-se pelo país e se pode conhecer inúmeras experiências populares e participativas nos mais diversos campos, na saúde, na assistência social, na cultura, bem como, nas discussões sobre o orçamento dos municípios com gestões democráticas e populares. Diversas foram as ações que aconteceram fora e dentro da escola e demonstraram que a Educação popular pode possibilitar a conscientização, a compreensão da realidade, abrindo campos de ação concreta no país e no mundo. Foi uma fonte de inspiração para educadores populares e para todos aqueles que atuam nos campos de educação do país. (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

O governo do presidente Lula ainda traz para dentro do MEC, sua preocupação com a educação pública e democrática para as camadas populares, assumindo novamente a responsabilidade pela EJA, por meio da SECADI (Secretaria Nacional de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), procurando garantir o sentido educacional da modalidade de ensino, tirando o caráter assistencial anterior. A extinção do FUNDEF e a criação do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), ainda, é uma evolução do sistema que passa a redistribuir um conjunto maior de impostos para todas as matrículas da Educação Básica, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, anteriormente excluída desta distribuição.

Nesse contexto, os programas de alfabetização, como o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária, focalizam suas ações em regiões com maiores índices de pobreza e analfabetismo, assumindo a configuração de ações compensatórias de combate à pobreza, na tentativa de superação da ausência de políticas públicas de educação popular implantadas até o período. O governo possibilitou a reconstrução da gestão da educação, preocupando-se com todos os níveis de escolarização, das creches às Universidades, estabelecendo uma política integrada de ensino, com a democratização do acesso, a garantia da permanência e a superação da exclusão das classes populares. Tais ações, ainda que em menor escala, permanecem durante os governos posteriores, Dilma e Temer<sup>1</sup>, sendo, no entanto, a SECADI extinta já nos primeiros dias de governo Bolsonaro, ficando a EJA e a Educação Popular sob o viés de grandes incertezas e dependente de ações localizadas nos Estados e Municípios. Outros órgãos, como a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), uma comissão composta por diferentes segmentos e que tinha por responsabilidade assessorar o Ministério da Educação no estabelecimento de uma política pública para a EJA, também foram extintos<sup>2</sup>.

São tempos em que a Educação Popular não se encontra nas prioridades de um governo, ficando a mercê de ações isoladas de grupos e entidades assistenciais não-governamentais para a efetividade de ações voltadas à educação dos sujeitos das classes populares.

---

<sup>1</sup> O material didático que era organizado para as modalidades da Educação Popular (Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo e Educação nas Prisões não vem sendo distribuído desde o ano de 2016.

<sup>2</sup> Permanece, atualmente, apenas o Programa Brasil Alfabetizado. No entanto, com um número insignificante de matrículas, sem fornecimento de material, de recursos financeiros e de suporte pedagógico necessários para a implementação deste nos espaços dos municípios.

## CONCLUSÃO

Partindo-se da análise deste breve histórico aqui relatado, percebe-se o quão grandes são ainda os desafios da Educação Popular em busca de seu projeto emancipatório. Segundo Santos (1996, p. 17), “[...] o objetivo principal do projeto educativo emancipatório consiste em recuperar a capacidade de espanto e de indignação e orientá-la para a formação de subjetividades inconformistas e rebeldes.”

Observa-se que há ainda um índice significativo da população brasileira analfabeta. É necessário investir em currículos, criar espaços pedagógicos de acesso às camadas populares, fomentar as políticas públicas de formação de professores e qualificar o ensino de maneira geral, reconhecendo a educação como um direito constitucional que deve ser garantido a todos.

Destaca-se, por fim, que as ações sociais sobressaem-se às preocupações governamentais com a educação das camadas populares, na implementação de políticas públicas, as quais demonstram preocupação com tal população, as quais, mesmo com os períodos de rompimento, têm garantido a qualificação das propostas organizadas e proporcionando as crianças, adolescentes, jovens e adultos, uma educação crítica e voltada às transformações sociais.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. 2. ed. Rev. e Ampliada. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **De Angicos a Ausentes: 40 anos de Educação Popular**. Porto Alegre: MOVA – RS, CORAG, 2001.

CUNHA, C. M. da. **Introdução: discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC, Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

DI PIERRO, M. C. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2000.

FÁVERO, O. **Lições da história: avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil**. In:

OLIVEIRA, I.B.; PAIVA J. (Orgs.) **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HADDAD, S. (org.). **Novos caminhos em educação de jovens e adultos – EJA: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Ed. Global, 2007.

PEREIRA, D. de F. F.; PEREIRA, E. T. Revisitando a história da Educação Popular: em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.40, p. 72-89, dez. 2010.

PEREIRA, D. de F. F. **Revisitar Paulo Freire: uma possibilidade de reencantar a Educação**. Tese. Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 2006.

SANTOS, B. de S. **Por uma Pedagogia do conflito**. In: SILVA, L.H. da. Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Editora Sulina, 1996.

SAVIANI, D. Os ganhos da década perdida. **Revista Presença Pedagógica**. Ed. Dimensão, v. 1, n. 9, nov./dez. de 1995.

SOARES, L. **Formação de educadores**: a habilitação em EJA nos cursos de Pedagogia. In: SOARES, Leônicio et al. (Org.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. XV ENDIPE, Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

# PRÁTICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM TEMPOS DE PANDEMIA: Relato de Caso

Karlislei Aline Morganti Sadoski<sup>1</sup>

Soraia Raimondi<sup>2</sup>

Tauana Larissa Ulkovski<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Esse artigo versa sobre o relato de prática das acadêmicas do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Erechim, no programa Residência Pedagógica durante o ano de 2020 e 2021.

O objetivo do artigo é apresentar uma das ações do Ministério da Educação, para com os acadêmicos de licenciatura, o programa Residência Pedagógica, relatando algumas práticas ocorridas durante o período da pandemia do Covid-19.

Desde os primeiros semestres dos cursos de licenciatura, os acadêmicos têm a possibilidade de agregarem conhecimentos e experiências para a sua vida profissional, por meio de programas disponibilizados pelo Ministério, dentre eles o Programa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa Residência Pedagógica (RP). Ambos os programas realizam a inserção dos acadêmicos no seu âmbito de trabalho, tal prática de extrema importância, porém com a chegada de um vírus, o Covid-19, as práticas precisaram ser (re)inventadas e adaptadas ao contexto atual.

O Covid-19 chegou trazendo muitos impactos sociais, financeiros, educacionais. No início muitas empresas precisaram ser fechadas, o que causou grande prejuízo na economia, as escolas precisaram se adaptar ao modo remoto, e nem todas as crianças matriculadas possuíam condições de acompanharem as aulas. O que acabou interferindo no processo de ensino-aprendizagem de muitas crianças do mundo inteiro.

Compõem este artigo as seguintes etapas: apresentação do Programa Residência Pedagógica, contextualização do período educacional presente e relato de prática das bolsistas do programa RP.

Ao final, busca-se contribuir com os acadêmicos dos cursos de licenciatura, mostrando que diversas são as possibilidades de inserção no âmbito escolar, o Pibid e o RP são programas de grande importância para a vida pessoal e profissional, que trazem caminhos e possibilidades de se utilizar na prática educativa.

## O Programa Residência Pedagógica

No decorrer da vida acadêmica, os graduandos dos cursos de licenciatura desenvolvem momentos de experiências e aprendizagens para que o licenciando construa uma identificação com a docência, e ao mesmo tempo, sinta-se pertencente na carreira escolhida. Para auxiliar nas práticas, o Ministério da Educação, juntamente com a Capes, desenvolveram programas que dão subsídios para a futura prática docente, são ações de inserção dos

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia. Monitora da Escola Básica URI-Erechim.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim Educadora Social no Instituto Zilmo Scanagatta no município de Erechim, RS.

<sup>3</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim Auxiliar de Desenvolvimento Infantil.

acadêmicos, em seu âmbito de trabalho, dentre eles estão o Programa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica (RP), o qual é o foco desse artigo. (BRASIL, 2018).

O Programa de Residência Pedagógica (RP) é um dos programas do Ministério da Educação (MEC) junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o programa é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. (BRASIL, 2018)

O RP consiste em proporcionar aos estudantes de Licenciatura, bolsas para a imersão docente nas escolas, dentre as atividades, os acadêmicos realizam regência e intervenção pedagógica, com orientação da faculdade e sob a supervisão dos educadores das instituições preceptoras. (BRASIL, 2018)

As atividades propostas na RP, intensificam a relação de teoria e prática, capacitando e preparando o estudante de licenciatura para o real contexto das escolas e salas de aulas, tendo como objetivos:

(I) O aperfeiçoamento da formação dos discentes dos cursos de licenciatura, por meio das atividades propostas que possam fortalecer o campo da prática, utilizando coleta de dados e diagnósticos contribuindo para o ensino e a aprendizagem escolar;

(II) Induzir a reformulação da formação prática nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da Residência Pedagógica;

(III) Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a Instituição de Ensino Superior e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura, intensificando o papel das redes de ensino na formação de professores;

(IV) Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018, p. 1).

O programa tem duração das bolsas de no máximo 18 meses, e além de proporcionar aos acadêmicos uma possibilidade de adquirir experiência na área de sua atuação, o programa auxilia também financeiramente, contribuindo com uma bolsa de R\$400,00 por mês aos residentes, e bolsas de diferentes valores aos orientadores e preceptores.

Com o programa, além da importância do acadêmico se identificar com a profissão docente é preciso que sua formação seja capaz de atender aos requisitos impostos a esses profissionais pela educação. O licenciando deve estar atento sobre as suas responsabilidades, uma vez, que educar é compartilhar saberes com crianças, jovens e adultos em uma sociedade complexa e em transformação diariamente (SANTOS et al., 2020, p. 3).

Desse modo, o residente da RP, terá a possibilidade de adquirir, compartilhar e refletir sobre os saberes que vivencia durante sua trajetória acadêmica e enquanto componente desse Programa. Além disso, possui a oportunidade de adentrar ao cotidiano escolar como profissional da Educação, o que não é comum, nem ofertado somente pelos cursos formadores de professores, para tanto, tal integração é aliada para uma construção de saberes eficiente e completa. Nesse sentido, o programa da RP, oportuniza a formação inicial dos Residentes, com vivências diretas no locus escolar, bem como no exercício de práticas diversificadas. Assim,

O programa de residência pedagógica vem buscando o aprimoramento da formação docente por meio da necessária articulação entre o que os alunos aprendem na

universidade e o que experimentam na prática da residência, considerando que justamente um dos aspectos mais importantes em relação à formação docente é proporcionar ao aluno de pedagogia oportunidades para que desenvolva a capacidade de relacionar teoria e prática docente (PANNUTI, 2015, p. 7, apud SANTOS et al., 2020, p. 4).

A prática do programa, normalmente, é realizada de forma presencial, em escolas selecionadas pelo programa, onde os residentes podem trabalhar com a regência de sala de aula e intervenções pedagógicas em turmas das Séries Iniciais, 1º ao 5º ano, do Ensino Fundamental. Porém ao decorrer do ano 2020, as atividades precisaram ser realizadas de forma diferenciada, pelas questões de saúde impostas pelo Ministério da saúde.

A prática docente mudou, e as residentes se viram em uma situação que nunca imaginaram que pudesse acontecer, tendo que modificar ideias, e pensar em soluções e possibilidades que a aprendizagem das crianças não deixasse de ser significativa, as escolas não eram mais tomadas pelo barulho das turmas inquietas e com vontade de descobrir coisas novas, no lugar desse barulho, só se percebia o silêncio, as portas fechadas, e ninguém ali no espaço onde gerava tanta alegria, assim se deu a educação em tempos de pandemia.

### **Educação, e a Pedagogia da Pandemia**

As mudanças ocorridas no cenário mundial na área de saúde na atualidade têm repercutido em todos os setores sociais, emergindo na política, na economia, e principalmente na educação. Isso se configurou porque em 31 de dezembro do ano de 2019 foi descoberto a presença de um vírus que causa problemas respiratórios na cidade de Wuhan, na China, esse vírus é denominado de coronavírus (e a respectiva enfermidade por ele causada COVID-19), que depois se espalhou pelo mundo inteiro. (SILVA et al., [S.I.], p. 3).

Com o surgimento dessa pandemia em todo o mundo, a volta ao que considerava-se vida normal está bem mais distante. As relações sociais foram modificadas e uma nova conduta social emergiu, modificando os comportamentos, as formas de aprendizagem e as relações interpessoais e, conseqüentemente, isso refletiu-se nas estratégias de ensino. Diante desse cenário, surge a Pedagogia da Pandemia, termo este relacionado à forma como a educação se organiza, a partir desse contexto pandêmico na qual todo o mundo está vivenciando. (BARRETO; ROCHA, 2020).

A pandemia impôs grandes desafios para professores e estudantes, em especial, na educação básica. As aulas precisaram sair do modo presencial, e as escolas ficaram preocupadas em como manter os vínculos com os alunos sem estar no mesmo espaço físico, como seria utilizada a tecnologia de informação e comunicação (TIC), e se os estudantes conseguiriam desenvolver a aprendizagem como nos períodos anteriores, tudo isso deixou as escolas e famílias preocupadas em como seria durante esse período.

Com a emergência da pandemia, escolas precisaram se organizar para mudar para o ensino com o uso das tecnologias digitais. Esta mudança gerou uma troca de práticas e metodologias do ensino presencial para as plataformas virtuais de aprendizagem, o chamado ensino remoto. Segundo Moreira e Schlemmer (2020, p. 9 apud Souza, 2020, p.4), no ensino remoto:

[...] o ensino presencial físico (mesmos cursos, currículo, metodologias e práticas pedagógicas) é transposto para os meios digitais, em rede. O processo é centrado no conteúdo, que é ministrado pelo mesmo professor da aula presencial física. Embora haja um distanciamento geográfico, privilegia-se o compartilhamento de um mesmo tempo, ou seja, a aula ocorre num tempo síncrono, seguindo princípios do ensino presencial. A comunicação é predominantemente bidirecional, do tipo um para

muitos, no qual o professor protagoniza vídeo-aula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de webconferência. Dessa forma, a presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula geográfica são substituídas por uma presença digital numa sala de aula digital. No ensino remoto ou aula remota o foco está nas informações e nas formas de transmissão dessas informações.

Desse modo, o ensino remoto transferiu o que já se fazia na sala de aula presencial e, em muitos casos, exteriorizou uma perspectiva de educação instrucionista, conteudista. E como consequência, a realidade é que muitas crianças e adolescentes estão ficando cada vez mais cansados por ficarem horas diante da tela do computador assistindo aulas e fazendo atividades. Poucas eram as atividades diferentes, pois tudo aconteceu tão rapidamente, que as escolas não estavam preparadas para a inserção do ensino por meio de ferramentas como *Google Meet* e *Zoom*, dentre outras plataformas digitais.

Apesar das tecnologias digitais de informação e comunicação já fazerem parte, direta ou indiretamente, do cotidiano das escolas e da realidade de muitos professores e estudantes, a utilização delas durante o período de pandemia, para substituir os encontros presenciais, tem encontrado vários desafios, entre eles: a infraestrutura das casas de professores e estudantes; o acesso (ou a falta dele) dos estudantes à internet; as tecnologias utilizadas; a formação dos professores para planejar; executar atividades online, e o apoio da família durante das aulas e atividades propostas pela escola.

O período das aulas remotas mexeu também com a saúde mental das crianças e professores, onde se viram com o sentimento de angústia, de ansiedade, e de despreparo para um momento como esse, frustração com situações que não saíram como planejado, a desigualdade de escolas e famílias o que fez com que as aulas remotas não fosse algo disponível para todos. As crianças muitas vezes não entendiam o que a professora estava tentando explicar, e nem todas possuíam pais que conseguiram completar os estudos e podiam auxiliar nas atividades, ou muitas vezes não tinham tempo para tal acompanhamento.

É preciso levar em consideração que o ensino remoto, atualmente, é considerado a melhor saída para continuar as atividades escolares e minimizar o atraso e as dificuldades dos alunos no retorno às aulas presenciais. Entretanto, para que as atividades escolares possam ser significativas e as dificuldades sejam minimizadas, como é esperado, se faz necessário uma grande parceria e colaboração de todos os envolvidos no processo educacional. É essencial que gestões, escolas, famílias e toda a comunidade escolar se apoiem e se sintam parte integrante no processo. (COSTA; NASCIMENTO, 2020).

De qualquer forma, fazer uso das tecnologias na educação básica se constitui como uma situação na qual requer maior atenção, uma vez que as instituições não estão preparadas para lidar diante deste contexto. É preciso as escolas se adaptem e desenvolver estratégias didáticas que possam proporcionar o ensino e a aprendizagem de forma igualitária. Porém, isso acontecerá diferença de classe, pois de um lado se encontra o aluno da rede particular com todo o suporte educativo, com acesso à internet, já do outro, o aluno da escola pública, desprovido de muitos recursos (educativos, econômicos, sociais), sendo os mais impactados diante deste cenário em decorrência da pandemia do coronavírus no mundo (BARRETO; ROCHA, 2020, apud SILVA et al., [S.I.], p. 11).

Para que esses impasses tecnológicos possam ser diminuídos, ou até resolvidos, é necessário que as escolas disponibilizem lugares para que esses estudantes desprovidos dos recursos possam acompanhar as aulas, transformando assim seu processo de ensino-aprendizagem. Também é importante que as escolas, secretarias, coordenações organizem cursos de formação das TICS para que os professores compreendam mais o funcionamento e se sintam mais confiantes usando tais ferramentas, agora indispensáveis.

## **Relato de prática do Residência Pedagógica**

O presente relato de práticas em residência pedagógica faz parte das atividades desenvolvidas por acadêmicas do sétimo semestre do curso de curso de Pedagogia, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI Erechim.

O Residência Pedagógica-URI é desenvolvido pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. (URI, [201-])

O RP/URI deverá promover o aperfeiçoamento no estágio curricular por intermédio da articulação com a pesquisa, integrando práticas educativas de caráter investigativo, multidisciplinar, extensivo e de aplicação de conhecimentos. Para tanto, além das atividades de observação, participação e regência, o estágio envolverá atividades de pesquisa e de extensão. (URI, [201-])

A Universidade aderiu ao primeiro edital do Programa Residência Pedagógica acreditando que este seria um importante instrumento de integração entre universidade, escola e comunidade, além de que seria uma ótima experiência para os acadêmicos que já atuavam, ou não, na área da educação.

As práticas realizam-se em uma Escola Estadual no município de Erechim-RS, a escola foi selecionada por meio do edital do RP, onde algumas escolas podem mostrar interesse em participar do programa. O subprojeto multidisciplinar do núcleo Erechim abrange os cursos de Pedagogia, Educação Física e Ciências Biológicas.

O início de primeira prática do RP começou em outubro de 2020, porém no início as escolas não haviam retornado ao modo presencial seguindo todos os protocolos, desse modo, ocorria o auxílio da professora regente da turma com ideias de atividades sobre os temas e conteúdos que estavam sendo trabalhados ao longo dos dias.

Com o início de 2021, a escola ainda não havia voltado às aulas presenciais, e foi necessário começar a realizar atividades de intervenção pedagógica, auxiliando um estudante do 4º ano que possuía dificuldades em entender os conteúdos ministrados nas aulas remotas, foram realizadas atividades de pensamento lógico, aprofundamento dos conteúdos trabalhados, e aperfeiçoamento da leitura e escrita.

No início do mês de maio de 2021, a escola foi retornando às aulas presenciais, dividindo as turmas em grupo A e B, por onde alfabética, onde cada grupo vinha uma semana para a escola, e na outra acompanhava a aula de casa, ao mesmo tempo que os colegas que estavam presencialmente. Durante esse período, continuava auxiliando o estudante do 4º ano, mas também começou a participar das aulas de uma turma de 3º ano, auxiliando a professora regente, e estudantes que possuíssem dúvidas ao decorrer da aula, seguindo essas práticas até o presente momento.

Outra vivência foi quando iniciou no ano de 2020 em uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental, em um cenário de pandemia com as aulas sendo realizadas de forma síncrona.

O trabalho desenvolvido, durante o referido ano, foi o de auxiliar a professora regente da turma nos planejamentos, ou seja, foram sugeridas atividades que poderiam ser realizadas dentro das propostas que estavam sendo trabalhadas na turma. Durante esse período as aulas presenciais não puderam retornar devido às condições de propagação do Coronavírus.

Já no início de 2021 as aulas presenciais começaram a ser retomadas, a passos lentos, e precisou-se auxiliar outra turma de 3º ano do Ensino Fundamental. O trabalho desenvolvido

continuou sendo ajudar a professora regente nos planejamentos, no entanto o planejamento foi especialmente para quatro crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem; a professora regente da turma repassava os conteúdos de cada matéria e assim a residente construía um plano de acordo com o que teria que ser trabalho na semana.

As atividades proporcionadas para as crianças durante todo esse tempo tinham o objetivo de valorizar as habilidades das crianças, bem como desenvolver e aprimorar outras. Além disso, as propostas também eram pensadas com o intuito de fugir das situações tradicionais da escola, pensando em proporcionar diferentes situações de aprendizagens para as crianças.

O terceiro relato ocorreu em abril de 2021, desde o início do programa vem auxiliando uma professora do 5º ano do ensino fundamental na disciplina de Produções Interativas, a disciplina visa trabalhar textos e produções textuais, de maneira que o estudante expresse por meio da expressão oral e escrita, desenvolvendo várias maneiras de fazer isso (vídeos, jogos, fantoches, textos, tudo que a imaginação puder criar), trabalha em conjunto com a professora, pesquisando propostas, selecionando atividades e enviando as propostas de atividades para serem desenvolvidas pelos estudantes a partir de temas solicitados pela professora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi apresentado, nota-se que o Programa Residência Pedagógica é um dos programas de grande importância na vida acadêmica, pois agrega muito conhecimento aos residentes, inserindo-os nas regências de turmas e intervenções pedagógicas, o que contribui não só para os estágios obrigatórios, mas também para a vida profissional futura.

Um dos maiores desafios da prática docente no RP no momento atual, foi o ensino remoto, adotado em meio a pandemia do Covid-19, que trouxe diversas mudanças para o cenário educacional.

O período remoto foi marcado com a utilização de tecnologias como aliadas em sala de aula, as desigualdades de acesso as tecnologias digitais, a valorização do professor e a importância da participação da família no processo educacional, todos de extrema importância para que ocorra uma aprendizagem significativa nesse período tão crítico de pandemia.

Desse modo, percebeu-se que os objetivos do programa RP estão sendo atingidos, além de estar possibilitando aos acadêmicos reconstruírem suas práticas, observando o período em que a educação se encontra atualmente. A pandemia deixou a mostra muitas desigualdades, as quais estavam presentes, mas nem todos conseguiam enxergar, fazendo com que todos percebessem que é importante continuar lutando não só agora, mas também contra a evasão escolar e os impactos no período pós-pandemia.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, A. C. F; ROCHA, D. S. Covid 19 e Educação: Resistências, Desafios e (Im)Possibilidades INSS 2675-1291- DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/encantar.v2.0010>. **Revista Encantar** - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-11, jan./dez. 2020.

BRASIL. **Programa de Residência Pedagógica**. Brasília, DF. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 15 jun. 2021.

COSTA, A. E. R.; NASCIMENTO, A. W. R. Os desafios do ensino remoto em tempos de pandemia no Brasil. **Educação como (re)Existência**: mudanças, conscientização e conhecimento. Maceió, AL. Out. 2020. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD4\\_SA19\\_ID6370\\_30092020005800.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA19_ID6370_30092020005800.pdf) Acesso em: 20 jun. 2021

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. **Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife**. Revista UFG, 2020, v.20.

SANTOS, E. et al. A importância do Programa de Residência Pedagógica na formação de professores no Instituto Federal Farroupilha-Campus São Vicente do Sul. **Insignare Scientia**. [S.I.], vol. 3, n. 1. Jan./Abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/RIS/article/view/11018>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SILVA, E. H. R. et al. Pedagogia da Pandemia: Reflexões sobre a educação em tempos de isolamento social. **Latino-Americana de Estudos Científicos**. [S.I.]. [201?]. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/31695/21265>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SOUZA, E. P. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. [S.I.], vol. 17, n. 30. Jul/Dez 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7127/5030> Acesso em: 16 jun. 2021.

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES. **Residência Pedagógica**. Disponível em: <https://www.reitoria.uri.br/pt/page/residencia-pedagogica>. Acesso em: 20 jun. 2021.

# ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DAS CAPAS E ILUSTRAÇÕES DOS LIVROS DIDÁTICOS

Tainá de Oliveira<sup>1</sup>  
Tauana Larissa Ulkovski<sup>2</sup>  
Karlislei Aline Morganti Sadoski<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O assunto predominante nessa análise visa sobre o estudo do Décimo Primeiro Capítulo do Livro *As Belas Mentiras: Capas e Ilustrações*, da autora Maria de Lourdes Chagas Deiró Nosella, em contrapartida com as ilustrações e capas presentes nos livros didáticos e a importância dos mesmos no processo de ensino e aprendizagem, o mesmo tem como objetivo principal analisar as convergências e as divergências, apresentadas, podendo fazer relações e comparações entre ambas as obras. A hipótese da autora é que os textos de leitura transmitem a ideologia da classe dominante à classe dominada como sendo uma visão única e verdadeira. Como metodologia optou-se pela leitura sistematizada das principais ideias das autoras e também a pesquisa de livros didáticos e a análise dos ambos.

Pode-se afirmar que há muitas formas de ler o mundo e uma delas é por meio das imagens que estão presentes diariamente na vida das pessoas. No que diz respeito as ilustrações nos livros didáticos e literários, é de extrema importância fazer o uso das mesmas, como metodologia utilizada em sala de aula, podendo auxiliar em explicações de um novo conteúdo ou até mesmo sendo o ponto de partida para esses novos aprendizados, o livro didático vem sendo usado como principal instrumento de apoio pedagógico e intelectual do professor e única fonte de estudo e pesquisa para muitos estudantes, o que faz do mesmo um recurso insubstituível no cotidiano escolar.

### **Uma primeira abordagem sobre o livro *As Mais Belas Mentiras: Ideologia Subjacente aos Textos Didáticos***

O livro *As Belas Mentiras: A Ideologia Subjacente aos Textos Didáticos*, da autora Maria de Lourdes Chagas Deiró Nosella, é o resultado de uma pesquisa realizada durante o mestrado da autora, o objetivo desta pesquisa seria demonstrar uma forte presença de ideologias dominantes presentes nos livros didáticos e a influência que as mesmas exercem na formação dos estudantes das séries iniciais, a autora trata sobre diferentes aspectos como: família, escola, Pátria, ambiente, trabalho, pobres e ricos, virtudes, “explicações científicas”, índios e sobre capas e ilustrações, que será o assunto predominante neste artigo.

Segundo Nosella “pretende-se pôr em evidência a utilização da educação como instrumento mediante o qual se transmite a ideologia da classe dominante que é introjetada inconscientemente pela classe dominada” (NOSELLA, 1978, p.11), a partir disto pode-se perceber a grande influência dos conteúdos ideológicos que moldam a personalidade dos estudantes. Nosella (1978, p.23) complementa o conceito de ideologia com as seguintes considerações:

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. Professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Erechim.

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. Auxiliar de Desenvolvimento Infantil na Rede Particular de Ensino de Erechim.

<sup>3</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

Poderá estar a serviço da dialética da História – explicitando as contradições – como poderá exercer uma função conservadora – camuflando as contradições objetivas. No primeiro caso, tem-se uma ideologia objetiva; no segundo uma ideologia falsa e mistificadora

Os textos de leitura transmitem a ideologia da classe dominante sobre a classe dominada como sendo uma visão única e verdadeira, as ilustrações encontradas nos livros didáticos, na maioria das vezes, são distintos da realidade, mostram uma visão única de algo que de fato não acontecem e reforçam a ideologia dominante.

A escola é o primeiro local social ao qual as crianças participam, a mesma permite interações pessoais e em grupos, por meio das interações as crianças criam novas experiências, desenvolvem suas habilidades e evoluem significativamente, a autora tem como objetivo demonstrar os propósitos por trás das mensagens ideológicas trazidas pelos textos e ilustrações dos livros didáticos e a influência que os mesmos podem causar, logo na introdução a autora traz que:

Tudo isso se passa numa idade em que as crianças não possuem ainda discernimento para poderem adotar, ou não, qualquer ideologia, segundo suas opções pessoais, tendo assim seus valores, seus conceitos e sua visão de mundo determinados totalmente pela que domina. (NOSELLA, 1978, p. 13)

Os livros didáticos trazem muitas coisas como sendo boas, normais e iguais, todas as pessoas vivem em cenários diferentes, condições econômicas diferenciadas, tem oportunidades diversificadas e muitas vezes na escola o trabalho com o livro didático se dá, da mesma forma, tratando tudo como positivo, como o “caminho para o sucesso”, as crianças criam a sua visão de mundo a partir do que está ali retratado, e não tem oportunidade de questionar o que está escrito expressando suas opiniões diferenciadas. Os textos são considerados “perfeito demais para ser verdadeiro” (NOSELLA, 1978, p.33).

Nosella (1978, p. 181) traz em seu livro referente as ideologias da classe dominante as seguintes considerações:

Numa sociedade capitalista, onde a função de tais textos tem sido a de veicular a ideologia da classe dominante, com o objetivo de reproduzir as condições de dominação e exploração da classe dominada, as esperanças de libertação mediante a escola (enquanto aparelho do Estado) são mínimas.

A autora sugere que os livros didáticos sejam mais críticos e mostrem a realidade das coisas como elas são, mesmo que esta realidade seja de boas condições ou não. Na introdução de sua pesquisa a autora expressa que:

Tudo isso se passa numa idade em que as crianças não possuem ainda discernimento para poderem adotar, ou não, qualquer ideologia, segundo suas opções pessoais, tendo assim seus valores, seus conceitos e sua visão de mundo determinados totalmente pela que domina. (NOSELLA, 1978, p. 13)

É preciso repensar algumas práticas e observar o que de fato os livros didáticos tem como objetivo a ser repassado aos estudantes e de que forma o professor tem mediado esta prática.

## **Relação entre as capas e ilustrações apresentados por Nosella e os livros didáticos atuais**

Em sua obra “As Belas Mentiras”, a autora apresenta a maior parte dos livros com capas e ilustrações em preto e branco, lugares visivelmente bonitos, ilustrações irreais da natureza, onde é possível que as plantas e animais sorrissem, as crianças estão sempre felizes e brincam harmonicamente, sem nenhum conflito em uma natureza deslumbrante, os rios estão sempre limpos, não há poluição nenhuma nesses ambientes, segundo a autora os objetivos desses textos “é sempre o de dissimular os sérios problemas ecológicos criados pelas relações de produção da sociedade capitalista” (NOSELLA, 1978, p. 110).

No livro, o ambiente descrito é constituído pela natureza, com os rios, as matas, o mar, as árvores, os animais. Há uma descrição do campo e da cidade com suas respectivas vidas, onde no campo os agricultores vivem felizes, as crianças adoram a vida no campo e os animais, além da inexistência do êxodo rural. Já a cidade, é descrita com suas várias ruas/avenidas, bairros, lojas, onde a cidade e o campo são diferentes, mas interdependentes de maneira harmônica. A autora traz um grande enfoque na natureza, apresentando ela de forma romântica, descrevendo a presença de seres fantasiosos, onde os elementos da natureza comunicam entre si, além de seres fantásticos, poéticos e mágicos.

Os professores na maior parte dos livros aparecem como autoritários, “se baseiam no modelo autoritário e repressivo da escola, onde a disciplina é mais valorizada do que a curiosidade” (NOSELLA, 1978, p. 166), pessoas que apenas ditam regras e o estudante obedece, alguém que ensina e o estudante alguém que tem a obrigação de aprender, sem ao menos poder questionar, debater, trocar ideias com os colegas sobre o que lhe é ensinado, onde a disciplina é mais valorizada do que o interesse, as necessidades e a criatividade das crianças, eles apenas reproduzem o que ouvem e não podem pensar e/ou dizer algo diferente disso, “o objetivo é transformá-lo em seres quietos, passivos e uniformes” (NOSELLA, 1978, p. 70).

Tendo em vista que “uma imagem sempre constitui uma mensagem para o outro, mesmo quando esse outro somos nós mesmos” (JOLY, 1994, p. 55), as imagens conseguem carregar consigo uma infinidade de significações, as capas e ilustrações também apresentam uma sociedade capitalista, onde a ideologia está vinculada com a classe dominante, com o objetivos de reproduzir as condições de dominação e exploração da classe dominada, ocultando as discriminações socioeconômicas existentes, colocando todos com um mesmo nível de igualdade, igualdade essa que fica apenas no papel, pois todas as crianças não tem as mesmas condições de acesso para educação, cada uma parte de um ponto, a partir das suas vivências, das suas condições, do ambiente em que está inserida.

A partir da análise de alguns livros didáticos atuais de História e Geografia, os mesmos mudaram em alguns aspectos, como por exemplo a maior parte das capas e ilustrações passaram a ser coloridas, em espaços diferentes onde as crianças são colocadas como protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, onde podem estar criando, pesquisando, explorando as diversas possibilidades que um mesmo espaço pode proporcionar, seja ele dentro ou fora da sala de aula, a questão tecnológica que é muito presente nos dias atuais, saindo assim do ensino tradicional e utilizando esse recurso e prol do aprendizado, o que ainda é um desafio presente nas escolas, pois nem todas as crianças tem acesso a esses recursos e o único contato que possam vir a ter é no ambiente escolar. Outro ponto a ser destacado é a diversidade presente na representação das crianças e adultos.

Assim como houve mudanças em alguns, para outros as semelhanças com o livro de Nosella, são grandes, alguns livros ainda apresentam um espaço fora da realidade atual, alguns apresentam apenas a sala de aula como ambiente de conhecimentos e aprendizagem,

ainda vinculada a classe dominante, reproduzindo realidades muito distintas do que a das crianças.

### **A importância do Livro Didático no processo de ensino e aprendizagem**

O livro didático faz parte da cultura e memória visual de muitas gerações, e após tantas transformações na sociedade, ele ainda se faz presente sendo muito relevante para os estudantes, pois contribui no processo de ensino-aprendizagem. Sem desconsiderar seu papel ideológico, o livro didático também tem como objetivo chamar a atenção, provocar um tipo de ação dos alunos a promover a leitura e o entendimento da realidade a qual ele apresenta. (MARQUES; ECCO, 2017, p. 39).

O livro não é uma invenção recente da humanidade, há registros em que falam que desde a Antiguidade ensina-se através de textos, especialmente pelos livros sagrados. Os livros eram lidos publicamente e os ouvintes levados a memorizar os textos. No Brasil, a introdução dos livros didáticos foi feita pelos jesuítas, orientados pelas diretrizes do Ratio Studiorum. (MARQUES; ECCO, 2017, p. 39-40).

Com o tempo, os docentes começaram a modificar sua prática, utilizando outras metodologias, como as atividades práticas, porém o livro didático ainda ocupa um papel central no ambiente escolar, mesmo com outros materiais disponíveis em algumas escolas, como recursos tecnológicos, ele é um dos principais materiais do ensino e aprendizagem no contexto escolar.

O livro didático faz parte da cultura e da memória visual de muitas gerações e pode ser definido como um produto cultural híbrido, que se encontra no “cruzamento da cultura, da pedagogia, da produção editorial e da sociedade” (STRAY, 1993, apud FREITAS; RODRIGUES, 2007, p. 2)

É um material importante do cotidiano escolar, que pode influenciar diretamente os processos de ensino e aprendizagem, é uma fonte indispensável de mediação e conhecimento, ao mesmo tempo que é um apoio aos professores como apoio pedagógico, auxiliando na sua prática, também serve de complemento e fixação de conteúdos, seja por meio de atividades, textos e/ou imagens presentes no mesmo. O livro didático é importante para o estudante, pois traz benefícios para ele. Nas palavras de Dante (1996, p. 63): “Em geral, só a aula do professor não consegue fornecer todos os elementos necessários para a aprendizagem do aluno, uma parte deles como problemas, atividades e exercícios pode ser coberta recorrendo-se ao livro didático.”

Mas também por outro lado, cabe aos professores a responsabilidade de utilizarem esse recurso de forma adequada e não deixar que ele seja esquecido, pois conforme salienta Romanatto (1987, p.85):

O livro didático ainda tem uma presença marcante em sala de aula e, muitas vezes, como substituto do professor quando deveria ser mais um dos elementos de apoio ao trabalho docente. Um livro que promete tudo pronto, tudo detalhado, bastando mandar o aluno abrir a página e fazer exercícios, é uma atração irresistível. O livro didático não é um mero instrumento como qualquer outro em sala de aula e também não está desaparecendo diante dos modernos meios de comunicação.

Nesse sentido, deve-se ter em mente que muitos livros didáticos apresentam erros, outros são tomados de preconceitos, mas há vários deles bem prontos e acabados. Em tempos de escolhas, é preciso ler com cuidado, pois a escolha do material didático é fundamental para um bom desempenho em sala de aula. Atualmente existem alguns critérios utilizados pelo Ministério da Educação (MEC) para a escola dos livros didáticos nas escolas, esse processo

ocorre por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Segundo o portal do MEC:

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. (BRASIL, 2017)

O PNLD tem como objetivo levar material didático adequado para cada nível educacional para todos os estudantes da rede pública, o mesmo é escolhido pelo professores, pois são eles quem sabem qual será o livro mais adequado e que poderá ser mais aproveitado para sanar as dúvidas, dentro da realidade de cada escola, por isso deve ser escolhido de forma minuciosa.

Assim como a escola, os livros didáticos devem trazer o respeito a diversidade como algo presente em sua metodologia de ensino, valorizando a todos e não permitindo a discriminação, fazendo com que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de uma maneira natural, trazendo as diferenças de todos em prol de novos aprendizados, valorizando e fazendo relações entre os aspectos apresentados pelos livros didáticos e as vivências de cada indivíduo presente no ambiente escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O livro didático é um instrumento muito importante para o ensino, por isso deve ser analisado e escolhido com muito cuidado para que possa trazer outras possibilidades aos estudantes. As comparações realizadas entre o livro *As Belas Mentiras* e os outros 10 livros didáticos de História e Geografia, possibilita perceber que apesar de ter ocorrido muitas mudanças ao longo do tempo, muitos aspectos ainda são semelhantes. Atualmente a maior parte dos livros possuem capas coloridas, colocam a criança como centro do planejamento, percebendo seus interesses, suas facilidades e dificuldades, tornando-o um explorador de espaços, culturas e de novos conhecimentos, trazem cada vez mais aspectos tecnológicos, porém muitos ainda são parecidos com os livros citados em *As Belas Mentiras*, trazendo uma realidade totalmente diferente da criança, utilizando imagens que representam um padrão de vida muito alto, o que não é a realidade da maior parte da população, principalmente das crianças que estudam em escolas públicas do Brasil, lugares visivelmente bonitos e organizados.

Muitos aspectos dos livros didáticos atuais, trazem as tecnologias como novo recurso que pode ser utilizado em prol da educação, mas levando em conta as desigualdades existentes na sociedade brasileira, isso nem sempre é possível, e quando ofertada nas escolas, na maioria das vezes não é utilizada e explorada da maneira correta, algumas vezes por falta de preparação dos professores, que não são capacitados em relação a tecnologia, outras por não terem aparelhos funcionando para todos, ou em outras vezes é utilizado de forma livre, apenas para jogos, levando em conta que muitos dos livros atuais aqui citados oferecem jogos online e materiais para pesquisa, para fixar a matéria aprendida nas aulas, é um, a perda muito grande para o ensino e aprendizagem das crianças.

Mesmo depois de quase 40 anos, algumas capas e ilustrações retratadas em *As Belas Mentiras*, ainda parecem ser tão atuais, pois a educação está avançando de forma muito lenta, mas mesmo com poucas mudanças, o que foi conquistado é muito significativo para que possa ser conquistado ainda mais mudanças e avançar cada vez mais nessa área que é tão importante para toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Edital de Convocação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. 2017. Disponível em: Acesso em: 16 de junho de 2021.

DANTE, L. R. Livro Didático de Matemática: Uso ou Abuso? In: **Em aberto**. Brasília, v.26, n.69, p.52-58, jan/mar. 1996

FREITAS, N. K.; RODRIGUES, M. H. **O livro didático ao longo do tempo**: a forma do conteúdo. CEART-UDESC, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revistadapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melissa-neli.pdf>. Acesso em 16 de junho de 2021.

JOLY, M. **Introdução à análise de imagens**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

MARQUES, F. F.; ECCO, I. **Desvelando belas mentiras**: alienação e ideologia nos livros didáticos. Erechim: EdiFAPES, 2017. 131 p. ISBN 9788578921224.

ROMANATTO, M. C. **O Livro Didático**: alcances e limites. Disponível em [http://www.sbempau lista.org.br /epe m/anais/mesas\\_redondas/ mr19-Mauro.doc](http://www.sbempau lista.org.br /epe m/anais/mesas_redondas/ mr19-Mauro.doc) . Acesso em 16 junho de 2021.

# A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Bruna Zanella<sup>1</sup>  
Gabriela Birck<sup>2</sup>  
Maiara Perka<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O artigo *Leitura na Educação Infantil* tem como objetivo mostrar contribuições que auxiliam a criança no seu desenvolvimento cognitivo e emocional, mostrando formas de leitura que atraia ela desde bebê, para assim tornar-se um leitor assíduo e crítico.

A pesquisa foi realizada analisando vários autores brasileiros e estrangeiros que são pesquisadores na área da Leitura, Literatura na Educação Infantil e da própria Educação Infantil. Tivemos questionamentos e discussões se realmente a criança sabia ler antes de ser alfabetizada, lendo artigos e textos por eles escritos.

Nesta descrição apresentamos uma pesquisa feita apoiada nos seguintes autores: Abramovich que estudou sobre a leitura infantil e sua importância na vida da criança, Vygotsky, psicólogo que estudou a zona de desenvolvimento infantil e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, questionando se a criança sabe ler antes de ter o domínio da leitura e da escrita.

O presente artigo está dividido nas seguintes seções: *Literatura Infantil*, em que explicamos o que é e como surgiu a literatura infantil. *Leitura Infantil*, o seu conceito e a importância da mesma na vida da criança. *Educação Infantil*, qual o seu conceito e quem é o público atingido por este nível escolar, em que questionamos se a criança sabe ler antes de ter o domínio do código escrito, em que supomos que a criança já sabia ler antes de ter este domínio. Esperamos que possamos contribuir para a reflexão e a discussão sobre o assunto aqui analisado.

## Literatura Infantil

Pode-se começar definindo *Literatura Infantil* segundo o pensamento de Cunha: “A história da literatura infantil tem relativamente poucos capítulos. Começa a delinear-se no início do século XVIII, quando a criança deveria ser considerada um ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias, pela necessidade de distanciar-se da vida dos mais velhos e receber uma educação especial, que a preparasse para a vida adulta” (CUNHA, 1999, p. 22). A literatura infantil originou-se nas fábulas especialmente nas orientais, que foram transmitidas às gerações posteriores, oralmente, desde séculos antes de Cristo. Os escritores de contos infantis, ainda hoje, vão buscar inspiração para suas obras, em histórias contadas pelo povo árabe, persas, indianos, judeus e egípcios. A fábula é uma das expressões folclóricas, assim como as cantilenas e as histórias populares tinham o objetivo de ensinar a vida, a moral, a política, a religião por meio de proezas de heróis e bandidos.

Portanto, a literatura infantil segundo Sosa (1978, p. 13) “não nasceu infantil”, pois tendo se originado das fábulas, eram histórias dirigidas aos adultos com fim de ensinamento morais, sociais, religiosos e políticos. Foi muito difícil introduzir a literatura infantil no mundo literário, pois as crianças, assim como a mulher, não eram respeitadas e nem vistas

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

<sup>3</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

como parte da população humana, e como tal não eram dignas de preocupação e atenção do adulto, sendo marginalizadas. Conforme Lajolo e Zilberman (1985), os primeiros livros infantis foram publicados por volta do século XVIII, época em que a literatura era considerada mercadoria, em especial para a sociedade aristocrática. Anteriormente, apenas durante o classicismo francês, no século XVII, foram escritas histórias apropriadas à infância: as fábulas, de La Fontaine, editadas entre 1668 e 1694, As aventuras de Telêmaco, de Fénelon, lançadas em 1717, e os Contos da Mãe Gansa, Charles Perrault publicou em 1697, pois antes disso não se escrevia para crianças, pois não existia o que chamamos hoje de “infância”, as crianças e os adultos compartilhavam dos mesmos eventos sociais.

Foi com o advento de uma nova classe social, a burguesia e a valorização de um modelo familiar burguês em que a criança ganha um enfoque de reprodução da classe, por isso um interesse maior na sua educação e na transmissão de valores burgueses. A literatura infantil nasce então neste momento com o intuito de transmitir os valores desse novo modelo familiar centrado na valorização da vida doméstica, fundada no casamento e na educação de herdeiros.

Segundo Nelly Novaes Coelho a Literatura Infantil é: Abertura para a formação de uma nova mentalidade, além de ser um instrumento de emoções, diversão ou prazer, desempenhada pelas histórias, mitos, lendas, poemas, contos, teatro, etc., criadas pela imaginação poética, ao nível da mente infantil, que objetiva a educação integral da criança, propiciando-lhe a educação humanística e ajudando-a na formação de seu próprio estilo (COELHO, 1991, p. 5). Sosa (1978, p. 19) define literatura infantil como “um dos aspectos da literatura dentre as várias modalidades artísticas”, é a literatura que se preocupa com histórias para crianças, é forma literária voltada para a psique infantil, com vocabulário adequado ao conhecimento e à compreensão da criança. Encontra-se, também, essa preocupação de cunho psicológico na definição de Bruno Bettelheim (2007, p. 12) que entende por literatura infantil aquela que objetiva “desenvolver a mente e a personalidade da criança” e não só divertir e informar; como a que se deve ter significado para a criança, isto é, transmitir as experiências da vida. Ainda segundo o mesmo autor, a literatura principalmente a dos contos de fadas é o melhor caminho para ensinar o “significado” para a criança, uma vez que ao ouvir uma história a criança, também, pode conhecer os padrões morais de uma sociedade.

A Sociedade Brasileira de Pediatria recomenda que as mães leiam em voz alta para os seus filhos ainda na barriga, pois o cérebro começa a desenvolver-se dentro do útero, embora ela não entenda as palavras, ela sente que alguém está comunicando-se com ela e, ainda Oliveira (1996), a literatura infantil deveria estar presente na vida da criança como está na sua mamadeira. Ambos contribuem para o seu desenvolvimento. Um, para o desenvolvimento biológico; outro, para o psicológico, e ambas para as suas dimensões afetivas e intelectuais. A literatura infantil influi em todos os aspectos da formação do ser humano, não só na educação, mas também nas áreas vitais como inteligência e afetividade; através da literatura pode-se promover na criança até mesmo mudanças de comportamento, de hábitos e atitudes (CUNHA, 1999). E ainda mais:

[...] a literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte; fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e real, os ideais, e sua possível/impossível realização (PEREIRA apud COELHO, 2007, p. 27).

## Leitura Infantil

Traduz-se o conceito de leitura balizado por Solé (1998, p. 24), a partir de “um processo de interação entre o leitor e o texto, em busca de uma finalidade”. O incentivo para a leitura deve começar desde cedo nas crianças. Para que isso aconteça, a criança deve gerar um vínculo afetivo com a leitura, tendo a prática de ler como um momento de prazer, eliminando o rótulo de que ler não é bom. E são os adultos que tem de incentivar o interesse e gosto pela leitura, pois: “As leituras em voz alta para crianças pequenas, nas quais elas escutam, olham, perguntam e respondem, são um meio para que entendam as funções e a estrutura da linguagem oral e linguagem escrita.” (COLOMER; TEBEROSKI, 2003, p.20).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, volume 3, reitera: “a criança que ainda não sabe ler convencionalmente pode fazê-lo por meio da escuta da leitura do professor, ainda que não possa decifrar todas e cada uma das palavras. Ouvir o texto já é uma forma de leitura” (BRASIL, 1998, p. 141) e, “a leitura de mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquela” (FREIRE, 1982, p.11).

O autor Bamberger (1995) declara que a leitura é o meio mais importante para o processo de ensino-aprendizagem, pois isso permite a construção de habilidades linguísticas para entender e interpretar os textos, ensinando o aluno a falar e escrever melhor. É através da expressão e compreensão que se transmite todas as experiências da vida das pessoas, seja por argumentar, opinar, manifestar, etc. Dessa maneira, entende-se que a leitura é fonte de conhecimento e informação, criando leitores com capacidade criativa, despertando prazer, emoções, descobertas e conduzindo uma melhor compreensão da vida e do mundo.

É indispensável contar histórias mesmo para as crianças que já sabem ler, pois para Abramovich (1997, p. 23): “quando a criança sabe ler é diferente sua relação com as histórias, porém, continua sentindo enorme prazer em ouvi-las”. No momento que as crianças maiores ouvem as histórias, aperfeiçoam a sua capacidade de imaginação, já que ouvir as histórias pode ser um estímulo ao pensar, o criar, o recriar, o desenhar, o escrever. Em um mundo hoje repleto de tecnologias, aonde as informações vêm já prontas, a criança que não tiver a oportunidade de acender seu imaginário, poderá vir no futuro, a ser um indivíduo sem senso crítico, com pouca criatividade, sem sensibilidade para compreender a sua própria realidade.

Assim, garantir a riqueza da vivência narrativa desde os primeiros anos de vida da criança colabora para o desenvolvimento do seu pensamento lógico e também de sua imaginação, que para Vygotsky (1992, p. 128) andam juntos, como ele argumenta: “a imaginação é um momento totalmente necessário, inseparável do pensamento realista”. Partindo dessa suposição, o autor realça que na imaginação a direção da consciência tende a se afastar da realidade. Esse distanciamento da realidade através de uma história por exemplo, é primordial para um mergulho mais profundo na própria realidade: “[...] afastamento do aspecto externo aparente da realidade dada imediatamente na percepção primária possibilita processos cada vez mais complexos, com a ajuda dos quais a cognição da realidade se complica e se enriquece.” (VIGOTSKY, 1992, p. 129)

O contato da criança com o livro pode ocorrer muito antes do que os adultos acreditam. Muitos pais acham que a criança que não sabe ler não se interessa por livros, e sendo assim não precisa ter contato com eles, percebendo-se que é bem ao contrário. Para Sandroni & Machado (2000, p. 12) “a criança entende, percebe desde muito cedo, que livro é uma coisa boa, que dá prazer”. As crianças bem pequenas interessam-se pelas cores, formas e figuras que os livros têm e que mais tarde, darão sentido a elas, dando nomes e identidades.

É imprescindível que o livro seja tocado pela criança, folheado, de maneira que ela tenha um contato mais íntimo com o objeto do seu interesse. A partir daí, ela começa a gostar

dos livros, nota que eles fazem parte de um mundo fascinante, onde a fantasia se mostra através de palavras e desenhos. Segundo Sandroni & Machado (1998, p.16): “*o amor pelos livros não é coisa que apareça de repente*”. É necessário ajudar a criança a descobrir o que eles podem oferecer. Assim sendo, pais e professores têm um papel essencial nesta descoberta: serem estimuladores e incentivadores da leitura. No livro *Leitura Literária na Escola* (SOUZA, R.J.; FEBA, B.L.T. (orgs.), 2011, p. 77-78) fala que as “práticas leitoras não são somente aguçadas em que o aluno decifra os códigos escritos, são também aquelas as quais envolvem as imagens e fazem com que o leitor as perceba, assimile, processe hipóteses e adquira conhecimentos sobre ela”.

Para Bamberger (1995) a criança que lê com maior desenvoltura se interessa pela leitura e aprende mais facilmente, neste sentido, a criança interessada em aprender se transforma num leitor capaz. Dessa maneira, pode-se dizer que a capacidade de ler está intimamente ligada a motivação. Infelizmente são poucos os pais que se dedicam efetivamente em estimular esta capacidade nos seus filhos. Outro fator que contribui positivamente em relação à leitura é a influência do professor. Neste contexto, cabe ao professor desempenhar um importante papel: o de ensinar a criança a ler e a gostar de ler.

### **Educação Infantil**

O termo Educação Infantil pode ser entendido em um sentido amplo, pois ele pode englobar todas as modalidades educativas vivenciadas pelas crianças com idade de 0 a 6 anos, tanto na família como na comunidade, antes mesmo de atingirem a idade da escolaridade obrigatória (KUHLMANN JR, 2004). Diz respeito tanto à educação familiar e a convivência comunitária, como a educação recebida em instituições específicas (OLIVEIRA, 2005).

Porém, se for analisada de uma forma mais restrita, a Educação Infantil indica a frequência regular a um estabelecimento educativo exterior ao domicílio, ou seja, compreende o período de vida escolar em que se acolhe pedagogicamente crianças entre 0 e 5 anos de idade no Brasil, lembrando que nesta faixa etária as crianças ainda não estão submetidas a obrigatoriedade escolar. A Constituição de 1988 define de forma clara a responsabilidade do Estado para com a educação das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas sendo como educação não obrigatória e compartilhada com a família (art. 280, inciso IV). A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) denomina a instituição educacional que atende crianças de 0 a 3 anos de Creche, e a instituição que atende crianças de 4 a 5 anos de idade de Pré-escola. De acordo com a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, o ensino fundamental passa a ser de nove anos de duração e não mais de oito, com isso as crianças de seis anos de idade deverão entrar obrigatoriamente no ensino fundamental e não mais na pré-escola (VITORIA, et al., 2007).

Segundo Oliveira (2005, p.64):

A Educação Infantil tem como objetivo proporcionar condições adequadas para promover o bem estar da criança, seu desenvolvimento físico, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular o interesse da criança pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Para fazer uma análise mais detalhada da Educação Infantil, pode-se ter um resumo das ideias de dois grandes especialistas em educação: Piaget e Vygotsky.

A obra de Piaget leva à conclusão de que o trabalho de educar crianças não se refere tanto à transmissão de conteúdos quanto a favorecer a atividade mental do aluno. Algumas escolas planejam as suas atividades de acordo com os estágios do desenvolvimento cognitivo.

Nas classes de Educação Infantil com crianças entre 2 e 3 anos, por exemplo, não é difícil perceber que elas estão em plena descoberta da representação. Começam a brincar de ser outra pessoa, com imitação das atividades vistas em casa e dos personagens das histórias. A escola fará bem em dar vazão a isso promovendo uma ampliação do repertório de referências. Mas é importante lembrar que os modelos teóricos são sempre parciais e que, no caso de Piaget em particular, não existem receitas para a sala de aula (VITÓRIA, et al., 2007).

Já segundo Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio. Para substancialidade, no mínimo duas pessoas devem estar envolvidas ativamente trocando experiência e ideias. A interação entre os indivíduos possibilita a geração de novas experiências e conhecimento. A aprendizagem é uma experiência social, mediada pela utilização de instrumentos e signos, de acordo com os conceitos utilizados pelo próprio autor. Um signo, dessa forma, seria algo que significaria alguma coisa para o indivíduo, como a linguagem falada e a escrita (VITÓRIA, et al., 2007).

Para ocorrer aprendizagem, a interação social deve acontecer dentro da zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que seria a distância existente entre aquilo que o sujeito já sabe, seu conhecimento real, e aquilo que o sujeito possui potencialidade para aprender, seu conhecimento potencial. Dessa forma, a aprendizagem ocorre no intervalo da ZDP, onde o conhecimento real é aquele que o sujeito é capaz de aplicar sozinho, e o potencial é aquele que ele necessita do auxílio de outros para aplicar. (VITÓRIA, et al., 2007)

Os críticos de Piaget costumam dizer que ele deu importância excessiva aos processos individuais e internos de aquisição do aprendizado. Os que afirmam isso em geral contrapõem a obra piagetiana à do pensador bielorusso Lev Vygotsky (1896-1934). Para ele, como para Piaget, o aprendizado se dá por interação entre estruturas internas e contextos externos. A diferença é que, segundo Vygotsky, esse aprendizado depende fundamentalmente da influência ativa do meio social, que Piaget tendia a considerar apenas uma “interferência” na construção do conhecimento (OLIVEIRA, 2005).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, analisaram-se autores que nos ajudaram a confirmar que a criança já sabe ler mesmo antes de ser alfabetizada, pois o questionamento era se a criança já sabia ler antes de ter o domínio do código escrito, pois o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil nos diz que a criança que ainda não sabe ler pode fazer a leitura através da leitura do professor, mesmo não conseguindo decifrar todas e cada uma das palavras. Ouvir o que está sendo lido já é uma forma de leitura. Freire (1982, p.11) escreve que “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquela” e chega-se à conclusão que a criança já sabe ler antes de ter o domínio do código escrito, ou seja, antes de ser alfabetizada.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997. Coleção pensamento e ação no magistério.
- BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito de leitura**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. 22 ed. Paz e terra, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: Brasília: MEC / SEF, 1998. v. 1 e 2.

COELHO, N. N. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**: das origens indo europeias ao Brasil contemporâneo. 4 ed. Ática, 1991.

CUNHA, M. A. A. **Literatura Infantil**: Teoria e prática. 18 ed. São Paulo: Ática, 1999.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

KUHLMANN Jr., M. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. – 3. ed. - Porto Alegre: Mediação, 2004.

LAJOLO, M.; ZIBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ática, 1985.

OLIVEIRA, M. A. **Leitura Prazer**: Interação Participativa com a Literatura Infantil na Escola. São Paulo: Paulinas, 1996.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação Infantil**: Fundamentos e Métodos. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, M. S. A importância da leitura infantil nas séries iniciais. Campo Largo. **Revista Ciências da Educação**, 2007.

SANDRONI, L. C; MACHADO, L. R. – **A Criança e o livro: guia prático de estímulo à leitura**. São Paulo, Ática, 1988.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. 6 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SOSA, Jesualdo. **A Literatura Infantil**. São Paulo: Cultrix, 1978.

SOUZA, R. J. (Org.); FEBA, B. L. T. (Org.). **Leitura literária na escola**: reflexões e propostas na perspectiva do letramento. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

VITÓRIA, T.; GOSUEN, A.; CHAGURI, A. C. **Os Fazeres na Educação Infantil**. 9ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

VYGOTSKI, L. S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Martins Fontes 1992.

# AUTISMO: Ensino-aprendizagem das crianças autistas na educação infantil

Ananda Davidonis Vargas<sup>1</sup>

Carina Turski<sup>2</sup>

Rafaela Soares<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta apresentar o que é o autismo, seu significado, quais são as dificuldades que a criança com autismo apresenta e como são suas rotinas. Também abordará a observação como diagnóstico, já que não existem exames que comprovem o autismo na criança e explicará que ele está relacionado a uma síndrome na parte cognitiva.

Falará sobre como a educação é importante para a criança aprender se relacionar e se comunicar e a importância de uma formação de qualidade aos professores.

Tem como objetivo trazer conhecimentos e conscientizar os leitores sobre o autismo e sobre essas crianças estarem inseridas na sociedade.

## Autismo

O termo autismo, criado por Eugen Bleuler em 1907, conforme Roudinesco e Plon (1997, p. 43), vem do grego *autos*, que significa “o si mesmo”, ou seja, o sujeito vivendo no seu interior, em si mesmo, ausentando-se para qualquer contato com o mundo exterior. Quando muito intenso pode chegar inclusive ao mutismo. “Designa-se pelo adjetivo “autista” a pessoa afetada pelo autismo, e pelo adjetivo “autístico” tudo aquilo que caracteriza o autismo.”

“O autismo é um transtorno invasivo do desenvolvimento” (GOODMAN; SCOTT, 1997 *apud* PIAUILINO, 2008, p. 18), que afeta na progressão de áreas como interação social, comunicação, comportamento e relações pessoais.

## Histórico do autismo

O autismo está ganhando espaço nas discussões sociais atuais. Tem sido reconhecido como síndrome, o que pode ajudar na forma como a pessoa autista é tratada, em todos os aspectos. Explicando essa síndrome, o alemão Leo Kanner (1943 *apud* STELZER, 2010) diz que “toda a sintomatologia e o padrão de comportamento da criança autista é determinado pelo fato de que esta é incapaz de usar as funções executivas do ego auxiliar do parceiro simbiótico, a mãe, para orientá-lo no mundo externo e no mundo interno”.

“O termo “autismo” foi inicialmente introduzido na literatura médica por Eugen Bleuler (1857-1939), em 1911, para designar pessoas que tinham grande dificuldade para interagir com as demais e com muita tendência ao isolamento.” (STELZER, 2010, p. 7). Leo Kanner, em 1943, descreveu pela primeira vez “distúrbios autísticos do contato afetivo”. Analisou 11 casos onde percebeu uma certa “incapacidade de relacionar-se” normalmente, bem como respostas incomuns ao ambiente, que incluíam maneirismos motores estereotipados, resistência à mudança ou insistência na monotonia, bem como aspectos não-

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

<sup>2</sup> Licenciada em Pedagogia pela UNIDEAU

<sup>3</sup> Licenciada em Pedagogia pela UNIDEAU

usuais das habilidades de comunicação da criança, tais como a inversão dos pronomes e a tendência ao eco na linguagem (ecolalia). (KLIN, 2006, p. 4).

Segundo Klin (2006), acreditava-se, durante os anos 50 e 60 do século passado, que “o autismo era causado por pais não emocionalmente responsivos a seus filhos”. Só no início dos anos 60 começou a surgir ideia de que o autismo era um transtorno cerebral, que poder-se-ia encontrar nas pessoas independentemente de suas classes sociais, condições financeiras, cor, raça, descendência ou nacionalidade. Sabendo, hoje, que trata-se de uma síndrome, e que não há possibilidade de mudar ou transformar a vivência social dos autistas, a hipótese de ser culpa dos pais, ou da indiferença durante a gestação, falta de estímulo, enfim, é descartada, mesmo que todas essas coisas podem interferir na formação de uma criança normal.

Um marco na classificação desse transtorno ocorreu em 1978, quando Michael Rutter propôs uma definição do autismo com base em quatro critérios: 1) atraso e desvio sociais não só como função de retardo mental; 2) problemas de comunicação, novamente, não só em função de retardo mental associado; 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; e 4) início antes dos 30 meses de idade (KLIN, 2006, p.4).

### **Comportamento, diagnóstico e tratamento**

A criança com autismo tem dificuldade nos relacionamentos, entretanto, tem uma boa relação com seus pais, apesar de interagir limitadamente. É normal que a pessoa com autismo não mantenha uma conversação, isso gera dificuldade de comunicação (PIAUILINO, 2008). Por esse motivo, deve-se dar mais atenção, e ter um maior cuidado nessas relações, para que se perceba os interesses do autista e suas vontades através de ações e reações que ele tenha, e, assim, conseguir conviver de forma mais agradável e igualitária.

Os autistas são resistentes à mudança, e mantém rotinas. No caso das crianças autistas, preferem brincadeiras de alinhamento/ordenamento de objetos e cores, e costumam brincar com objetos que não chamam a atenção de outras crianças, como zíperes, embalagens, etc. Raramente brincam utilizando a imaginação, quando acontece, é restrito e limitado, com auxílio de histórias, desenhos, entre outros (PIAUILINO, 2008).

Segundo Piaulino (2008), a criança com autismo apresenta comportamentos como, por exemplo, usar as pessoas como ferramentas, resistência à mudanças de rotina, não se misturar com outras crianças, não manter contato visual, agir como se fosse surda, resistir ao aprendizado, rir em momentos não apropriados, resistir ao contato físico, hiperatividade, apego não apropriado a objetos, às vezes pode ser agressivo e destrutivo, não demonstra medo de perigos, indiferença e girar objetos de maneira bizarra e peculiar.

Como não existem exames para diagnosticar o autismo, é realizado por meio de observação de comportamento (MELLO, 2005). O diagnóstico auxilia e facilita na comunicação social, uma vez que sabe-se, ou tem-se uma breve ideia, como o autista pensa e compreende o mundo. Segundo MELLO (2005), é uma síndrome que se caracteriza quando três desvios qualitativos aparecem juntos, na personalidade da pessoa, sendo eles na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. Pode manifestar-se desde os primeiros dias de vida, todavia, geralmente é percebido depois dos três anos de idade, quando a criança, normalmente, começa a se comunicar e demonstrar sentimentos.

“Os sintomas variam bastante, o que explica por que atualmente se refere ao autismo como um espectro de transtornos; o autismo manifesta-se de diferentes formas, variando do mais alto ao mais leve comprometimento intelectual” (PIAUILINO, 2008, p. 20). Pode ser diagnosticado como autismo, mas também recebe outros nomes como Síndrome de Rett e Síndrome de Asperger.

Depois de diagnosticado e reconhecido como autismo, é importante que se busque um tratamento. Não se pode curar o autismo, mas existem cuidados e atividades específicas que podem diminuir os sintomas. Quanto mais cedo for diagnosticado e “tratado”, melhor serão os resultados. Segundo Piaulino (2008), podem ser usados medicamentos que reduzem a hiperatividade, porém aumentam atos repetitivos, que podem ser reduzidos por doses baixas de neurolépticos. Sua dosagem alta reduz a hiperatividade, a retração e a instabilidade emocional. Podem desenvolver-se intelectual e cognitivamente, bem como suas habilidades, com a ajuda de professores especializados, psicopedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, musicoterapeutas, terapeutas ocupacionais, etc. Em alguns casos, dietas especiais, como não ingerir derivados de leite, por exemplo, ajudam algumas crianças.

### **Educação no autismo**

O autismo está relacionado a uma síndrome, que por ventura atinge a capacidade cognitiva das pessoas. A educação é uma grande aliada quando associada a interação de crianças autistas com as demais, pois é importante observar como uma criança autista se relaciona, se comunica, como é o processo de aprendizagem, bem como a linguagem que ela desenvolverá com os outros colegas. É deveras importante que a escola juntamente com os professores e a família estejam interessados a procurar metodologias que envolvam a inclusão escolar. “O conceito de inclusão deve estar contemplado no projeto pedagógico da escola. Atividades com esse propósito se encaixam no dia-a-dia dos professores e alunos e tendem a dar resultados a longo prazo” (CAVALCANTE, 2006, p. 164).

O nível de aprendizagem de uma criança autista é lento e gradativo é preciso que o professor esteja interessado a ensinar com muita atenção e sensibilização, portanto é necessário que o autista se sinta seguro no ambiente que está inserido. A escola deve atender a todas as necessidades da criança autista.

O conteúdo do programa de uma criança autista deve estar de acordo com seu potencial, de acordo com sua idade e de acordo com o seu interesse. Se a criança estiver executando uma atividade nova de maneira inadequada, é importante a intervenção rápida do professor, mesmo que para isso seja necessário segurar a mão da criança ou até mesmo dizer-lhe a resposta. (PEETERS, 1998, p.154).

A criança autista exige muito do educador que a acompanhará durante o ano letivo. O professor deve ter a devida formação, conhecendo do que se trata a síndrome, para poder ensinar a criança e ao mesmo tempo respeitar o seu tempo e espaço, pois não se trata de uma criança dita como “normal”, o autista irá precisar do empenho do seu professor para que juntos consigam superar barreiras e pré-conceitos estabelecidos.

Esta tarefa educativa é provavelmente a experiência mais comovedora e radical que pode ter o professor. Esta relação põe à prova, mais do que nenhuma outra, os recursos e as habilidades do educador. Como ajudar aos autistas a aproximarem-se de um mundo de significados e de relações humanas significativas? Que meios podemos empregar para ajudá-los a comunicarem-se, atrair sua atenção e interesse pelo mundo das pessoas para retirá-los do seu mundo ritualizado, inflexível e fechado em si mesmo? (RIVIÈRE, 1984, p. 164).

Segundo Gauderer (1987), as crianças com autismo, em geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas quando participam de um programa intenso de aulas parecem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e a aprendizagem.

Muitas vezes ausência de respostas das crianças deve-se a falta de compreensão do que está sendo exigido e não de uma atitude de isolamento e recusa proposital. A contínua falta de compreensão do que se passa ao redor, aliada à escassa oportunidade de interagir com crianças “normais” é que conduziria ao isolamento, criando, assim, um círculo vicioso. (BAPTISTA; BOSA, 2002, p.32).

A criança autista observa e compreende o mundo diferentemente da criança normal. Portanto, o professor deve realizar atividades diferentes, que integre as crianças, desperte a curiosidade, facilite a comunicação e interação, e ensine. No livro "Educando pessoas com autismo para conviver em sociedade", Piauilino (2008, p. 62-63) pontua considerações na seleção de atividades:

- Eles não aprendem por meio da exploração. Portanto, todas as atividades propostas devem visar sempre ao aprendizado ou ao desenvolvimento da independência;
- A independência é um aprendizado, já que esse aluno tem muita dificuldade em fazer escolhas, mesmo as atividades independentes. Durante muito tempo, devem ser dirigidas, isto é, o aluno deve aprender a fazer atividades, sozinho, mas elas devem ser colocadas em uma rotina de trabalho.
- As atividades devem ser selecionadas para atender dois objetivos:
- Independência - neste caso, a atividade selecionada deve ser possível de ser executada facilmente pela criança, sem ajuda, com apoio apenas da organização dos materiais;
- Aprendizado - neste caso, o aluno e professor se sentam frente a frente para que o professor possa ensiná-lo;
- As atividades propostas devem ser muito curtas no início, pois a resistência ao tempo de trabalho faz parte do aprendizado do autista;
- Cuidado para que a atividade proposta não contenha mais de uma proposta nova por vez;
- As atividades devem ser organizadas de forma a comunicar visualmente;
- No início, a criança nunca deverá desfazer um trabalho que acabou de fazer;
- Lembrar sempre que, se for ensinar uma nova rotina a uma criança, deve escolher uma atividade muito fácil para que você e ela possam concentrar-se na rotina;
- A atividade deve ser feita sempre no mesmo sentido da escrita, ou seja, da esquerda para a direita e/ou de cima para baixo. Deve-se ter um cuidado especial na situação de aprendizado para não alterar essa ordem. Isso é apenas uma convenção para simplificar as atividades para o aluno.

O professor deve estar sempre atento, pois a criança autista tende, em muitas vezes, ficar irritada quando não gosta de alguma situação, resultando em atitudes como a de morder e bater em seus colegas. Nestas ocasiões o professor deve estar preparado para intervir e pensar no que a incomodou. A criança deve ser estimulada por seu professor a realizar as atividades propostas, cabe ao professor organizar a melhor forma do aluno interagir.

Diante disso, a escola também deve estar preparada para receber a criança autista em seu meio, que não deve apresentar mudanças, bem como o seu educador, uma vez que o autista tem dificuldade em se adaptar ao mundo externo e sofre com isso. O ambiente escolar deve ser calmo e agradável. É importante que o autista compreenda o processo escolar como parte de sua rotina, e o professor deve estar incluso nela, mas isso não pode ser uma barreira para a criatividade do educador, que pode usar o sol, a chuva, as árvores como estímulo para que a criança tenha contato e percepção do meio em que vive, pois quando a comunicação verbal não é suficiente, o contato físico pode ser explorado (PIAUILINO, 2008, p. 86).

O principal canal de aprendizado da criança com autismo é o visual, portanto, faz-se necessário que o professor utilize materiais concretos em suas técnicas, valorizando as cores, tamanhos, espessuras, animais, pessoas, meio ambiente. Por outro lado, a sala de aula deve ter pouca estimulação visual para que a criança não desvie sua

atenção da atividade em andamento. [...] A utilização da música, também traz resultados surpreendentes no trabalho educacional com autistas, tanto na efetivação de atividades pedagógicas específicas, como apenas servindo de fundo musical, na realização de outras atividades pedagógicas. (PIAULINO, 2008, p. 86).

De acordo com Piaulino (2008) as crianças com autismo se sentem mais confortáveis com rotinas, elas precisam ter o dia estruturado e professores firmes. Segundo ele, as imagens são as primeiras linguagens do autista, e os substantivos são as palavras mais fáceis de aprender, porque podem ser relacionadas com imagens. “Devem-se evitar instruções verbais longas. Pessoas com autismo têm problemas de lembrar sequências”, afirma o auotr (2008, p. 74), e ainda propõe que “se a criança sabe ler, escreva as instruções no papel”.

O professor deve estar sempre atento e observar continuamente seus alunos, pois, como exemplifica Piaulino (2008, p. 74), algumas crianças conseguem prender a atenção em determinado assunto, como trens ou mapas, e o papel do professor é saber usar isso a favor da educação, em trabalhos específicos para ensinar coisas básicas como ler, calcular, etc.

Usar materiais visuais e jogos de blocos lógicos também podem ajudar na aprendizagem da criança autista. Para a escrita, pode-se aprimorar por meio de computadores (PIAULINO, 2008, p. 75), usando a tecnologia a favor da educação. Na leitura, algumas crianças têm mais facilidade por métodos fônicos, enquanto outras, pela memorização das palavras (PIAULINO, 2008, p. 75). Cabe ao professor ter a sensibilidade em perceber, individualmente seus alunos, e aplicar aquilo que lhes for favorável.

Também deve-se ter cuidado nas atividades propostas em sala de aula, pois, segundo PIAULINO (2008, p. 75), o autista pode ficar incomodado e desconcentrar-se com sons muito altos, distrações visuais ou luzes fluorescentes.

Algumas crianças preferem trabalhar sozinhas. Para isso, “o professor pode dividir a tarefa em pequenas partes, para que o aluno possa realizá-las rápido e com prazer” (PIAULINO, 2008, p. 76). Outras, se desenvolverão melhor se o professor interagir com elas, mas é importante ressaltar que o aluno nunca deve ser forçado (PIAULINO, 2008, p. 76). Algumas crianças podem interagir melhor se as palavras lhes forem cantadas, outras, se faladas em sussurro (PIAULINO, 2008, p. 76). Por essa diversidade, o professor deve ser flexível e observador, descobrindo como cada criança se relaciona melhor, para poder ensiná-la.

Há também os autistas que não processam estímulos visuais e auditivos ao mesmo tempo, são os “mono canais”. Assim, o professor deve dar ou uma tarefa auditiva, ou uma tarefa visual. Em crianças não-verbais (mono canais) mais velhas, o tato pode ser seu sentido mais confiável, por essa razão, é preferível atividades em que a criança possa aprender tocando e sentindo (PIAULINO, 2008, p. 76).

Por todos esses fatores, toda a diversidade de ações e reações da criança autista, e toda atenção e observação indispensável para a relação aluno-professor, é essencial que a família acompanhe o desenvolvimento da criança na escola, desse modo poderá contribuir dizendo qual é a sua linguagem, o modo em que é tratada em casa e então pode orientar o autista a participar das atividades propostas por seu professor gerando daí a interação entre família/escola. A parceria entre família e escola é enfatizada pela Declaração de Salamanca Aiello (2002), e o envolvimento entre as duas partes asseguraria uma ativa participação dos pais na tomada de decisão e no planejamento educacional dos seus filhos, com a adoção de uma comunicação clara e aberta. De maneira geral, os pais têm críticas a fazer em relação às escolas, que não atendem de forma ampla às suas expectativas. No entanto, a maioria dos familiares considera que a escola é um lócus privilegiado para o desenvolvimento global dos filhos Glat, (2003). Constata-se, enfim, que, quando uma criança portadora de autismo é incluída na escola, sua família também é SERRA (2004).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da educação no meio autista é um desafio, porque a individualidade de cada criança se torna ainda mais específica, e o professor tem maior dificuldade na comunicação e sociabilização dentro da sala de aula. Sendo a educação um direito de todos, inclusive de pessoas autistas, o método de ensino-aprendizagem habitual fica isolado e abre espaço para diferentes modos de educar a criança.

Os diferentes modos de educar as crianças autistas não são conhecidos por todos os professores, uma vez que o desenvolvimento cognitivo da criança deve ser tratado de modo especial. Por isso é deveras importante entender como essas crianças se relacionam e absorvem o mundo a sua volta para poder ensinar-lhes.

## REFERÊNCIAS

AIELLO, A. L.R. **Família inclusiva**. In: PALHARES, M.S; MARINS, S.C.F. Educação Inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

BAPTISTA, C. R.; BOSA C. **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre, Artmed, 2002.

CAVALCANTE, M. **Inclusão**: A sociedade em busca de mais tolerância. Nova Escola, São Paulo, n. 196, p. 164, out 2006.

GAUDERER, E. C. Autismo – Década de 80. Uma atualização para os que atuam na área do especialista aos pais. Ed: **Almed**, 2ª edição, 1987.

GLAT, R. e DUQUE, M. A. **Convivendo com filhos especiais**: o olhar paterno. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger**: uma visão geral. Rev. Bras. Psiquiatr., São Paulo, v. 28, supl. 1, p. s3-s11, May 2006 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462006000500002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500002&lng=en&nrm=iso). Acesso: em 11 junho 2021.

MELLO, A. M. S. R. de, **Autismo**: guia prático. 4. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2005.

PEETERS, T. Autismo: Entendimento Teórico e Intervenção Educacional. Rio de Janeiro, **Editora Cultura Médica**, 1998.

PIAUILINO, J. D. **Educando pessoas com autismo para conviver em sociedade**. Araguaína: Gráfica e editora Santa Rita, 2008.

RIVIÈRE, A. Modificación de Conducta em el Autismo Infantil. **Revista Espanõla de Pedagogia**, v. XLII, p. 164-5, 1984.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1997.

SERRA, D.C.G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos**. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, UERJ, 2004.

STELZER, F. G. **Uma pequena história do autismo**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

# OS DIFERENTES CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO E O TRABALHO COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Tauana Larissa Ulkovski<sup>1</sup>

Tainá de Oliveira<sup>2</sup>

Soraia Raimondi<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A temática desse artigo é voltada aos diferentes campos de atuação do pedagogo e o trabalho com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), seja ele em espaços formais ou não formais de educação. Esse estudo tem como objetivo apresentar diferentes questões, a serem analisadas em relação a como ocorre o trabalho do pedagogo com indivíduos com TEA.

A educação vai muito além do que simplesmente ensinar conteúdos, pois envolve aprendizagens curriculares, vivências, experiências, valores e atitudes que visam formar o indivíduo na sua totalidade. Percebe-se que ser docente não é uma tarefa fácil, não é apenas repassar saberes, mas é formar o estudante com o intuito de prepará-lo para viver em uma sociedade repleta de mudanças, incertezas e de muitos desafios. O campo de atuação do pedagogo não está limitado apenas à sala de aula, pois esse profissional é capacitado para atuar em diversas áreas como: gestão escolar, empresas, hospitais, educação especial, orientação educacional entre outras áreas.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um termo que contempla, dentre outras manifestações, o autismo. Nos dias atuais é muito utilizado, contudo requer um conhecimento mais específico que esclareça o conceito, as características e dificuldades encontradas por cada pessoa com esse transtorno. Nesse sentido, faz-se necessário que pessoas com TEA realizem acompanhamento com diferentes profissionais, inclusive com o pedagogo que auxiliará nesse processo de desenvolvimento, respeitando sempre a individualidade, as dificuldades e necessidades de cada indivíduo; crianças com TEA apresentam características importantes e algumas podem aparecer desde a infância, podendo limitar ou prejudicar o desenvolvimento e funcionamento diário do sujeito.

## Ser Professor

A sociedade, no passado, outorgava o título de mestre para pessoas que possuíam uma sabedoria considerada superior e que eram capazes de transmiti-la para outras. Ser professor sempre foi uma tarefa labiosa e difícil, mas a maior tarefa, de fato, é ser um bom professor ou uma boa professora, pois a educação de crianças e jovens tem sido uma tarefa complexa; ao entrar em uma sala de aula, diante de meninos e meninas, qualquer pessoa perceberá a complexidade de exercer o papel de professor, que não se limita apenas ao horário de trabalho na escola porque, querendo ou não, o trabalho vai para casa (seja na correção de provas e trabalhos, preparação de aulas e materiais entre outras responsabilidades docentes).

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim Auxiliar de Desenvolvimento Infantil na Rede Particular de Ensino de Erechim.

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. Professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Erechim.

<sup>3</sup>Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. Educadora Social no Instituto Zilmo Scanagatta no município de Erechim, Rio Grande do Sul.

O ato de educar gera uma determinada forma de ver a realidade social, refletir e fazer refletir sobre o que se passa, por isso muitos professores, durante o século XX, foram perseguidos e punidos pelo fato de ter um pensamento divergente e querer defender suas ideias. A tarefa de ensinar leva o professor a ter uma visão mais ampla referente à diversidade de pensamentos, pois ao longo da história da educação pode-se ver a existência de vários “modelos de ser professor” (tradicional, revolucionário, religioso, conservador...).

Imbernón (2011, p. 20) diz que:

Não é um bom professor aquele que não aprende ensinando. Esta é uma das características do bom professor e da boa professora. Os estados não fazem a educação e as escolas Estados, somente constroem. São os professores e as crianças que as enchem de funções.

Libâneo (2001, p. 44) mostra a ideia de que ser professor não consiste em comparecer fisicamente a escola, explicar lições e dar tarefa de casa, porque o:

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista, objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. O curso de pedagogia prepara pessoa para trabalhar com jovens e adultos na prática educativa e pedagógica.

A caracterização do Pedagogo feita por Libâneo (2001) vem ao encontro de novas ideias da Pedagogia, ou seja, esse profissional não será necessariamente um professor já que ele pode atuar em diversas outras áreas da educação, sejam elas formais ou não.

### **O papel do pedagogo e a educação formal**

Atualmente, o papel do pedagogo está cada vez mais amplo, permitindo a sua atuação em diversos espaços como: empresas, presídios, hospitais, organizações não governamentais (ONGs) entre outros lugares; sendo assim, o papel do pedagogo se torna cada vez mais importante. Para Libâneo, o pedagogo pode atuar:

[...] não apenas na gestão, supervisão e coordenação das escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias da educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços para a terceira idade, nos serviços de lazer e animação cultural, na televisão, no rádio, na produção de vídeos, filmes e brinquedos, nas editoras, na requalificação profissional, etc. (LIBÂNEO, 1998, p.31)

A educação é onipresente, podendo acontecer de três maneiras: formalmente, que é a educação desenvolvida na escola, com regras e conteúdos previamente delimitados; informalmente, que ocorre no processo de socialização podendo ser na família, no mercado, no bairro, com os amigos e de outras tantas formas; já a educação não formal é aquela que acontece fora do ambiente escolar, podendo ocorrer em diversos espaços institucionalizados ou não.

De acordo com Gohn (2006) cada uma das três maneiras de educação espera um resultado: para a educação formal espera-se a aprendizagem e a titulação; na educação informal os resultados acontecem por intermédio da visão do senso comum; na educação não formal há o desenvolvimento de vários processos. Um bom exemplo de educação não formal

está na Pedagogia Freireana: os educandos, nos “círculos de cultura”, discutem sua realidade e fazem, além da leitura da palavra, a leitura de mundo.

Para Silva (1999) é imperativo reconhecer que a educação não se limita apenas a polos educacionais, mas que pode ser encontrada em qualquer âmbito e que deve ser trabalhada em todos os lugares, pois dessa forma garantir-se-á um melhor desempenho com um maior número de indivíduos. Dando ênfase para a educação não formal, Gohn (2008, p. 134), entende que:

[...] aquela voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres. Em hipótese nenhuma ela substitui ou compete com a educação formal ou escolar. Poderá ajudar na complementação desta, via programações específicas, articulando escola e comunidade educativa localizadas no território de entorno da escola. A educação não formal tem alguns de seus objetivos próximos da educação formal, como a formação de um cidadão pleno, mas ela tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, via a forma e espaços onde se desenvolvem suas práticas, a exemplo de um conselho, ou a participação em uma luta social contra as discriminações, por exemplo, a favor das diferenças culturais, entre outras. Resumidamente, podem-se enumerar os objetivos da educação não formal como sendo: a) educação para cidadania; b) educação para justiça social; c) educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais etc.); d) educação para liberdade; e) educação para igualdade; f) educação para democracia; g) educação contra discriminação; h) educação pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais.

Sendo assim, a educação não formal muitas vezes servirá de auxílio para a educação formal e principalmente em relação a diversidade e inclusão existente na sociedade, que atualmente está consolidada por diferentes grupos sociais e indivíduos com seu pensamento próprio, cada um com seu modo de ser construindo uma sociedade plural, ou seja, com muitas diferenças e semelhanças que, respectivamente, os tornam únicos enquanto seres humanos e que os tornam próximos, criando círculos de amizade e proximidade com outras pessoas, por exemplo. Em todos os ambientes da sociedade existem relações entre as pessoas, seja com uma saudação ou uma relação mais próxima e na escola não é diferente: esse ambiente é sim um espaço de aprendizagem, mas também um espaço de relações. Assim como a escola é um espaço de interação, socialização e desenvolvimento, os espaços não formais (espaços de acolhimento e/ou entidades que auxiliam no processo educacional e social) também são, pois em ambos os espaços ocorrem aprendizagens significativas para o desenvolvimento integral das crianças.

## **Autismo**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Autismo é um transtorno do desenvolvimento que leva a comprometimentos na comunicação e interação social, englobando comportamentos restritivos e/ou repetitivos; o TEA é denominado pela Associação Americana de Psiquiatria – APA (2013), como um transtorno do neurodesenvolvimento. Sobre isso, destaca-se que o termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, por Eugen Bleuler, um psiquiatra Suíço que buscava em seus estudos descrever características da esquizofrenia. No entanto, a denominação do autismo toma uma proporção maior em 1943, por meio do psiquiatra Leo Kanner, que em suas primeiras pesquisas já abordava características do autismo de forma relevante (CUNHA, 2015).

Pereira (1996) afirma que em 1989, Frith define o autismo como uma deficiência mental específica, sujeita de ser classificada nas perturbações pervasivas do desenvolvimento,

afetando a interação social, a comunicação e a imaginação, resultando em interesses restritos, também acrescenta que antes dos três anos é muito raro aparecer um diagnóstico de autismo. Atualmente o autismo é visto como uma síndrome que afeta o desenvolvimento, perturbação global do desenvolvimento ou perturbação geral do desenvolvimento, que se traduz por dificuldades ao nível da comunicação, interação social e no jogo imaginativo, interesses e atividades restritas e estereotipadas.

Com a realidade dos déficits de comunicação, interação social e comportamental do autista, o sujeito com TEA pode estar em diferentes níveis. Nesse sentido Cunha (2015, p. 23) diz que “o uso atual da nomenclatura Transtorno do Espectro Autista possibilita a abrangência de distintos níveis do transtorno, classificando-os de leve, moderado e severo”. Assim, não se pode homogeneizar o sujeito com autismo, considerando que são sujeitos diversos, com níveis de intelectualidade diferentes; as manifestações dos déficits do autismo no dia a dia das crianças são evidentes: o déficit na comunicação e/ou na linguagem podem ser encontrados com a ausência ou atraso do desenvolvimento, o déficit na interação social apresenta a dificuldade na socialização e no comprometimento do contato com o outro, já o déficit comportamental é onde ocorre a necessidade que o autista tem de que se tenha uma rotina, além dos movimentos repetitivos.

Crianças com o Espectro Autista aprestam um desenvolvimento diferenciado de outras nos primeiros anos de vida, podendo-se destacar o desenvolvimento limitado ou a ausência da fala, dificuldade em socializar-se, resistência a mudanças, ambiente material imutável, dificuldade de contato visual entre outros aspectos.

Schwartzman (1994, p. 16), diz que:

[...] crianças autistas parecem não perceber os sentimentos dos outros em relação a eles; interpretam a mímica e a tonalidade da voz dos outros de maneira equivocada. Têm muita dificuldade em fazer amigos e, frequentemente, não parecem incomodar-se ao menos quando pequenos, com seu isolamento, parecendo, pelo contrário, que preferem estar sós.

É necessário estar sempre observando as características apresentadas pelas crianças para que o diagnóstico seja feito o quanto antes. Após o diagnóstico, em muitos casos, é necessário fazer acompanhamento com terapia, psicólogo, eco terapia, psicomotricidade e outras atividades para que a criança se desenvolva integralmente. O autismo não tem cura, mas pode ser tratado por meio de intervenções psicoeducacionais, orientação familiar e uma equipe multidisciplinar para o acompanhamento da criança.

Outro aspecto muito importante é o momento do diagnóstico e a reação dos pais, Favero e Santos (2005) destacam o sofrimento dos pais diante do diagnóstico descrito por muitos estudos, que relatam o processo de luto e a tristeza no momento da confirmação do autismo. Especificamente pela mãe, inúmeros sentimentos estão envolvidos, muitas vezes contraditórios e ambivalentes; em outros momentos a mãe pode experimentar alívio por ter sido definido o diagnóstico e são comuns sentimentos de fragilidade, ansiedade, desilusão, preocupação, culpa e inconformismo. Para poder superar é preciso contar com o tempo e a busca de apoio, para poder compreender e saber o que fazer para que a criança tenha um desenvolvimento mais eficaz.

Diante disso, é necessário destacar que os “sintomas” não surgem de forma igualitária para todos os sujeitos, é preciso reconhecer que, por mais parecidos que sejam, cada situação é única, assim como cada indivíduo, nenhum autista igual ao outro.

## **Legislação educacional inclusiva**

Pensando em uma maneira de incluir e auxiliar as pessoas com o Transtorno de Espectro Autista, faz-se necessário conhecer e compreender Leis que permitam que essas pessoas tenham todos os seus direitos. Baseando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001), a Lei nº 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei de amparo à pessoa com autismo, Lei nº 12.764/12, esta, por sinal, é considerada uma das mais importantes para o Brasil nesse enfoque da inclusão da pessoa com TEA.

Em 2012, é instituído no Brasil a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, também denominada como “Lei Berenice Piana”, dando o devido reconhecimento e importância da pessoa com autismo na sociedade brasileira. A Lei alega que para todos os efeitos legais, o autismo passa a ser considerado como uma deficiência. Sancionada a Lei nº 12.764, no dia 27 de dezembro de 2012, a pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo passa a ser vista no Brasil de forma mais eloquente. O Art. 3º da Lei, afirma que são direitos da pessoa com TEA:

- I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
- IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 12.764/12).

Em relação à integridade da pessoa com autismo, percebe-se o quão necessárias são essas legislações, para que a sociedade reconheça não apenas o TEA, mas também as peculiaridades e singularidades de cada indivíduo. Quando a sociedade executa de forma pertinente aquilo que a legislação propõe, é muito mais fácil de vencer o preconceito e a discriminação ainda existente, rompendo barreiras e exercendo a inclusão. A respeito da educação, é preciso que se tenha um olhar sensível à essas crianças e adolescentes, mas principalmente sua inclusão nesses espaços.

## **Trabalho do pedagogo com autistas**

O pedagogo precisa ser muito atento na observação das crianças durante o trabalho pedagógico, pois é através disso que surge um pré-diagnóstico, ou seja, conseguirá identificar comportamentos e características esperados ou não para a faixa etária. Geralmente é na escola que se tem um pré-diagnóstico, pois o pedagogo será capaz de detectar comprometimentos de desenvolvimento e características peculiares, entrando em contato com os pais para procurar diferentes profissionais (psicopedagogo, neurologista e psiquiatra por exemplo) e obter um diagnóstico preciso. Paz e Paula (2016) dizem que:

A avaliação consiste em: anamnese, avaliação neuropsicológica, fonoaudiológica, terapêutica, avaliação da cognição social, exame físico, exame neurológico, avaliação através de equipamento que registra o movimento ocular [...] e aplicação

de protocolos de pesquisas científicas. Ao final de cada avaliação, em reunião multidisciplinar discutem-se aspectos relevantes da avaliação, formulando-se um diagnóstico, baseado também nos critérios diagnósticos dos manuais médicos [...].

Sendo assim, é necessário estar sempre observando as características apresentadas pelas crianças para que o diagnóstico seja feito o quanto antes e, dessa forma, não comprometer o desenvolvimento integral da criança. Partindo da interdisciplinaridade é possível atingir maiores objetivos, sendo possível que as crianças possam se expressar de diferentes maneiras por meio de um único tema, vincular a aprendizagem a situações cotidianas, trabalhar a pluralidade e a diversidade.

Silva e Almeida (2012 apud ONOHARA, 2018) colocam que as práticas pedagógicas exigem a organização e a atenção nas propostas que serão desenvolvidas, sempre com ludicidade para que se alcancem os objetivos, além de desenvolver autonomia. Sendo assim, é importante que o pedagogo esteja sempre com um olhar observador atento, detectando as necessidades da criança autista e, com isso, conseguir proporcionar estratégias de ensino e aprendizagem que sejam adequadas. O pedagogo pode trabalhar com diferentes materiais que estimulem o educando autista a se desenvolver e que contribuam no processo de socialização; o trabalho do pedagogo com crianças autistas é um assunto extenso, mas em suma essa é uma das contribuições desse profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em uma sociedade inclusiva remete a muitos desafios enfrentados atualmente, para que a inclusão realmente aconteça é necessário que as pessoas tenham consciência e, acima de tudo, respeito e empatia. Nesse sentido, o atendimento realizado pelas instituições de ensino é de extrema importância para as pessoas com o Transtorno do Espectro Autista, para que possam se desenvolver de uma maneira melhor, ter apoio e auxílio, melhorando a qualidade de vida, estarem inseridos na sociedade em todos os âmbitos. Nesse contexto, pais e educadores devem estar comprometidos com a educação da criança autista, precisam enxergar suas habilidades e potencialidades, estimulá-las a perceber que suas capacidades podem ser desenvolvidas ao máximo. Além disso, para que o trabalho educacional seja desenvolvido com êxito, a formação inicial e continuada é extremamente importante e precisa desenvolver nos docentes para além do respeito, a compreensão da diversidade; o profissional de ensino necessita refletir a todo momento sobre suas práticas pedagógicas, além de conhecer e entender sobre as legislações que amparam os direitos dessas crianças.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Tradução de: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Porto Alegre: Artmed, 2014. BRASIL. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de outubro de

2009, Seção 1, p. 17. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 15 jun. de 2021.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 15 jun. de 2021.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família.** 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2015. 140 p.

FÁVERO, M. Â. B., SANTOS, M. A. dos Autismo infantil e estresse Familiar: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, V.18, n. 3, p. 358-369, 2005

GOHN, M. da G. Educação não formal e o educador social. **Revista de Ciências da Educação, Americana**, n. 19, p. 121-140, 2º sem. 2008.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, M. da G. **Educação Não-formal e Cultura Política: Impactos sobre o associativo do terceiro setor.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época, v. 07).

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, 66 v.14, n.50, p. 30-32, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 16 jun. de 2021.

GOHN, M. da G. **Educação Não Formal na Pedagogia Social.** In: Anais do Primeiro Congresso Internacional de Pedagogia Social. São Paulo, 2006. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092006000100034](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034). Acesso em 16 jun.e 2021.

IMBERNÓN, F. **Escola, Formação de Professores e Qualidade de Ensino.** Pinhais/PR. P.17-20 Editora Melo, 2011

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas.** Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001a. Editora da UFPR.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 9ª edição, São Paulo, Cortez, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

ONAHARA, A. M. H.; SANTOS CRUZ, J. A.; MARIANO, M. L. **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 289-304, jul./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/12020/7832>. Acesso em: 09 jun. 2021.

PAZ, C. de A. V. da.; PAULA, É. B. de. **Avaliação multidisciplinar no espectro autista**. Disponível em: <https://www.unaerp.br/documentos/2160-avaliacao-multidisciplinar-no-espectro-autista/file>. Acesso em: 09 jun. 2021.

PEREIRA, E. “**Autismo: O Significado como Processo Central**”. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 1999.

SCHWARTZMAN, J. S. Introdução. *In*: SCHWARTZMAN, José Salomão. **Autismo infantil**. Brasília: CORDE, 1994.

# IMAGEM CORPORAL MASCULINA: A SATISFAÇÃO DO HOMEM COM O PRÓPRIO CORPO

Rafael José de Oliveira<sup>1</sup>  
Jaíne Barbosa<sup>2</sup>  
Fernanda Cascaes Teixeira<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Na atualidade nota-se o quanto a busca pelo corpo perfeito vem tornando-se algo presente entre os jovens brasileiros. A mídia, por sua vez tem papel influenciador, por difundir, por meio de propagandas, padrões de beleza específicos. Com isso a busca pela perfeição se torna cada vez mais almejada, os jovens se distanciam de seu corpo natural e agem muitas vezes, de forma equivocada, realizando procedimentos cirúrgicos para conquistarem o padrão estabelecido. É visível que duas das maiores preocupações são com o peso e com a aparência, os quais podem ser relacionados com o autoconceito e com a imagem corporal que cada indivíduo tem de si.

Segundo Schilder (1994), imagem corporal é a representação mental do próprio corpo e do modo como ele é percebido pelo indivíduo, de modo que a imagem envolve os sentidos, as ideias e sentimentos referentes ao corpo. O processo de imagem corporal pode ser influenciado pelo sexo, idade, componentes externos, crenças específicas, valores e condutas referentes a cultura. Já o autoconceito é a concepção que os indivíduos elaboram deles próprios procede dos processos cognitivos e é caracterizado como um sistema complexo e dinâmico de percepções, crenças e atitudes de um indivíduo sobre si mesmo, que atua na interpretação e organização das experiências dos sujeitos, estando passível a influência de fatores internos e externos (D'AFFONSECA, 2005). O autoconceito pode ser descrito, ainda, como as representações mentais das características pessoais utilizadas pelo indivíduo para a definição de si mesmo e regulação do seu comportamento, sendo denominadas de esquemas cognitivos ou os já referidos auto esquemas como afirma Tamayo (2001).

Muitos estudos nesta área foram desenvolvidos. Pesquisas que abordam este assunto são importantes, pois é uma forma de analisar e promover um olhar mais direcionado aos transtornos alimentares e práticas absurdas as quais os jovens buscam. Assunção (2002), com base em seu estudo, afirma que, para os homens, o corpo perfeito seria aquele que é forte e musculoso, representando o ideal de imagem corporal masculina. Branco, Hilário e Cintra (2006) acrescentam que o corpo musculoso tem sido desejado cada vez mais, embora existam homens que visem a um corpo esguio, caracterizando-se, mais tarde, um quadro de dismorfia muscular ou anorexia nervosa.

Em outro estudo, Conti; Frutuoso e Gambardella (2005) avaliaram a relação entre o excesso de peso e a insatisfação corporal. Nele constataram uma relação significativamente alta entre o peso e a insatisfação. A partir dos resultados obtidos, os autores concluíram que a pressão da mídia e a influência social provavelmente são os grandes fatores motivadores da insatisfação corporal dos adolescentes (CONTI FRUTUOSO; GAMBARDELLA, 2005; MARTINS et al., 2008).

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Psicologia URI Erechim

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia URI Erechim

<sup>3</sup> Doutoranda em Psicologia- PPG em Psicologia - UFSC

Valentini (1999) realizou uma pesquisa sobre a satisfação com a imagem corporal e sua correlação com o autoconceito. Os resultados não comprovaram haver diferenças significativas na percepção da imagem corporal nos adolescentes de diferentes sexos. Porém, indicaram que, apesar de as meninas possuírem menos peso do que os meninos, elas querem ser ainda mais magras, mesmo estando com um peso adequado. O sexo masculino possui maior segurança em relação ao corpo, mas com o desejo de não o perceber gordo. Os homens não buscam uma aparência perfeita, mas gostariam de ter um corpo maior e mais forte. Em relação ao autoconceito, constatou-se que o sexo masculino e o sexo feminino diferem em alguns aspectos, porém esses aspectos não estão ligados à satisfação com a imagem corporal (MARTINS et al., 2008).

Analisando a importância de compreender os aspectos que norteiam a satisfação, o autoconceito e a imagem corporal, bem como os aspectos que se relacionam entre eles, o presente artigo tem como objetivo analisar qual o nível de satisfação com o próprio corpo de acadêmicos jovens do sexo masculino, de uma determinada universidade do Norte do Rio Grande do Sul. Pretende observar também quais são as figuras externas que compõem a imagem corporal dos indivíduos assim como o seu autoconceito.

### **Método**

Este estudo analisou 40 jovens do sexo masculino que possuíam entre 18 e 24 anos. Avaliaram-se alunos de uma universidade particular do Norte do Rio Grande do Sul, localizada no centro da cidade de Erechim. Quanto aos cursos entrevistados foram um total de 11 sendo eles: Psicologia, Pedagogia, Direito, Administração, Nutrição, Ciências Contábeis, Fisioterapia, Biologia, Educação Física, Química e Engenharia Mecânica.

### **Instrumentos**

Fez-se a aplicação de um questionário aos participantes, composto por 2 questões abertas e 5 fechadas. Utilizou-se uma escala para avaliar o grau de satisfação dos jovens, que inclui alternativas de respostas dispostas em escala ordinal até cinco pontos, em que 1: muito insatisfeito e 5 muito satisfeito. O questionário completo contém 7 questões.

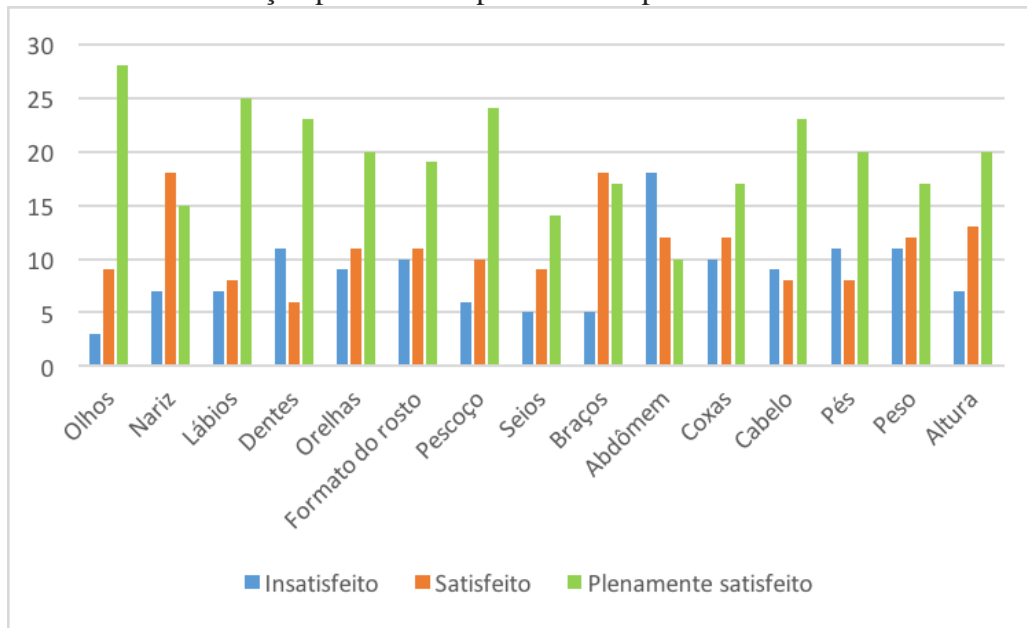
### **Procedimento**

A coleta de dados ocorreu do dia 10 ao dia 20 do mês de maio. Cada pesquisador (4) aplicou um número exato de 10 questionários. Em nenhum momento da pesquisa o nome dos participantes foi solicitado, assim a coleta deu-se anonimamente. Ao abordar os indivíduos, explicava-se o objetivo da pesquisa, orientando-lhes a responder de forma sincera e focada.

### **Discussão**

Considerando que o objetivo deste artigo era verificar a satisfação com a própria imagem corporal e quais são as figuras externas que compõem uma “boa” imagem de referência, pode-se observar que a maioria dos jovens do sexo masculino entre 18 e 24 anos de uma determinada região do norte do Rio Grande do Sul possui uma plena satisfação primeiramente com os olhos, dando sequência com os lábios e em terceiro lugar o pescoço, de acordo com a Figura 1:

**Figura 1:** Índice de satisfação para com as partes do corpo

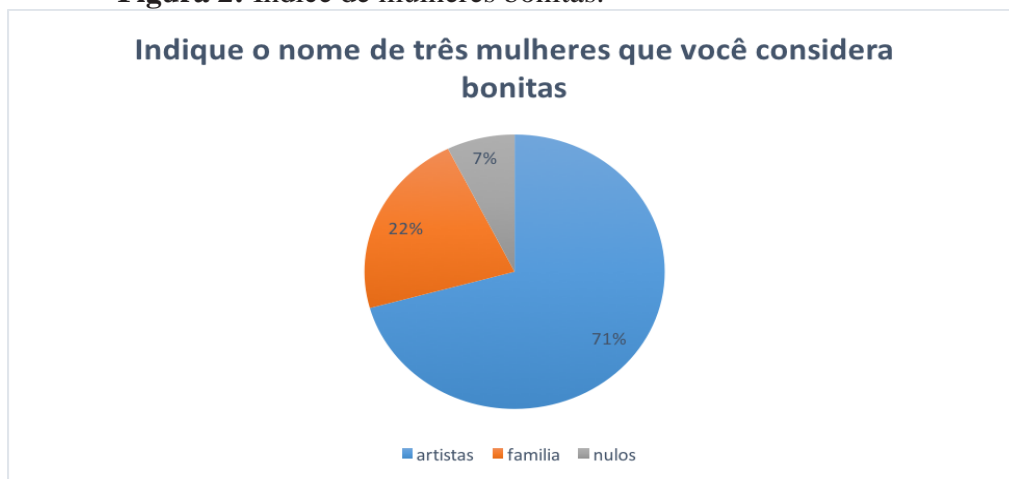


Fonte: Os autores (2021)

Já em contrapartida observa-se um maior nível de insatisfação com o abdômen, dando sequência com o seu próprio peso e em terceiro lugar os dentes. O fato do índice de insatisfação com o próprio abdômen ter sido o mais alto pode estar ligado ao fato de serem jovens e estarem em meio uma sociedade onde o corpo perfeito, abdômen bem definido e um peso adequando é o que mais chama atenção para as pessoas que os vejam.

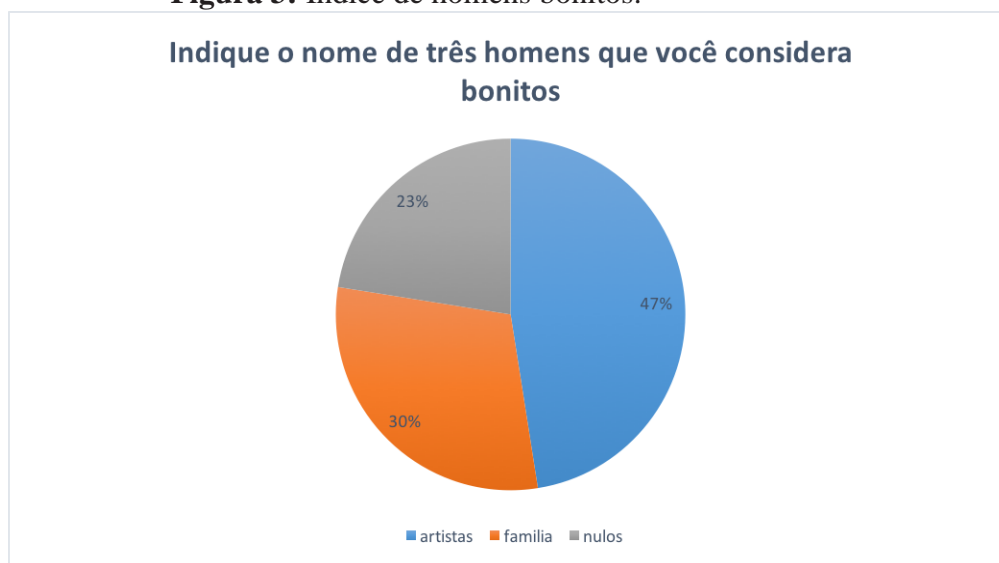
Observando os gráficos 2 e 3, das figuras de referências masculinas e femininas para os jovens, é possível ver um maior índice em figuras artistas quando se trata em referências do sexo feminino e de votos nulos quando se trata de figuras masculinas.

**Figura 2:** Índice de mulheres bonitas.



Fonte: Os autores (2021)

**Figura 3:** Índice de homens bonitos.

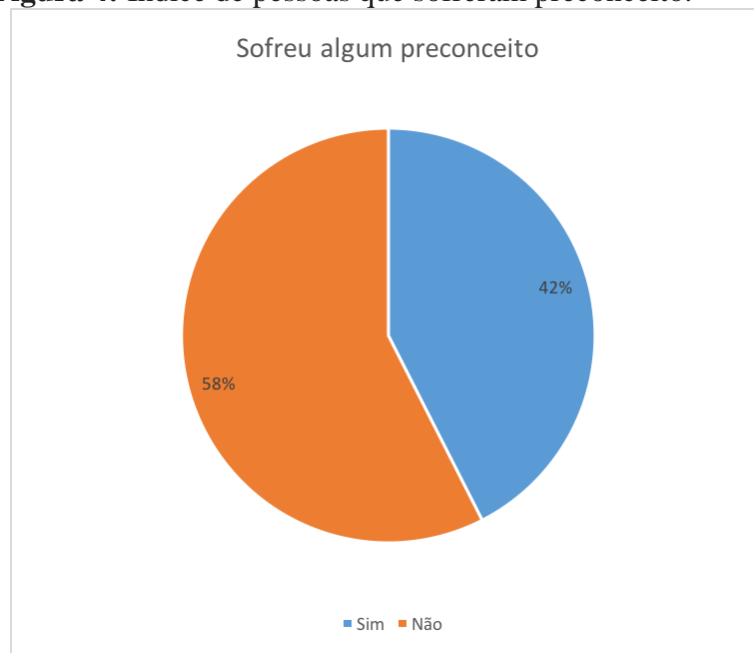


Fonte: Os autores (2021)

Pode-se considerar que o fato do índice de figuras referências do sexo masculino terem tido um grande número de votos nulos se deve ao preconceito que a sociedade tem quando se trata de homens acharem pessoas do mesmo sexo bonitas, até mesmo por se tratarem de adolescentes, onde a maioria está cursando o terceiro grau e com um estado civil solteiro.

Outro índice importante que também pode ser observado na Figura 4 é no que diz respeito ao fato de que a maioria dos jovens diz que não sofreu algum tipo de preconceito por alguma parte do seu corpo durante a adolescência.

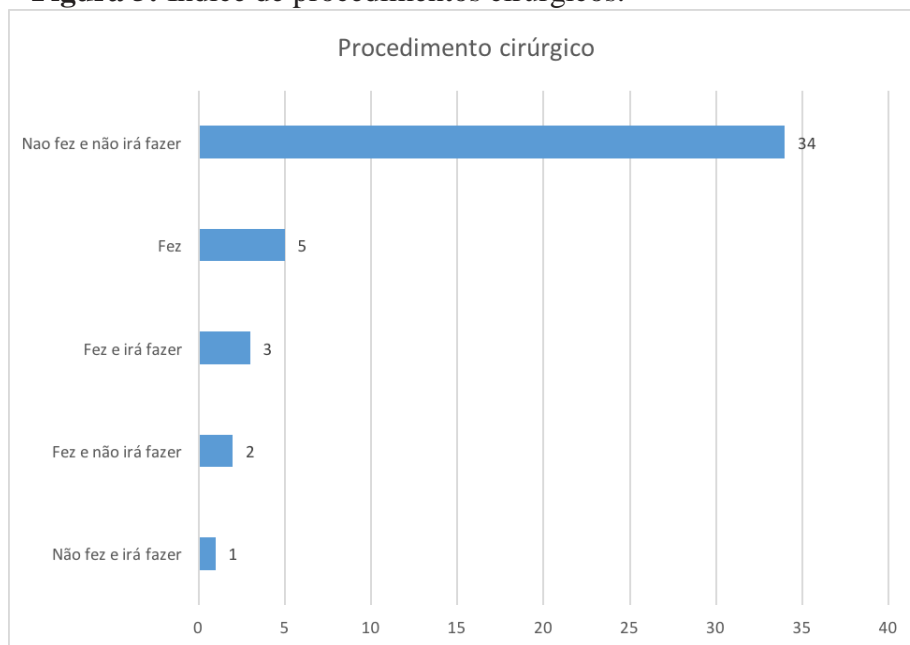
**Figura 4:** Índice de pessoas que sofreram preconceito.



Fonte: Os autores (2021)

Além disto, 34 dos 40 jovens que responderam ao questionário, relataram que não realizaram e nem possuem interesse em realizar algum procedimento cirúrgico para modificar alguma região do seu corpo, como observado na figura.

**Figura 5:** Índice de procedimentos cirúrgicos.



Fonte: Os autores (2021)

É possível pensar que esses jovens que sofreram preconceito aceitem que isso se trata apenas de uma fase e que o preconceito que sofreram não os atingiu de tal maneira que seja necessário procedimentos cirúrgicos para modificar o seu próprio corpo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises e leituras feitas para a elaboração do presente estudo, pôde-se observar que alguns resultados obtidos se diferenciaram dos resultados encontrados em alguns dos referenciais, outros, no entanto aproximaram-se bastante, permitindo uma conformidade entre as pesquisas.

Branco et al (2006), observaram que para o sexo masculino, o corpo musculoso tem sido cada vez mais desejado, o que de fato pode ser comprovado, pois para a maioria dos pesquisados, os homens citados como bonitos tem porte atlético e “sarado”. Além disto, Conti et al (2005), afirmam que a mídia influencia nos índices de insatisfação para com o próprio corpo, o que também pode ser observado levando em conta o grande número de artistas citados como referência de beleza masculina.

Entretanto, percebe-se uma divergência para com os resultados no estudo de Couti et al. (2005), onde apresenta-se como resultado que meninos tem uma maior insatisfação para com seu corpo, porém na pesquisa realizada para a elaboração do presente artigo, nota-se um número expressivo de participantes que de modo geral, sentem-se satisfeitos ou plenamente satisfeito para com o próprio corpo.

Supõem-se, em relação aos números elevados de nulos quanto a questão direcionada a quais homens os pesquisados consideravam bonitos, que isto se deu por uma série de pré-conceitos estabelecidos em relação a masculinidade e ao machismo presentes em nossa sociedade. Suspeita-se também, que exista uma maior expectativa de “perfeição” para com o

corpo feminino, já que nos dados obtidos houve um grande número de mulheres artistas indicadas como bonitas, reforçando mais uma vez os padrões estabelecidos pela mídia.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, S. S. M. Dismorfia muscular. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 24, n. 3, dez. 2002.

BRANCO, L. M.; HILÁRIO, M. O. E.; CINTRA, I. P. Percepção e satisfação corporal em adolescentes e a relação com seu estado nutricional. **Revista Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 33, n. 6, 2006.

CONTI, M.; FRUTUOSO, M.; GAMBARDELLA, A. Excesso de peso e insatisfação corporal em adolescentes. **Revista De Nutricao-brazilian Journal of Nutrition - REV NUTR.**, v.18, n.10. **Rev. Nutr.** 18 (4) Ago. 2005.

COUTI, A. M. Insatisfação com a imagem corporal em adolescentes e sua relação com a maturação sexual. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v.15, n.2, p.36-44. ago., 2005.

D’AFFONSECA, S. M. **Compreendendo a Dislexia**. [s.l.: s. n.], 2005. Disponível em: <http://www.profala.com/artdislexia13.htm>. Acesso em 20 maio 2021.

MARTINS, D. F. Satisfação com a imagem corporal e autoconceito em adolescentes. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.10, n.2, p.94-105, 2008.

SCHILDER, P. **A imagem do corpo: as energias construtivas da psique**. Trad. Rosane Wertman. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

TAMAYO, Á. et al. A influência da atividade física regular sobre o autoconceito. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 6, n. 2, p. 157-165, jul./dez. 2001.

TAVARES, M. C. G. C. F. **Imagem corporal: conceito e desenvolvimento**. São Paulo: Manole, 2003.

VALENTINI, C. K. **Imagem corporal e autoconceito em adolescentes**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

# O PISA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INDUTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aloir Afonso Warcken<sup>1</sup>  
Maria Julia Barancelli<sup>2</sup>  
Suelen Zortéa<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma pesquisa sobre o PISA (Programme for International Student Assessment) como um instrumento de avaliação em larga escala indutor de políticas. Com influência grande do capitalismo, as desigualdades na área da educação têm sofrido um aumento significativo. As avaliações em larga escala detêm um papel expressivo como indutor de políticas sócias no setor educacional. E como uma importante ferramenta das avaliações externas no âmbito internacional, o PISA (Programme for International Student Assessment) é responsável por influencias no meio das políticas públicas da educação. Por ser uma ferramenta de avaliação com comparação entre países, acaba gerando um rankeamento, que indiretamente influencia em um espelhamento social e capitalista dos países mais desenvolvidos.

O artigo apresenta como objetivos o estudo da influência do PISA nas políticas públicas e educacionais em nível internacional, buscando evidenciar a indução que o instrumento de avaliação provoca nas políticas educacionais. Também irá apresentar um estudo sobre as políticas públicas, e conseqüentemente as educacionais, na globalização, como influencia do capitalismo e desigualdades sociais, as avaliações em larga escala como ferramentas de medidas educacionais e o PISA, como instrumento supranacional de avaliação em larga escala, indutor e regulador de políticas públicas.

## As Políticas Públicas

As políticas públicas são criadas e conduzidas pelo Estado e seus governantes, buscando atender aos anseios e necessidades da população, sendo o principal responsável pelas mudanças no âmbito social, e também responsável pelo cumprimento dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988. A Política Pública, como disciplina acadêmica surgida nos EUA, é, em simples palavras, todos os feitos e afeitos do Estado em relação a determinado circunstancia.

Para estudo de tal disciplina acadêmica ou área do conhecimento,

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz o deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes (SOUZA, 2006, p. 22).

Portanto, tudo o que é realizado pelo governo pode ser escrito e interpretado, e pode ser analisada, em seus pontos positivos e negativos, antes de um programa, lei ou medida entrar em vigor, e assim refletir se irá repercutir positivamente ou não na sociedade.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Pedagogia, URI Erechim

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia, URI Erechim

<sup>3</sup> Acadêmico do curso de Pedagogia, URI Erechim

É fato que o emaranhado de definições para as políticas públicas é grande, e estas repercutem diretamente na vida social de determinado grupo de pessoas, em um território, por um período que por vezes é incalculável. Assim, de forma positiva, o estudo das políticas públicas como área de conhecimento, elencando mais uma opção para o Estado poder analisar a repercussão de suas atitudes.

É importante que os feitos do Estado/governo sejam analisados, pois é uma forma de mostrar que o que o governo está fazendo está ou não sendo relevante. As consequências de uma política pública podem abalar todo um sistema. Neste sentido, todas as medidas tomadas pelo governo deveriam, e devem tomar como base a garantia dos direitos básicos, pois toda medida aplicada induz um impacto relativo.

Souza (2006, p. 26) elenca que:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

As definições e modelos para as políticas públicas são inúmeras, e Souza (2006, p. 36) as resume em alguns itens, sendo eles:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

A política também, segundo a autora (2006, p.36) não se limita a leis e normas, é uma ação com intencionalidades e propósitos. A política pública pode ter impactos em longo prazo, seu planejamento deve envolver a implementação, execução e avaliação.

Conhecer, compreender e pesquisar as políticas públicas torna-se imprescindível, nos níveis nacional, estadual e municipal. No mundo que o processo de transformação está em ritmo muito acelerado, explorar as áreas das políticas é uma forma de exigir, com legitimidade, seus direitos básicos garantidos por lei, e dá ao cidadão voz consistente sobre os feitos do Estado.

## **A Globalização e sua influência**

Com o mundo nesse acelerado processo de transformações, com influencia principal das tecnologias de informação e comunicação. Os fenômenos internacionais são expressivos, como “as deslocamentos em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes e refugiados”, no setor econômico, com as exportações, e também na cultura. Esta circunstancia define o fenômeno chamado Globalização, muito influente e discutida nos últimos tempos.

Esse fenômeno, segundo Santos (2002, p. 85) é definido “como conjuntos de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais”. Giddens (1990 apud SANTOS, 2002, p. 26) define a globalização “como a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distintas de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa”. Outra definição é dada pelo Grupo de Lisboa (1994 apud SANTOS, 2002, p. 26) que aborda a globalização como “uma fase posterior à internacionalização e à

multinacionalização porque, ao contrário destas, anuncia o fim do sistema nacional enquanto núcleo central das atividades e estratégias humanas organizadas”.

É fato, a Globalização é inevitável, e sua principal influencia são as tecnologias, que influencia o acontecimento de eventos em uma forma global. Giddens (2004, p. 51 apud TEODORO, 2011, p. 29) cita que “a globalização é parte integrante da modernidade reflexiva e tem consequências em todos os setores e aspectos da vida social moderna”, sendo estas desde empresas multinacionais em desenvolvimento, até para a vida comum e simples de um cidadão.

Held (2007, p. 243 apud TEODORO, 2011, p. 30) destaca alguns indutores da globalização, como:

A mudança de infraestruturas das comunicações globais ligadas à revoluções das TI;  
O desenvolvimento de mercados globais em bens e serviços, conectados com a nova distribuição mundial de informação;  
A pressão da migração e do movimento dos povos, ligada a mudanças dos padrões da procura econômica, na demografia e na degradação ambiental;  
O fim da Guerra Fria e a difusão dos valores democráticos e de consumo em muitas regiões mundiais que até agora reagem a isso;  
A emergência de um novo tipo e de uma forma de sociedade civil global, com a cristalização de elementos de uma opinião pública global.

Como observa-se acima, diversos fatores foram responsáveis pela globalização, hoje em andamento, fatores estes que são inevitáveis, pois para o desenvolvimento da economia de qualquer país menos desenvolvido, é necessário o apoio econômico e mercantil de outros países mais desenvolvidos.

Um ponto que gera grandes desigualdades são as comparações no quesito educacional. Romuald Normand (2003 apud TEODORO, 2011, p. 98) apresenta a comparação internacional da educação como dois propósitos, o primeiro “moldar um modelo político para a educação”, e o segundo, “institucionalizar um modo de governação que tende a confiscar o debate democrático e a impedir uma reflexão sobre o projeto político da escola”.

O papel, porém, do TIMSS, Pisa, Pirls entre outros, “é fornecer as evidências para a ação política governativa, remetendo para o segundo plano a contextualização dos processos de aprendizagem, bem como a participação e o debate democráticos sobre as dimensões políticas da educação” (TEODORO, 2011, p. 101).

Santos (2002, p. 47) diz que “a ideia de uma cultura global é, claramente, um dos principais projetos da modernidade”, o que demonstra um ponto a ser muito discutido, pois a cultura é, em meras palavras, o sentido particular de um grupo de indivíduos, com suas formas de viver, vestir, falar incomuns que os tornam diferentes, é essa diferença é essencial para a cultura. Acredita-se que uma cultura global iria tornar-se uma cultura monótona, onde todos seriam iguais.

Santos (2002, p. 47) ainda define algumas formas de globalização, sendo elas:

1. O localismo globalizado, quando um fenômeno local é globalizado com sucesso, relegando outros fenômenos locais concorrentes para posições subalternas ou locais;
2. O globalismo localizado, que consiste no impacto específico no local das práticas e dos imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados;
3. O cosmopolitismo, definido como a organização transnacional da resistência dos Estados-Nação, das regiões, das classes ou dos grupos vitimizados por trocas e relações de poder desiguais; e

4. O patrimônio comum da humanidade, definido também como conjunto das lutas transnacionais para a proteção e a desmercadorização dos recursos, das entidades, dos artefatos ou dos ambientes considerados essenciais à sobrevivência da humanidade, e cuja sustentabilidade somente pode ser assegurada em nível planetário.

O que foi dito por Santos (2002) evidencia uma realidade que a sociedade está presenciando. Produtos que se encontra em qualquer “lojinha de esquina” até produtos em lojas conceituadas, foram criados e fabricados em outros países, mas são presentes e relevantes no dia-a-dia das pessoas. Um exemplo expressivo disso é o aparelho celular, que está sempre com novas atualizações, modelos, configuração, sendo um produto difícil de viver sem.

Falar sobre a globalização não significa somente falar sobre a economia, mas elencar outros temas, que perpassam pela história, o ambiente, que necessitam ser estudados e cuidados para que as próximas gerações possam disfrutar do planeta.

O conceito de globalização deve ser compreendido, pois ela está acontecendo, sendo a principal causadora das mudanças da modernidade. A globalização é necessária para muitas questões, como o exemplo desta pandemia, para a garantia de um “bem comum”. Os governantes devem ter esse conceito bem formado, para assim poder conduzir seu país com voz e opinião em nível supranacional.

### **Avaliação em larga escala**

Fala-se muito sobre as políticas na área da educação e os investimentos que o governo aplica no âmbito educacional. Para que esses investimentos tenham um ponto de partida, o índice das avaliações educacionais torna-se fundamentais para as políticas públicas. A ‘avaliação em larga escala’, ou somente a avaliação, são temas complexos que geram discussões complexas produzindo frutos positivos e negativos.

Segundo Werle (2010, p. 351), a avaliação em larga escala “é um procedimento amplo e extensivo, envolvendo diferentes modalidades de avaliação, realizado por agências reconhecidas pela especialização técnica em testes e medidas, abrangendo um sistema de ensino”. Para definir a avaliação externa, Belloni, Magalhães e Sousa (2001, p. 351) elucidam que:

[...] é aquela conduzida por sujeitos externos e independentes da ação, da sua formulação, da implementação ou dos seus resultados. Os condutores da avaliação terão a vantagem de serem mais independentes e autônomos, envolvendo os acertos e os equívocos, mas, por outro lado, terão dificuldade por terem menor conhecimento do objetivo avaliado, em seu processo de formulação e execução.

É fato que no Brasil as avaliações em larga escala têm uma ampla importância, pois seus resultados são a base para a geração de políticas públicas, mesmo que estas ainda sejam pouco eficazes. No país, “o MEC/INEP tem promovido várias avaliações em larga escala para a educação básica e para o ensino superior, que englobam diferentes programas, como: o SAEB [...]; o ENEM; o ENCEJA; a Prova Brasil; a Provinha Brasil e o SINAES” (SUDBRACK, COCCO, 2014, p. 352).

Como principal função e objetivo na produção de índices para os estados nacionais, as avaliações externas tem sua função definida, medindo-se a qualidade pelo indicador numérico.

Segundo Sudbrack e Cocco (2014, p. 350) as políticas públicas “tem sido propostas com o objetivo de formar pessoas despolitizadas, acríticas e fáceis de serem manipuladas”, e tem “responsabilizado cada vez mais os docentes pelos baixos índices de aprendizagem”, ou seja, formação de pessoas não críticas para não reivindicar seu direitos, e responsabilizando os

professores com a total “culpa” pelo pouco sucesso de um país inteiro. Sudbrack e Cocco (2014, p. 349) dizem que as avaliações externas expressam dois propósitos: “a avaliação, então, passa a ser encarada como possibilidade de aferir resultados dos investimentos feitos na área educacional, bem como desenvolver mecanismos de controle e regulação”.

Ainda na percepção das autoras citadas a pouco, a avaliação tem como proposta final a produção de índices para uma suposta melhoria e mudanças na qualidade da educação, contudo, números gerados não são a necessidade, mas sim, uma das bases para se promover as políticas públicas e implantar as melhoria, mudança, investimentos para a educação. as avaliações geram os índices numéricos da educação, mas não refletem o contexto físico, social, emocional da escola e da comunidade escolar, pois o contexto familiar também reflete no desempenho escolar de uma criança. Assim, as avaliações externas, ou avaliações em larga escala, são uma das bases, e importantes, para a produção de políticas públicas, porém está não pode ser o único critério das políticas, tampouco resultar somente como um índice que possa gerar conflitos entre escolas.

### **O PISA como política de avaliação**

É fato que as avaliações em larga escala são um instrumento que tentam identificar os problemas que estejam afetando o desenvolvimento na educação. O PISA (*Programme for International Student Assessment* – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) é uma das avaliações externas realizadas no Brasil, porém pouco conhecida, que é aplicado em vários países do mundo. Segundo Carvalho, o PISA:

Lançado em finais dos anos noventa, o *Programme for International Student Assessment* (PISA) é um dispositivo de avaliação internacional comparada de performances dos escolares que se afirmou, ao longo da década passada, como um dos principais meios de acção da Organização para o Desenvolvimento e Co-opeção Economica (OCDE) no sector educativo. (CARVALHO, 2011, p. 11).

Como um instrumento de avaliação externa no nível mundial, a prova acontece a cada três anos avaliando os alunos nas áreas de literatura, matemática e ciências. Segundo a OCDE:

O PISA procura avaliar se os jovens de 15 anos de idade estão preparados para os desafios da vida. O PISA é um esforço colaborativo dos governos para monitorar o progresso em uma estrutura global... com os principais especialistas produzindo avaliações internacionalmente válidas. O PISA foi criado pelos países pertencentes a OCDE, mas é utilizado actualmente por um número cada vez maior de países. (CARVALHO, 2011, p. 13 apud OCDE, 2004, p. 20).

Ainda segundo a OCDE, o programa tem reconhecimento internacional por avaliar as competências dos alunos além dos conteúdos curriculares. A prova é realizada em países de todos os continentes. Segundo o Relatório Brasil no Pisa 2018 (2019, p. 16), participaram do Pisa 2018, ao todo, 79 países, sendo destes, 37 membros da OCDE e 42 países/economias parceiras. Realizaram o Certame cerca de 600.000 alunos, dos quais 10.691 eram brasileiros. O Brasil é examinado desde a primeira edição do Pisa como país/economia parceira.

Em nível mundial, o PISA é comandado pela OCDE. No país:

O PISA faz parte de um conjunto de avaliações e exames nacionais e internacionais coordenados pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Atualmente, estudantes brasileiros participam de avaliações nacionais, dos estudos regionais

coordenados pelo Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE) e do PISA, coordenado pela OCDE (BRASIL, 2019, p. 19).

A OCDE promove por meio da avaliação um impacto nas políticas educacionais. Definida como:

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) constitui foro composto por 35 países, dedicado à promoção de padrões convergentes em vários temas, como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais. Suas reuniões e debates permitem troca de experiências e coordenação de políticas em áreas diversas da atuação governamental (BRASIL, 2018).

Como uma importante ferramenta geradora de indicadores quantitativo da educação, a produção dos índices em níveis internacionais acaba promovendo comparações entre países mais e menos desenvolvidos. As consequências dessas comparações podem ser boas ou ruins, depende da interpretação e o uso que os líderes farão com os índices gerados. Como cita Carvalho, o Exame gera “conhecimento para a política” (2011, p. 29), e esse conhecimento, se feito bom uso, pode promover desenvolvimentos significativos na educação.

Vale dizer que:

O bom decisor político é aquele: que governa diagnosticando objetivamente o seu mundo ou sector; que se orienta pela procura de vantagens competitivas através da mediação dos efeitos do sistema escolar; [...] o bom político é também o que dá ao sector da educação “prioridade” política, que a pensa pela razão económica, que se rege pelo principio da competitividade, pondo em marcha medidas “eficazes”, e que gere com “eficiência” as verbas orçamentais para o sector educativo (CARVALHO, 2011, p. 24).

O PISA é uma ferramenta de comparação, serve também para classificar e ranquear os países, mas que a busca por ‘soluções’ para a educação em países com índices melhores pode ser uma forma positiva de promover o desenvolvimento no âmbito educacional.

Portanto, o PISA como um instrumento de avaliações em larga escala é um indutor de políticas presente nas normativas brasileiras. Na estratégia 7.11 da meta 7 do PNE 2014 – 2024, cita: “melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), tomando como instrumento externo de referencia, internacionalmente reconhecido” (BRASIL, 2014, p. 62), e também, no PNE estão expostas algumas projeções para as próximas provas do PISA, sendo para 2015, 438 pontos, 2018, 455 pontos e 2021, 473 pontos (BRASIL, 2014, p. 62).

Carvalho (2011, p. 13) cita que o PISA é um “dispositivo, baseado e gerador de conhecimento, que se propõe apoiar e participar no labor de coordenação da ação pública (e das políticas públicas) no sector da educação”, demonstrando sua relevância reconhecida internacionalmente na influência direta com a geração de políticas públicas no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como propósito apresentar as avaliações em larga escala e seus impactos nas políticas públicas, com ênfase no PISA, como avaliação internacional. Fica explícito a necessidade dessas avaliações em larga escala como base para a geração das políticas públicas. Objetivou-se conceituar avaliação externa, e o PISA, situando-os no bojo das políticas públicas. As avaliações externas tem se constituído como um mecanismo cada

vez mais aceito pelos governos, com impacto direto na formulação das políticas públicas educacionais.

Foram abordadas as políticas públicas, a globalização, as avaliações em larga escala e o PISA (Programme for International Student Assessment) como instrumento de avaliação externa no nível supranacional que tem como propósito a geração índices para as políticas públicas, mas que acaba gerando um ranqueamento entre países. Esses índices ainda induzem a geração de políticas públicas, baseadas nos países capitalistas centrais, com influência econômica expressiva.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. (Org.). **Políticas educacionais e formação de professores**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. de; SOUSA, L. C. de. **Metodologia de avaliação em políticas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Organização para cooperação e desenvolvimento econômico – OCDE**. Ministério da Educação (MEC), 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2014, 86 p., n. 125 (Série legislação).

BRASIL. **Relatório Brasil no PISA 2018**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep/MEC), 2019.

CARVALHO, L. M. **O espelho do perito: inquéritos internacionais, conhecimento e política em educação – o caso do PISA**. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2011.

SANTOS, B. de S. (Org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SUDBRACK, E. M.; COCCO, E. M. Avaliação em larga escala no Brasil: potencial indutor de qualidade? **Roteiro**, Joaçaba, v. 39, n.2, p. 347-370, 2014.

TEODORO, A. Em negrito até os dois pontos **A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais**. Brasília: Liber Livro, 2011.

WERLE, F. O. C. (Org.). **Avaliação em larga escala: foco na escola**. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2010.

# PLANEJAMENTO E GESTÃO: relato de experiências

Maria Julia Gonçalves Barancelli<sup>1</sup>

Aloir Warken<sup>2</sup>

Camila Fernandes<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A avaliação da educação mostra-se muito importante nesse processo de construção, onde será considerado os aspectos positivos e negativos da escola para poder estar buscando o melhor sempre.

Este artigo trata-se da gestão da educação escolar e tem como objetivo buscar o melhor para a escola, seus alunos e funcionários. É se juntar com os demais membros da equipe gestora, para planejar e reconstruir os princípios necessários para que haja uma educação de qualidade esignificativa.

Em função disso, o artigo de Gestão na Educação, tem como objetivo compreender a gestão educacional, estabelecendo relações entre gestão, Projeto Político Pedagógico, planejamento de ensino e a avaliação da gestão e da instituição escolar, a fim de compreender o processo educacional.

Adisciplina, objeto desse relato, tinha a pretensão de que os estudantes fossem atês escolas observar o processo de gestão escolar, no entanto, por causa da pandemia do Covid-19, não foi possível realizar a observação. Entretanto, as práticas foram adaptadas para o Google Meet, onde alguns gestores se disponibilizaram para contar suas experiências como gestores.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: primeiramente será abordado a fala de alguns autores que já discutiram sobre o tema em questão, após será apresentado o relato dos gestores participantes e as considerações finais.

## Gestão Escolar: Relato de experiência

Durante as aulas remotas de Planejamento e Gestão receberam alguns gestores que relataram sua experiência na área, contando os desafios e a realidade de uma gestão escolar.

No presente relato, contempla-se as considerações feitas por um dos gestores, que expôs suas vivências na Gestão na Educação. Tem na sua formação, graduação em Pedagogia, Especialização em Psicopedagogia Clínica Institucional, além de ser terapeuta em reiki.

Inicialmente, foi feito relato sobre a capacitação para atuar com deficiência intelectual, visto que atualmente atua na coordenação em uma escola no município de Erechim.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Pedagogia URI Erechim

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

## Relato 1

Na sequência são relatados algumas percepções sobre o que é gestão por ocasião da fala feita aos acadêmicos:

Gestar é ser exemplo. Gestão é gestar vidas, gestar o ser, gestar emoções; Gestão não é trabalhar sozinho, na gestão precisa empatia, respeito e cuidado com o ser. Tem também que ter carinho de ser humano com o colega; O gestor é um líder, que vai adiante de indicar o caminho. Tem responsabilidades e poderes;

Inteligência emocional pausa na aprendizagem é unir o ensino e aprendizado com o emocional; Agregar no trabalho da escola no (dia a dia) o emocional das crianças é muito importante;

Tudo o que se é trabalhado na escola parte de um planejamento; O gestor tem que ter metas; Se é trabalhado com vários projetos; O Projeto Político Pedagógico é a alma e o espelho da escola; Na escola onde atuo existe um projeto anual dentro de uma problemática; Há a participação da comunidade família, professores, estagiários e funcionários;

A avaliação é sempre a criança, e está em constante avaliação; Anedotário é um documento que faz parte do pedagógico (que só ia coisas negativas). Esse ano foi repensado e será colocado tudo sobre a criança; Os pareceres não são todos iguais, tudo é muito estudado e pesquisado;

Onze anos tinha a mesma direção e agora é uma nova direção, [...] citou que o novo assusta pois tira da zona de conforto; Projeto anual é o ponto de partida acontece por meio da escolha de um tema, relevante, levando em consideração a realidade da comunidade;

Dois princípios: hierarquia X democracia; Conquistar o respeito e não haverá sobreposição dos poderes, pois como fui docente posso voltar a ser; Quem faz a escola ser acolhedora é quem lidera; Por trás de cada detalhe tem uma gestão; Praticar a escuta ativa; Empatia no ambiente profissional é essencial.

## Relato 2

Na sequência são transcritos os relatos de docente que está envolvido com a gestão, por o estabelecimento de ensino municipal está localizado na área rural do município de Erechim.

Para o docente supra, ser gestor demanda alguns aspectos, entre eles estão:

Defensoria a permanência da escola do campo; Defesa da escola pública e da qualidade; Diálogo com todos os segmentos; Valorizar os interesses da Comunidade escolar; Foco no processo de ensino e aprendizagem; Trabalhar em equipe e valorizar os profissionais envolvidos.

Entre os desafios da gestão, segundo o relato do docente, estão:

Promover e exercer a gestão democrática; Conhecer e valorizar às experiências que nos antecederam; Trabalhar em equipe; Manter o princípio da coletividade; Ser um líder;

Construir a proposta da Escola em conjunto com professores, funcionários e família; Conduzir o trabalho pedagógico com foco no processo de ensino e aprendizagem com o apoio e suporte necessário;

Valorizar o contexto social e cultural e conhecer as necessidades que envolvem esse público; Criar elos de confiança, respeito, interação e trabalho com docentes, funcionários, estudantes, famílias e comunidade escolar em geral; Conhecer a legislação e aplicá-la; Gerenciar os recursos humanos e aplicar adequadamente os recursos financeiros.

Sobre o cotidiano da gestão expõe que no dia a dia algumas atividades sob responsabilidade do mesmo, como:

Aprendizagem; Alimentação e transporte escolar; Festividades; Reuniões e documentos; Recursos materiais e financeiros; Recursos humanos; Relações; Estrutura Física e patrimônio; Organização e disciplina; Não se nasce gestor, se cresce como gestores com o caminhar da experiência, buscar conhecimento.

Orienta chamando atenção para algumas perguntas que devem ser feitas antes da ação do gestor, ou antes de agir. São elas:

O que fazer? Como fazer? Para o que fazer? Quando fazer?  
Todas essas perguntas fazem parte do planejamento.

Dentre as vivências oportunizadas pela gestão, indica a possibilidade de:

Conhecer no funcionamento da escola; Conceber a escola como um espaço de todos; Valorizar a participação efetiva da comunidade; Manter e ampliar as parcerias na Comunidade e com outras instituições; Professores como aliados e parceiros no processo; Reconhecer o potencial dos estudantes; Trabalhar com projetos pedagógicos que envolvam temáticas relevantes; Diálogo frequente com a mantenedora.

Finaliza dizendo que a escola é igual a uma árvore, sendo necessário ter princípios éticos, estéticos e políticos; diálogos; gestão democrática; flexibilidade. Com foco no processo de ensino e aprendizagem.

### **Relato 3**

O terceiro relato apresentado, está vinculado a docente que atua em duas funções, uma delas diretamente na sala de aula e a outra como coordenação.

Eis o que diz:

O maior desafio é aceitar uma direção; A Diretora é a pessoa que todo mundo se refere como base, como referência; Quando se fala em recurso pessoal, não seria a diretora que paga o salário diretamente, então era difícil motivar o grupo a ser chefe e não pagar o salário;

Gerir recursos pessoais é complicado por que tem os professores e funcionários, duas classes com demandas diferentes; Professor tem que controlar laudos, faltas, atestado, lançar férias e etc. Se acontecer algo errado o salário entra diferente então precisa ter a responsabilidade de cuidar disso; Os funcionários é a mesma coisa, além de lidar com questões que as vezes um colega, não fecha com a ideia do outro, questões delicadas que tem que ter manejo, para os outros colegas não se

incomodaram com a briga de 2 e ainda sobra para alunos;

Perante a questão financeira, o governo estadual repassa uma “mesada”, esse dinheiro tem que dar conta de pagar o telefone, gás, material de limpeza, toner, papel e etc. Como esse dinheiro é muito pouco, cada mês se fazia uma coisa na escola;

Não pode ser comprado nada por conta, tudo tem que ter 3 orçamentos. Uma burocracia bem grande; A equipe, no começo não tinha a vice, mas era importante ter alguém para ajudar, uma pessoa de confiança. Acabou que, pela energia, juntando pessoas com o mesmo ideal e objetivo as coisas fluíram;

Na gestão administrativa o resultado foi bom e nota-se pelo desenvolvimento da escola; A parte pedagógica talvez ficou alguma pendência; Ela ficou na direção 3 anos e realizou uma direção completa; O choque inicial foi colocar disciplina nos estudantes, eles precisavam saber que tinha alguém que iria representar eles, que estava ali para ser referência;

Para os professores existia muita falta do gestor então acabava-se perdendo a “referência”. A escola era bem depredada e aos poucos foi acontecendo mudanças. Devagar foi tudo melhorando também com a ajuda da comunidade;

Os pais que acompanhavam, que eram presentes e perceberam a situação, pediram transferência e a escola perdeu 100 alunos. Os que ficaram moravam perto da escola, tinha pais que apoiaram e havia aqueles que não gostavam;

Ser professor é uma grande responsabilidade, mas é preciso ter estratégias para não ficar levando picuinha para direção e tentar resolver na sala de aula;

É essencial ter um planejamento, não tem como gerenciar uma escola sem um planejamento; Nota-se a falta de uma formação continuada para o gestor da escola se aperfeiçoar e saber como administrar o local;

Quando gestor entregou direção, sentiu a satisfação de dever cumprido, pois, fez tudo que estava ao seu alcance. Apenas, ficou pendente, a questão do número de alunos, na qual gostaria que aumentasse.

Os gestores escolares são os profissionais responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, da qual propicia um ambiente escolar de qualidade, que devem buscar o desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem.

Na equipe gestora, o diretor escolar é responsável pela liderança do modo de ser e de fazer da escola e seus resultados. Ela é também diretamente formada por vice-diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores, orientadores educacionais e secretários.

Por conseguinte, a gestão democrática, inclui também a importante participação de todos os professores e da comunidade escolar, para contribuir para a efetivação da gestão e garantir a qualidade de aprendizagem para todos os alunos.

A gestão escolar é responsável pelo planejamento, organização, liderança, autonomia, orientação, administração e a avaliação do que é necessário para a efetividade da aprendizagem dos estudantes. Lück (2009, p. 40), afirma que:

A gestão escolar, como área de atuação, constitui-se, pois, em um meio para a realização das finalidades, princípios, diretrizes e objetivos educacionais orientadores da promoção de ações educacionais com qualidade social, isto é, atendendo bem a toda a população, respeitando e considerando as diferenças de todos os seus alunos, promovendo o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas

educacionais participativas, que fornecem condições para que o educando possa enfrentar criticamente os desafios de se tornar um cidadão atuante e transformador da realidade sociocultural e econômica vigente, e de dar continuidade permanente aos seus estudos.

Ser gestor, hoje em dia, requer muita disponibilidade e motivação para exercer sua função, pois, a escola vem sofrendo mudanças e esse profissional precisa estar antenado ao que acontece os estudantes, para poder melhor atendê-los. Conforme (LUCK 2000, p.120):

[...] ao serem vistas como organizações vivas, caracterizadas por uma rede de 13 relações entre todos os elementos que nelas atuam ou interferem direta ou indiretamente, a sua direção demanda um novo enfoque de organização e é a esta necessidade que a gestão escolar procura responder. Ela abrange, portanto, a dinâmica das interações, em decorrência do que o trabalho, como prática social, passa a ser o enfoque orientador da ação de gestão realizada na organização de ensino.

O gestor educacional precisa buscar o avanço da escola e de seus estudantes, superando desafios e tendo responsabilidade no exercício de sua função como administrador e orientador.

De acordo com Silva (2009, p.14 apud POTI, 2014, p.14):

O gestor educacional, também deve ter disponibilidade para superar os desafios que são encontrados nas funções de sua responsabilidade. Ao realizar seu papel, deve manter em evidência a necessidade da valorização da escola, dos funcionários e, principalmente, de seus alunos, para que os mesmos se sintam estimulados e incentivados para aprender e assimilar novos conhecimentos.

A escola, sendo um exemplo para os estudantes, precisa assumir a liderança e ter autonomia para que a instituição avance na qualidade de ensino e na relação com os demais colegas e estudantes. Poti (2014, P.16) afirma:

Cabe ao gestor servir e liderar, compartilhar acertos e desacertos, ajudar, acolher, aceitar críticas e opiniões, criar um ambiente que envolva prazerosamente toda a instituição voltada para a educação dos alunos, valorizando sempre o conhecimento e a realização pessoal e coletiva de todos.

Escola democrática é aquela em que os seus contribuidora estão coletivamente unidos, organizado e comprometidos com a promoção de educação de qualidade para todos.

Segundo a autora Lück (2009, 75):

A gestão democrática pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais, o trabalho dos diretores escolares se assenta sobre sua competência de liderança, que se expressa em sua capacidade de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais, outros) para a efetivação desses objetivos e o seu envolvimento na realização das ações educacionais necessárias para sua realização.

Planejar a educação e a sua gestão implica em tornar clara e entendida a sua intenção, os seus objetivos, e as perspectivas de sua atuação, além de organizar e planejar os fatores importantes para a sua realização. Em função disso, o PPP de uma escola é um ponto de partida para a prática pedagógica:

O PPP é o instrumento balizador para o fazer educacional e, por consequência, expressa a prática pedagógica das escolas, dando direção à gestão e às atividades educacionais, pela explicitação de seu marco referencial, da educação que se deseja promover, do tipo de cidadão que se pretende formar (GADOTTI; ROMÃO, 1994 APUD LÜCK, 2009, p.38).

É importante, desse modo, que o gestor educacional possa criar um bom relacionamento com a sua equipe, na qual todos participem e opinem na coletiva elaboração do Projeto Político- Pedagógico.

Segundo Lück (2009, p. 38) a função do Projeto Político Pedagógico consiste:

O Projeto Político-Pedagógico, como não poderia deixar de ser, tem como foco o aluno, a sua formação e aprendizagem e a organização do processo pedagógico para promover essa formação e aprendizagem. Em vista disso, ele engloba o planejamento curricular, isto é, o conjunto das experiências a serem promovidas pela escola para promover a formação e aprendizagem dos alunos.

Em meio a Gestão Escolar e a elaboração do Projeto Político Pedagógico também é importante ressaltar a importância da avaliação no processo de ensino aprendizagem para a efetivação de ensino. Conforme a autora Lück (2009, p. 46):

A avaliação consiste no conjunto de ações realizadas paralelamente e ao cabo das ações educacionais, com o objetivo de verificar em que medida os resultados pretendidos estão sendo alcançados. Essa avaliação permite: – prestar contas dos resultados das ações realizadas; – identificar o nível dos resultados obtidos a cada etapa, em relação aos propostos.

A avaliação institucional precisa estar desenvolvida juntamente dos objetivos educacionais, atendendo assim, ao que se quer a partir da prática escolar. Dessa forma, a avaliação precisa estar vinculada ao PPP.

Em função disso, Sobrinho, 2005 (apud SANTOS, 2011, p. 1) afirma que:

A avaliação institucional atende a necessidade de compreensão da escola enquanto organização ao favorecer uma reflexão do desempenho escolar em sua totalidade, possibilitando que todos os elementos da comunidade educativa reflitam sobre o papel da escola e o compromisso de cada um para a consolidação dos objetivos propostos.

Dessa forma, é importante a relação direta entre avaliação institucional e PPP, pois, a avaliação institucional escolar garante que seus objetivos, fins e princípios sejam garantidos. Conforme Lück (2009, p. 43): “o Monitoramento e avaliação são duas faces de uma mesma moeda que representa o cuidado e o interesse por determinar a qualidade efetiva do trabalho realizado”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desse trabalho foi possível aprofundar nossos conhecimentos a respeito do planejamento e da gestão escolar, relacionando o que foi estudado teoricamente nas aulas e concretizando na fala dos gestores participantes que relataram sua experiência na área.

Ficou mais claro, o quão é difícil administrar uma escola perante aos desafios

diários que se tem que enfrentar. Em função disso, nota-se a importância do empenho que um gestor precisa ter para exercer sua profissão e ainda, no meio de tudo, buscar sempre o melhor para a escola e seus estudantes, para proporcionar uma boa qualidade de ensino igualmente para todos.

Por conseguinte, percebe-se que para ser gestor, é necessário ter liderança e autonomia na tomada de decisões, para que não se perca o foco do que se pretende alcançar. E ainda, saber planejar, organizar e administrar os recursos pedagógicos e financeiros, entre outros, para que a escola possa estar evoluindo juntamente de seus estudantes e funcionários.

Além disso, percebe-se que mesmo com os imprevistos causados pela pandemia, foi possível aprender bastante e trocar conhecimentos durante as aulas. Teria sido muito bom ter a presença ao vivo dos gestores para contribuir com nossa formação, no entanto, mesmo remotamente foi possível ter um bom aproveitamento de seus relatos e uma ideia de como realmente acontece essa prática diária de administração e organização escolar.

## **REFERÊNCIAS**

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

POTI, D. **O papel do gestor escolar e a sua articulação com as práticas pedagógicas**. 57 f. Monografia (Grau de Especialista em Coordenação Pedagógica) Curso de Especialização em Gestão, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9142/1/2014\\_DanielaPinheiroAlvesPoti.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9142/1/2014_DanielaPinheiroAlvesPoti.pdf). Acesso em: 05 junho 2020.

